



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO



Mário Gouveia Júnior

**A Gestão da Memória: as políticas públicas culturais e a
situação dos museus no estado de Pernambuco**

Orientador: Prof. Dr. Marcos Galindo

Recife
2012



Mário Gouveia Júnior

A Gestão da Memória: as políticas públicas culturais e a situação dos museus no estado de Pernambuco

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco. Área de concentração: Informação, Memória e Tecnologia. Linha de pesquisa: Memória da Informação Científica e Tecnológica. Requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Galindo

Recife
2012

Catálogo na fonte
Andréa Marinho, CRB4-1667

G719G

Gouveia Júnior, Mário.

A Gestão da Memória: as políticas públicas culturais e a situação dos museus no estado de Pernambuco / Mário Gouveia Júnior. – Recife: O autor, 2012.

212 p.: il.: 30 cm.

Orientador: Marcos Galindo.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CAC. Ciência da Informação, 2012.

Inclui bibliografia e apêndice.

1. Ciência da Informação. 2. Sistemas de recuperação da informação - artes. 3. Museus. 4. Política Cultural. 5. Financiamento de Projetos. I. Galindo, Marcos. (Orientador). II. Título.

020 CDD (22.ed.)

UFPE (CAC 2013-04)



Serviço Público Federal
Universidade Federal de Pernambuco
Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação - PPGCI

Dissertação de Mestrado apresentada no dia 09 de novembro de 2012, por MÁRIO GOUVEIA JÚNIOR ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação do Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco sob o título "**A gestão da memória: as políticas culturais e a situação dos museus no estado de Pernambuco**" orientada pelo Prof. Dr. Marcos Galindo Lima e aprovada pela Banca Examinadora composta pelos professores:

Prof. Dr. Marcos Galindo Lima

Departamento de Ciência da Informação - PPGCI/UFPE

Prof. Dr. Armando Manuel Barreiros Malheiro da Silva

Universidade do Porto

Prof. Dra. Maria Cristina Guimarães Oliveira

Departamento de Ciência da Informação - PPGCI/UFPE

Autor:

Mário Gouveia Júnior



A Mário (*in memoriam*), meu herói, meu exemplo, minha
inspiração.

AGRADECIMENTOS

Deus é a causa de tudo. Ele está sempre em primeiro lugar em minha vida. Agradeço também por isso.

A relação entre Kublai Khan e Marco Pólo, brilhantemente ilustrada em *As cidades invisíveis*, bem poderia representar as trocas de experiência entre educando e educador. Ítalo Calvino teria representado um soberano de tantas terras e povos que nem chegava a os conhecer, e que se dispunha a aprender com o desbravador de muitos mares mais sobre aquilo que era seu.

Também é assim entre os mediadores do conhecimento e os sujeitos dessas descobertas fomentadoras de transformação e desenvolvimento. Ao longo de nossa vida, não suspeitamos do potencial que existe em cada um de nós, precisando, invariavelmente, de *parteiros* – socraticamente falando. Ao longo de todo o processo que culminou com a confecção desse trabalho, tivemos o privilégio e o prazer de ter ao nosso lado muitos *parteiros*.

Menciono todos os nossos mestres, que, de muitas maneiras, contribuíram para o nosso amadurecimento intelectual nessa caminhada. Lembro os conselhos de Májory Miranda e Raimundo Nonato; as mãos amigas de Lourival Holanda e Cristina Guimarães; e o nosso inesquecível Dênis Bernardes (*in memoriam*) pelo exemplo de vida, em todos os sentidos.

Para o meu orientador e amigo, Marcos Galindo, um agradecimento muito especial por provocar, desafiar e acreditar. Por abrir caminhos ao meu lado, deixando-me participar, de algum modo, de seus ousados projetos.

Contamos com o financiamento da FACEPE na primeira parte deste caminho. O que nos obriga a uma menção de gratidão, apesar de estarmos conscientes de que apresentamos a devida contrapartida às expectativas institucionais.

Agradeço a todos os funcionários das instituições envolvidas nesse projeto, que, de alguma forma me auxiliaram nessa missão, em especial a Nara Galvão, Hugo Coelho, Paula Assunção, Elisabete Assis, Margot Monteiro, Tânia Borges e Rinaldo Carvalho.

Agradeço imensamente aos meus amigos do TJPE, Graça, Isolda, Eurico e Paulo, pela companhia, alegria e compreensão. A distância provocada pelo cotidiano não os tira de minhas lembranças. Agradeço, da mesma forma, a todos os colegas do PPGCI pelos debates e trocas de ideias, em especial a Betty, Tony, Geysa e Niliane.

Aos amigos, os de longe e os de perto, devo não só gratidão, o que lhes devo, jamais poderia pagar, senão com a partilha de mais essa alegria, de mais essa conquista, que é muito nossa. Flávio, William, Gleice, Domingos e Marconi são os irmãos que escolhi.

À Malu, agradeço pela rara participação em minha vida pessoal e acadêmica, pela partilha, pela generosidade, por seu olhar, por cada sorriso, cada abraço, por nosso Vorenius, por ter-se tornado alguém muito especial com quem dividi planos e sonhos.

À minha família, minha mãe, minha irmã, meus sobrinhos e o meu pai, que olha, ora e espera por todos nós, devoto a minha vida, tudo o que há de bom em mim, os meus melhores frutos.

RESUMO

Com base na análise da missão, da visão e dos objetivos de três instituições museais do Recife e de sua atual relação com o público e do que este pensa em relação às funções sociais do museu, identificamos pontos de contato entre a assiduidade nas visitas e o valor social que esses espaços culturais despertam na sociedade. Essas reflexões nos levaram a inquietações em torno do papel desempenhado por estes lugares de memória numa sociedade cada vez mais carente de significados que a identifiquem diante da homogeneização sutilmente imposta pela globalização. Nesse contexto, à luz da ideia da aplicação de sistemas memoriais, como categoria de trabalho que preza pela cooperação e pelo compartilhamento de informação, contemplamos a perspectiva de que, trabalhando em conjunto, as instituições podem contribuir de modo mais eficaz no tocante à disseminação de conteúdos informacionais para uma comunidade. Desse modo, potencializam-se os meios de transformação social através da educação. Tal linha de pensamento também nos levou ao estudo dos conceitos de políticas públicas culturais e financiamento cultural. Nossas inferências e considerações se respaldam em literatura interdisciplinar e em consultas feitas à legislação brasileira pertinente às temáticas em pauta, bem como nos planos museológicos das referidas instituições museais e nos resultados das entrevistas aplicadas aos visitantes.

Palavras-chave: Sistemas Memoriais. Economia dos Museus. Políticas Públicas. Financiamento Cultural.

ABSTRACT

Based on the analysis of the mission, vision and goals of three museological institutions of Recife and its current relationship with the public and what it thinks about the social functions of the museum, we identify points of contact between attendance at visitations and value social spaces that these cultural awakening in society. These considerations led us to concerns about the role played by these places of memory in a society increasingly devoid of meaning that identify before the homogenization subtly imposed by globalization. In this context, based on the idea of applying systems memorials, as a category of work that values the sharing of information, we contemplate the prospect that, working together, institutions can contribute more effectively regarding the dissemination of informational content to a community. Thus, to enhance the means of social transformation through education. This line of thinking also led us to study the concepts of cultural policies and cultural funding. Our inferences and considerations respaldam in interdisciplinary literature and on consultations with Brazilian legislation relevant to the topics on the agenda, as well as the plans of these museological institutions museal and results of interviews applied to visitors.

Keywords: Memorials systems. Economics of Museums. Public Policy. Cultural funding.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Capital Cultural a partir da visão de Bourdieu	50
FIGURA 2 – Mudança de paradigma segundo Kuhn	71
FIGURA 3 – Vigência simultânea de dois paradigmas	74
FIGURA 4 – Exemplo de rede de instituições	93
FIGURA 5 – Distribuição dos recursos da Lei Rouanet	127
FIGURA 6 – Distribuição dos museus por estado brasileiro	138
FIGURA 7 – Dispersão dos museus pernambucanos	139
FIGURA 8 – Pirâmide etária (Pernambuco, 2010)	164

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Tipos de capital no campo econômico	49
QUADRO 2 – Os cinco paradoxos da memória, segundo Ulpiano Bezerra de Menezes	79
QUADRO 3 – Ciclos das Políticas Culturais Brasileiras	112
QUADRO 4 – Museus com captação pela Lei Rouanet e grau de concentração de recursos	120
QUADRO 5 – Setor Público x Setor Privado: participações complementares, não substitutas	122
QUADRO 6 – Diferenças entre o Mecenato Antigo e o Moderno segundo Piquet	123
QUADRO 7 – Distinção entre Mecenato e Patrocínio em Função dos Objetivos das Empresas	125
QUADRO 8 – Cálculo da amostra de visitantes aos quais serão aplicados os questionários	132
QUADRO 9 – Existência de Plano Museológico (meados 2012)	158

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Relação entre População e Número de Museus	139
TABELA 2 – Quantitativo dos entrevistados por sexo	163
TABELA 3 – Motivação para a visita ao museu	166

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Número de museus por ano de fundação (Pernambuco – 1900-2009)	81
GRÁFICO 2 – Distribuição dos museus brasileiros por região	138
GRÁFICO 3 – Distribuição dos museus no estado de Pernambuco	140
GRÁFICO 4 – Museus Pernambucanos com Plano Museológico (2010)	160
GRÁFICO 5 – Natureza Administrativa dos Museus Pernambucanos segundo a existência de Plano Museológico (2010)	161
GRÁFICO 6 – Quantitativo dos entrevistados por idade	163
GRÁFICO 7 – Grau de escolaridade dos visitantes entrevistados no MAB	165
GRÁFICO 8 – Grau de escolaridade dos visitantes entrevistados no MEPE	165
GRÁFICO 9 – Grau de escolaridade dos visitantes entrevistados no Instituto RB	166
GRÁFICO 10 – Motivação para a visita	167
GRÁFICO 11 – Localização do domicílio dos entrevistados	168

GRÁFICO 12 – Quantitativo dos visitantes que já frequentaram outros museus (%)	169
GRÁFICO 13 – De como os entrevistados se informaram sobre a existência do museu	170
GRÁFICO 14 – O que mais agradou ao visitante do MAB	171
GRÁFICO 15 – O que mais agradou ao visitante do MEPE	172
GRÁFICO 16 – O que mais agradou ao visitante do Instituto RB	173
GRÁFICO 17 – O que menos agradou o visitante do MAB	174
GRÁFICO 18 – O que menos agradou o visitante do MEPE	175
GRÁFICO 19 – O que menos agradou o visitante do Instituto RB	176
GRÁFICO 20 – Entre os visitantes, aqueles que pretendem retornar ao museu	177
GRÁFICO 21 – Preferências por uma visita mediada ou indicada por roteiro	178
GRÁFICO 22 – Opinião do visitante sobre a importância do museu	179

LISTA DE SIGLAS

CI = Ciência da Informação;

CS = Capital Social;

CTCM = Conferência sobre Tecnologia, Cultura e Memória;

DPHAN = Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;

FIC = Fundo de Incentivo à Cultura;

FNC = Fundo Nacional de Cultura;

FHC = Fernando Henrique Cardoso (presidente do Brasil – 1995-2002);

FUNCULTURA = Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura;

Fundarpe = Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco;

IBRAM = Instituto Brasileiro de Museus;

ICOM = Conselho Internacional de Museus;

Instituto RB = Instituto Ricardo Brennand;

IPHAN = Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;

MAB = Museu da Abolição;

MEPE = Museu do Estado de Pernambuco;

MinC = Ministério da Cultura;

PNC = Plano Nacional de Cultura;

PNM = Política Nacional de Museus;

PP = Políticas Públicas;

PPGCI = Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação;

SAMPE = Sociedade dos Amigos do Museu do Estado de Pernambuco;

SBM = Sistema Brasileiro de Museus;

SIC = Sistema de Incentivo à Cultura;

SNC = Sistema Nacional de Cultura;

SPHAN = Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;

TCU = Tribunal de Contas da União;

TGS = Teoria Geral dos Sistemas;

UFPE = Universidade Federal de Pernambuco.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	27
2. A INFORMAÇÃO E O MUSEU: PERSPECTIVAS DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	39
2.1. OS PARADIGMAS DA CI SEGUNDO CAPURRO.....	40
2.2. OS PARADIGMAS DA CI SEGUNDO SILVA E RIBEIRO.....	43
2.3. MUSEUS CONTEMPORÂNEOS: GÊNESE, SILÊNCIO E CRISE	47
2.3.1. Sacralização da Memória e dos Objetos	47
2.3.2. O Poder Simbólico dos Lugares de Memória ...	54
2.3.3. A Crise dos Lugares de Memória	58
2.4. O PAPEL SOCIAL DO MUSEU	61
2.4.1. O Novo Museu: perspectivas.....	63
2.4.2. Museu e Mediações.....	66
3. SISTEMAS MEMORIAIS: NOVOS MODELOS E PROPOSTAS PARA O NOVO MUSEU	69
3.1. PARADIGMAS: ENTRE PERMANÊNCIAS, CRISES E MUDANÇAS	69
3.2. MEMÓRIAS.....	76

3.3.	OS SISTEMAS E SUAS TEORIAS	82
3.4.	REDES DE INFORMAÇÃO E COLABORATIVIDADE.....	91
3.5.	SISTEMAS MEMORIAIS PARA QUÊ? PARA QUEM?.....	96
4.	POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS PARA SERMOS BONS ANCESTRAIS	105
4.1.	POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS.....	106
4.1.1.	Trajatórias Brasileiras.....	109
4.1.2.	Trajatórias Pernambucanas	116
4.1.3.	Financiamento Cultural: o público e o privado	118
4.2.	A MERITOCRACIA NECESSÁRIA.....	127
5.	METODOLOGIA	131
6.	DIAGNÓSTICO DOS MUSEUS DO RECIFE	137
6.1.	MUSEUS DE PERNAMBUCO EM NÚMEROS ...	138
6.2.	DOS MUSEUS ESTUDADOS	140
6.2.1.	Museu da Abolição (MAB).....	141
6.2.1.1.	Histórico do Museu da Abolição	141
6.2.1.2.	Missão e objetivos do Museu da Abolição	144
6.2.1.3.	Políticas de Financiamento do MAB	145
6.2.2.	Museu do Estado de Pernambuco (MEPE)	147

6.2.2.1. Histórico do Museu do Estado de Pernambuco.....	147
6.2.2.2. Missão e objetivos do Museu do Estado de Pernambuco.....	148
6.2.2.3. Políticas de Financiamento do MEPE	149
6.2.3. Instituto Ricardo Brennand (Instituto RB).....	150
6.2.3.1. Histórico do Instituto Ricardo Brennand..	151
6.2.3.2. Missão e objetivos do Instituto Ricardo Brennand.....	153
6.2.3.3. Políticas de Financiamento do Instituto RB.....	154
6.3. DOS PLANOS MUSEOLÓGICOS.....	155
6.4. OS MUSEUS E SEUS VISITANTES	161
6.4.1. Um Perfil das Instituições.....	161
6.4.2. Analisando os Perfis das Instituições	179
6.5. DO COMPARTILHAMENTO DA INFORMAÇÃO MUSEOLÓGICA.....	184
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	189
REFERÊNCIAS	195
APÊNDICES.....	
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO USUÁRIO/VISITANTE	

1. INTRODUÇÃO

Desde meados dos anos 1980, quando se promulgaram as primeiras leis de incentivo à cultura¹ – a saber, a lei n. 7.505, de 2 de julho de 1986, também chamada de *Lei Sarney*, e a lei n. 8.313, de 23 de dezembro de 1991, conhecida como *Lei Rouanet* – podemos observar a expansão dos investimentos feitos no Brasil neste campo por instituições de capital privado.

A partir da *Lei Sarney* seria concedida isenção fiscal ao contribuinte que fizesse doações, patrocínios e investimentos em favor de pessoas jurídicas de natureza artística e cultural, com ou sem fins lucrativos, cadastradas no Ministério da Cultura (BRASIL, 1986). A lei Rouanet, por sua vez, basicamente restabelecia os princípios da lei 7.505/86 e transformava o Fundo de Promoção Cultural – instituído com a *Lei Sarney* – em Fundo Nacional de Cultura (FNC), com o objetivo de captar e destinar recursos para projetos culturais (BRASIL, 1991).

Desse modo, em tese, criavam-se mecanismos de intercomunicação entre políticas públicas – cada vez mais

¹ Apesar das inúmeras e desencontradas definições desse termo, Clifford Geertz (2008) o aborda a partir de uma perspectiva semiótica, e, ancorando seu referencial teórico em Weber, defende que a cultura é, ou representa, as teias de significados construídas pelo homem em sociedade, que o amarram a esse tecido social, de modo consciente, ou não, de modo passivo, reivindicativo ou participativo. Desse modo, a cultura não pertence a um indivíduo, tendo em vista seu caráter coletivo e relacional. A cultura é passível de mudança, tal como a natureza humana. E nesse sentido, a própria cultura dialoga com a construção da realidade e se apresenta como instrumento potencial de transformação da sociedade.

independentes dos governantes neoliberais e seus ideais de Estado-mínimo mundo afora – e o capital, em prol da sociedade. Na prática, todavia, o Estado, a quem competiria as funções de regulação e fiscalização das ações e projetos identificados com o interesse público, por vezes, acolheu projetos de maiores visibilidades mercadológicas, a despeito da busca pelo desenvolvimento sociocultural de seu povo.

Nessa perspectiva, o então marcante absentéismo governamental, configurado pela quase que ausência de políticas públicas de financiamento e salvaguarda da cultura, em virtude dos efeitos da crise econômica instalada no Brasil, denunciava a validade do pensamento de que a ciência, as letras e as artes apresentavam-se como despesas, e não como investimentos, a serem custeadas pelos excedentes da economia – quando estes existiam (GALINDO, 2010).

Em tempo, devemos considerar que o universo de nossa pesquisa é o museu, suas relações de mediação com o visitante/usuário, e suas relações interinstitucionais no tocante ao compartilhamento de informação, em âmbito estadual, sem deixar de levar em consideração as perspectivas nacionais.

Essa pretensa atuação de colaboração entre instituições museais nos leva ao conceito de Sistema Memorial. Ainda que em fase de construção e experimentações, podemos defini-lo, inicialmente, como um conjunto de organizações de missão

memorial², que, atuando de modo interdependente e com objetivos comuns, dedicam-se à promoção, preservação e acesso ao patrimônio memorial e à informação de interesse histórico (GALINDO; MIRANDA; BORBA, 2011).

A busca pela compreensão das diversas maneiras como o passado forma/constrói/inventa e é (re)formado/(re)construído/(re)inventado pelo presente, através das percepções atuais, também é uma das inquietações dessa categoria de trabalho interdisciplinar (GALINDO, 2010).

É válido enfatizar que delimitamos nossas intenções a um estudo acerca das possibilidades de aplicação da lógica dos Sistemas Memoriais³ como políticas públicas importantes às práticas de compartilhamento e acessibilidade de informação em ambientes museais pernambucanos. O que se evidencia quando nos deparamos com a seguinte indagação: através de quais políticas públicas os museus pernambucanos poderiam assumir sua função enquanto lugares de produção e compartilhamento de memória e informação destinadas à transformação social através da educação?

² Arquivos, bibliotecas, centros de documentação e museus, também classificados por Pierre Nora (1993) como lugares de memória – necessários bastiões sobre os quais a memória se escora e se protege das ameaças do esquecimento e do desaparecimento. Lugares que denotam o respeito ao vestígio; lugares onde a materialização da memória é democratizada, ou, ao menos, democratizável; lugares que remetem a espaços institucionais de preservação da Memória Nacional através de Informação que identifica um povo.

³ Neste caso, em certos momentos, pode-se perceber que a ideia de sistema defendida funciona quase que como sinônimo da ideia de rede.

Devemos, então, considerar que as políticas públicas de financiamento cultural, o objeto deste trabalho, são contempladas ao mesmo tempo em que tecemos um estudo comparativo entre museus públicos e privados, buscando a ótica das noções de financiamento e os bons exemplos da iniciativa privada. Nesse sentido, recorreremos a uma revisão de literatura ligada à Ciência da Informação (CI), e suas áreas afins, irmanada a fontes primárias contidas nos planos museológicos do Museu da Abolição, do Museu do Estado de Pernambuco e do Instituto Ricardo Brennand⁴. Por fim, a aplicação de questionários ao público visitante complementa a fase empírica de nossa pesquisa.

A escolha específica dessas três instituições deve-se, em parte, aos momentos históricos distintos em que cada um deles foi fundado. O Museu do Estado de Pernambuco (MEPE) foi criado em 1929, antecipando-se inclusive ao Governo Federal, em defesa da memória e da preservação do seu patrimônio artístico, histórico e cultural. O Museu da Abolição (MAB), por sua vez, apesar de ter sido concebido ainda nos anos de 1950, teve seu efetivo funcionamento apenas nos anos de 1980, quando o Brasil enfrentava uma de suas crises econômicas mais severas. Já o Instituto Ricardo Brennand (Instituto RB), foi criado

⁴ Qualquer escolha de outras instituições de memória em tão reduzido número soaria tão arbitrária quanto a que fizemos pode parecer. No entanto não pretendemos refutar a necessária imparcialidade no ofício do pesquisador. Neste caso, a escolha tanto por instituições quanto por referenciais teóricos reflete comprometimento com posições políticas e ideológicas, que, todavia, não devem condicionar os resultados de nossas pesquisas.

em 2002, período em que nosso país desfrutava de certa estabilidade econômica e que nossos governantes começavam a prestar maior atenção às questões sociais e culturais.

O Objetivo Geral deste trabalho é experimentar o conceito de Sistemas Memoriais, defendido por Marcos Galindo (2010; 2011; 2012) em prol do compartilhamento de conteúdos informacionais e de seu acesso nas três instituições museológicas do Recife já mencionadas.

Como Objetivos Específicos, por sua vez, almeja-se:

- Fornecer um mapeamento dessas três instituições museológicas, identificando potencialidades de interrelacionamento em forma de um sistema memorial;
- Analisar as políticas públicas culturais e como estas têm atuado no sentido de atrair a comunidade para dentro dos museus como forma de lhes conferir função e valor social.

Este estudo está inserido na linha de pesquisa **Memória da Informação Científica e Tecnológica** do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Nossa área de concentração é intitulada **Informação, Memória e Tecnologia**⁵. Isso porque interessa às nossas pesquisas, no âmbito da Ciência da Informação, o estudo da produção do

⁵ O autor deste trabalho está vinculado ao Grupo de Pesquisa Memória e Sociedade (GPMS), que, liderado pelo professor Marcos Galindo, desenvolve atividades e produz conhecimento científico no campo da preservação da memória digital, desde 2008. O referido grupo é composto por docentes, discentes e técnicos ligados à memória e à preservação da informação.

conhecimento sobre o uso social da herança cultural enxergado a partir das relações entre gestão e financiamento de sistemas memoriais e sua relação com os visitantes/usuários.

Faz-se necessário acrescentar, também, a nossa perspectiva da memória, contemplada a partir da CI. Ao contrário de como é pensada no campo da História, por exemplo, onde história e memória, por vezes, imbricam-se ao ponto de se confundirem⁶ (LE GOFF, 2003) – e a própria memória é pensada como uma atualização do passado para o presente – na CI, a memória se pensa e se faz a partir do presente, sempre voltada para o porvir.

A Ciência da Informação, desse modo, dedica-se à coleta, classificação, armazenamento, recuperação e compartilhamento da informação produzida visando gerar estoques (ROBREDO, 2003; BARRETO, 2005). São todos verbos conjugados no presente e voltados para o futuro, seja próximo ou distante. Da mesma forma, não podemos perder de vista o caráter interdisciplinar que permeia a CI e suas abordagens teóricas e metodológicas que permitem o relacionamento da Ciência da Informação com outros campos do conhecimento.

Nossas considerações e inferências respaldam-se, em parte, no que houve de empírico, isto é, em nossas observações, anotações, aplicações de questionários e consultas a cartilhas, regimentos e planos museológicos organizados pelos museus

⁶ Tendo em vista que ambas dedicam-se, em parte, a relembrar eventos passados, ainda que exponham esse passado de modo diferente.

contemplados neste trabalho. Todavia não podemos deixar de contemplar aquilo que legitima cientificamente uma pesquisa, que lhe confere o *status* acadêmico. Naturalmente, tratamos de nossa fundamentação teórica.

Os apontamentos de Rafael Capurro (2003), Peter Ingwersen (1992), Le Coadic (2004) e Tefko Saracevic (1996), no tocante à informação e sua exploração sob os paradigmas físico, cognitivo e social, nos forneceram os subsídios para superarmos as discussões acerca de meio e mensagem e nos levaram a priorizar o usuário – percebido como um ser dotado de um papel ativo na sua busca por informação, invariavelmente influenciado pela realidade social no qual se encontra inserido.

As leituras de Silva⁷ e Ribeiro (2002; 2011) também foram bastante profícuas no tocante aos apontamentos e discussões engendradas por suas perspectivas acerca dos paradigmas custodiais e pós-custodiais, que, em certa medida, antagonizam à visão anotada por Capurro (2003).

As inevitáveis comparações entre informação e formação, esta última assimilada como sinônimo de educação, levaram-nos a um retorno ao pensamento do educador Paulo Freire e sua exaltação da autonomia, criticidade, liberdade e transformação social como critérios indispensáveis à compreensão de mundo (FREIRE, 2002; 2011) – costumeiramente associada à

⁷ O professor-pesquisador português Armando Malheiro da Silva é referenciado de modo ambíguo; ora é apresentado como MALHEIRO ora como SILVA. Ao longo deste trabalho optamos por utilizar a última opção, a despeito do que se pratica no Brasil, pelo fato de muitas de nossas fontes – publicadas em Portugal – o referenciam com SILVA.

construção do conhecimento. E justamente nesse contexto em que a informação, atrelada à educação, é apontada como ferramenta social capaz de transformar os indivíduos em sujeitos, a partir do que Cornelius Castoriadis (1992) chama de conquista efetiva da autonomia individual e das possibilidades de participação em todo o poder explícito existente na sociedade.

Pierre Bourdieu (1982; 1989; 2007) figurou como literatura indispensável ao nosso trabalho. Para tanto, não podemos deixar de mencionar seus estudos e considerações em torno da ideia de Poder Simbólico, e suas pesquisas qualitativas acerca de uma análise consistente sobre o público que visitava os espaços de cultura e memória e suas correlações diretamente proporcionais com seu grau de instrução. Acrescente-se ainda seu conceito de capital cultural e a noção do *habitus*.

Mário Chagas (2002; 2005; 2009), Henri-Pierre Jeudy (1990) e Pierre Nora (1993) muito nos auxiliaram na compreensão de como o museu precisou se transformar para, a princípio, conseguir sobreviver como instituição. Para tanto, precisou abandonar – não de todo – suas perspectivas de custodialismo e sacralização de objetos, e, em seguida, poder se apresentar como importante ferramenta de inclusão social, compartilhamento de informação e propulsão do desenvolvimento.

Sobre as relações e tensões em torno das mudanças de paradigma, sob a forma de rupturas ou mediante constantes transformações, bem como sobre as possibilidades de vigência simultânea de dois paradigmas, recorreremos a Karl Popper (2007)

e a Thomas Kuhn (1979; 1990), não sem identificar seus pontos de contato e de afastamento, ao melhor estilo dialógico e peculiar de Edgar Morín (2011). Colhemos, do mesmo modo, importantes considerações e pensamentos de Armando Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro (2002; 2011) nesta vereda.

Nossas discussões sobre memória contam com o embasamento de teóricos como Maurice Halbwachs (2006), Jacques Le Goff (2003), José Ortega y Gasset (2006) e Ulpiano Bezerra de Menezes (2007). Estes dois últimos exaltam a memória como uma das mais impressionantes capacidades do homem: a possibilidade de armazenar toda a informação produzida em uma época, e acumulada de épocas anteriores, e transmiti-la às futuras gerações – característica que distingue, definitivamente, o homem dos outros animais.

Enquanto Ulpiano e Le Goff convergem ao nos alertarem para o par *memória-esquecimento* – podendo esse esquecimento funcionar como um mecanismo inevitavelmente natural de seleção entre o que devemos esquecer para sermos capazes de lembrar ou outorgados contra pessoas, instituições e civilizações – Halbwachs, por sua vez, indica não a existência de uma memória individual ou coletiva, mas de muitas memórias coletivas. E neste caso, a memória coletiva não se configura como exercício de alguma forma específica de dominação ou violência simbólica.

Para sustentarmos nossas considerações sobre sistemas memoriais, partindo da categoria de trabalho proposta por Marcos Galindo, recorreremos a Ludwig Von Bertalanffy (1977) e

Niklas Luhmann (2011). Enquanto Bertalanffy defendia, a partir de uma visão holística, uma teoria geral dos sistemas respaldada pelo entendimento de que os fenômenos sociais deveriam ser considerados como sistemas e não como a soma de átomos sociais, Luhmann sugere uma teoria dos sistemas baseada na diferença entre sistema e meio – ao contrário de seu predecessor, que enxergava as relações entre o todo e as partes.

Na primeira parte de nosso trabalho, intitulada **A Informação e o Museu: perspectivas de transformação social**, apresentamos abordagens em torno do compartilhamento e do uso da informação; tecemos considerações acerca do paradigma sócio-cognitivo, de Rafael Capurro, e o paradigma pós-custodial, de Armando Malheiro da Silva, percebendo sua utilização nos sistemas memoriais.

Evocamos o advento do museu contemporâneo e seu papel de guardião do patrimônio e da memória nacional ao mesmo tempo em que registramos que as práticas de preservação e sacralização de seus acervos foram responsáveis pelo afastamento e alienação do público, o que fomentaria uma crise de valor e significados sociais do museu em relação à sociedade. Veremos que esse estado de coisas, de certo modo, persiste, tendo em vista as possibilidades de vigências simultâneas de dois paradigmas distintos.

A segunda seção, chamada **Sistemas Memoriais: novos modelos e propostas para o Novo Museu**, evoca, sob uma perspectiva dialógica, os postulados de Kuhn e Popper no

tocante a paradigma, crise e mudança de paradigma. Contemplamos, também, a ideia de que determinadas instituições podem contribuir como próteses de memória para uma comunidade, visando meios de transformação social através da educação. Apresentamos, também, a ideia de Sistemas Memoriais como categoria de trabalho – evocando, para tanto, os conceitos de sistema de Bertalanffy e de Luhmann. Por fim, apresentamos uma discussão acerca de redes de compartilhamento de informação.

No terceiro momento, que chamamos **Políticas públicas culturais para sermos bons ancestrais**, evocamos abordagens sobre as políticas públicas de incentivo à cultura e o papel do Estado e da sociedade no sentido de se desenvolverem propostas de ação para que possamos ser bons ancestrais. Discussões sobre a lógica de financiamento privado e da atuação do Estado nesse trato também serão contempladas, assim como noções de meritocracia.

Após tecermos as nossas considerações acerca da metodologia aplicada neste trabalho, traçamos o **Diagnóstico dos Museus do Recife**. É nessa seção em que abordamos o que há em comum e de peculiar nas origens e utilidades do MEPE, do MAB e do Instituto RB. Com base no estudo de seus planos museológicos e na análise dos gráficos de visitação e na aplicação de questionários aos visitantes, esboçamos o perfil de cada uma dessas instituições. Analisamos, ainda, a infraestrutura de cada um desses museus, suas relações interinstitucionais e as práticas de compartilhamento da informação.

2. A INFORMAÇÃO E O MUSEU: PERSPECTIVAS DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

“Museu é o cenário (institucionalizado) onde se processa a relação profunda entre o homem e o objeto”.

Waldisa Rússio Camargo Guarnieri

Contemplamos os paradigmas da CI, defendidos por Capurro (2003) e os paradigmas anotados por Silva e Ribeiro⁸ (2002; 2011), bem como o seu uso nas instituições museais na perspectiva da transformação social. Ainda evocamos a emergência do museu contemporâneo e sua função como abrigo do patrimônio e da memória nacional, e percebemos em que medida tais noções de preservação, celebração e ostentação do fantástico contribuíram no sentido de afastar o público dessas instituições. Tal forma de alienação acabaria por contribuir para a crise de valor e significados sociais do museu em relação à sociedade.

⁸ Devemos registrar que não há, aqui, qualquer tentativa de buscar pontos de contato e/ou divergências entre o modelo de Capurro e o modelo de Silva e Ribeiro, embora este seja um interessante exercício dialógico a ser realizado a posteriori, em outros trabalhos.

2.1. OS PARADIGMAS DA CI SEGUNDO CAPURRO

De acordo com Rafael Capurro (2003), o conceito de informação é explorado sob diferentes prismas relacionados a basicamente três paradigmas, que servem de sustentáculo para diferentes análises do fenômeno da informação. Tais paradigmas seriam o físico, o cognitivo e o sócio-cognitivo. E nesse particular:

[...] a ciência da informação nasce em meados do século XX com um paradigma físico, questionado por um enfoque cognitivo idealista e individualista, sendo este por sua vez substituído por um paradigma pragmático e social [...] mas agora de corte tecnológico digital (CAPURRO, 2003, p.4).

No tocante ao *paradigma físico*, uma *mensagem*, e não uma informação, é transmitida de um emissor a um receptor. A partir dessa perspectiva, defendida por Shannon, não é a informação, mas a mensagem que reduz a incerteza. Esse paradigma, assim, exclui o papel ativo do sujeito cognoscente, identificado como usuário, no processo informativo e comunicativo, em geral.

As limitações desse modelo conduziriam a um novo paradigma: o cognitivo (CAPURRO, 2003); um novo modelo que se respalda na ontologia popperiana e sua conhecida distinção de *três mundos*: o do físico, o da consciência e o do conteúdo intelectual das teorias científicas.

Este último é aplicado ao modelo de Brookes como agente formador de uma rede existente nos espaços cognitivos, chamada *informação objetiva*. E essa informação objetiva seria percebida como uma perspectiva cognitiva a partir do momento em que se busca verificar de que forma os processos informativos são capazes, ou não, de transformar o usuário. Usuário este entendido como sujeito cognoscente, dotado de *modelos mentais do mundo exterior que são transformados ao longo do processo informacional* e que tem necessidade de se informar para corrigir seu *estado anômalo de conhecimento* (LE COADIC, 2004).

A perspectiva cognitiva, entretanto, ignorava os critérios de subjetividade e autonomia no tocante às análises de seleção e relevância conferidas pelo indivíduo. Este, considerado um ser social, está sob influência da sua área de domínio e do seu contexto. Esse estado de coisas nos leva à compreensão de que o ato da busca de informação do usuário depende inexoravelmente, não só dos seus conhecimentos apriorísticos, mas também do seu estado de conhecimento da área do domínio – contexto –, e de suas necessidades de informação – entropia / grau de ordem do problema – (INGWERSEN, 1992).

É assim que, de acordo com o próprio Ingwersen (1992), os processos informativos trazem a possibilidade de transformação, ou não, dos *modelos mentais do mundo exterior* do usuário. Nesse sentido, não poderíamos abordar o paradigma sócio-cognitivo no campo da Ciência da Informação sem

mencionar as considerações registradas em torno da dimensão de relevância.

Esta última, diga-se de passagem, é percebida por Saracevic (1996) como um conceito dinâmico, baseado na cognição humana, que demanda um contexto, dentro do qual se alocam determinados *atributos de relevância*, a saber: relações (comunicações/trocas); intenções objetivos/expectativas); inferências (percepções); e interações (processo dinâmico de cognição).

Ainda acerca da relevância aplicada ao paradigma sócio-cognitivo, devemos considerar que esta se tornou uma área de interesse para a CI, desde as primeiras contribuições de Vannevar Bush. Nesse sentido, Saracevic (1996), procedendo com uma revisão crítica do pensamento sobre a natureza da relevância em CI, classificou-a a partir de algumas *manifestações de relevância*. A saber: relevância algorítmica; relevância tópica; relevância cognitiva (ou pertinência); relevância situacional (ou utilidade); e relevância afetiva ou motivacional.

Segundo tais postulados, definiu a *relevância algorítmica* como sendo a relação de efetividade entre uma busca e os textos recuperados pelo sistema de informação, já a *relevância tópica* é pensada como a relação entre os assuntos de uma busca e dos textos recuperados pelo sistema (SARACEVIC, 1996).

A *relevância cognitiva*, também chamada de *pertinência*, tem a ver com qualidade, novidade e correspondência cognitiva

entre uma busca e os textos recuperados pelo sistema. A *relevância situacional*, ou de *utilidade* – importante na redução de incertezas e na tomada de decisões – é entendida como a relação entre a situação, a tarefa ou o problema e os textos recuperados pelo sistema.

Por fim, a *relevância motivacional*, ou *afetiva*, estaria relacionada às intenções e metas do usuário e sua satisfação com o *produto* obtido (SARACEVIC, 1996). Assim, o usuário é percebido como um ser dotado de um papel eminentemente ativo na sua busca por informação, influenciado pelo contexto social.

Registre-se que com isso não queremos dizer que o paradigma sócio-cognitivo venha sendo aplicado com sucesso inquestionável; há também problematizações em sua *práxis*, as quais, entretanto não nos deteremos em analisar neste trabalho.

2.2. OS PARADIGMAS DA CI SEGUNDO SILVA E RIBEIRO

Enquanto Capurro defende a presença de três paradigmas no âmbito da CI – o Físico, o Cognitivo e o Sócio-Cognitivo – Silva e Ribeiro percebem a existência de apenas dois: o Custodial e o Pós-Custodial.

A partir das leituras do modelo apresentado por Capurro, tem-se a impressão de que os paradigmas em questão parecem se suceder de modo a substituir um ao anterior. Perspectiva que parece se respaldar no entendimento kuhniano de que a

mudança de paradigma se dá através de revoluções, de rupturas.

Em nosso entendimento, os postulados apresentados por Silva e Ribeiro (2011), no que concerne a vigência simultânea de dois paradigmas distintos e até antagônicos – ainda que um deles, o mais antigo, dê sinais de esgotamento ou colapso – nos parece mais acertada.

Nesse caso, são apresentados dois paradigmas: o *custodial, patrimonialista, historicista e tecnicista* e o emergente *paradigma pós-custodial, informacional e científico* (SILVA; RIBEIRO, 2011).

O paradigma custodial, de acordo com Silva e Ribeiro (2011), apresenta como principais traços a sobrevalorização da guarda, conservação e restauro do suporte – peculiar à atuação de arquivistas e bibliotecários desde quando aquelas instituições demandaram tais profissionais –; a identificação com a preservação da cultura *erudita* e da memória oficial; a própria memória como fonte legitimadora dos Estados Nacionais.

O paradigma pós-custodial, por sua vez, é marcado pela valorização da informação como um fenômeno⁹ social e prioridade máxima dada ao acesso à informação através da intensificação de políticas pautadas em seu compartilhamento no âmbito científico e tecnológico (SILVA; RIBEIRO, 2011).

⁹ A informação é o fenômeno gerado na mente humana e que ao sair do sujeito fica submetido a um processo natural de reprodução e de transmissão/comunicação. Desse modo, o processo é a passagem da produção informacional para a consumação comunicacional (SILVA, 2006).

O paradigma pós-custodial, ainda, é marcado pela conscientização do dinamismo informacional; pela prioridade máxima ao acesso à informação¹⁰; o livre acesso às redes de informação; a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos; e o respeito pela diversidade cultural e linguística na criação de conteúdos (SILVA; RIBEIRO, 2011).

É pertinente considerarmos em relação ao paradigma custodial, o mais antigo, que este, em certa medida, ainda parece vigorar em grande parte das instituições de memória¹¹ onde a desejada universalização da cordialidade da informação ainda é um sonho distante.

O paradigma pós-custodial – bem como a observância por parte dos museus a leis que promovem ações educativas fundamentadas no respeito à diversidade cultural, na participação comunitária, no acesso aos bens culturais e no estímulo à reflexão e reconhecimento de valores simbólicos (BRASIL, 2009) – ainda aparece como estado de exceção. Até por que “a transição de um paradigma para outro não ocorre por

¹⁰ De acordo com Silva e Ribeiro (2011), apenas o acesso público justifica e legitima a custódia e a preservação.

¹¹ Museus, bibliotecas e arquivos, de acordo com Isabel Marques (2010), são instituições de memória, tendo em vista que se apresentam enquanto testemunhos tangíveis e intangíveis das realizações das sociedades. Os seus acervos abrigam a memória dos sujeitos e das comunidades, e de todo o seu patrimônio científico e cultural, o que lhes permite contribuir para o desenvolvimento social.

ruptura; é gradual, tensa e está em curso”¹² (SILVA; RIBEIRO, 2011, p.64).

A busca por uma mudança efetiva depende em muito da biblioteca ou do museu que nós queremos para o futuro. Se tais instituições foram criadas pelo e para o homem, um ser por natureza dinâmico tal como sua realidade, seu cotidiano e suas relações em sociedade, por que também esses lugares de memória¹³ não podem operar transformações em seus métodos e concepções?

Nesse sentido, a ideia de que “a sociedade não pode sobreviver como sistema de ação se o organismo não se adapta a um meio ecológico, além do que lhe é destinado” (LUHMANN, 2011, p.50) pode ser traduzida a partir do entendimento de que um organismo que não se reinventa ante a adversidade está fadado ao desaparecimento.

¹² De acordo com Silva e Ribeiro (2011), o paradigma pós-custodial, informacional e científico só pôde emergir a partir da segunda metade do século XX, a expensas da gênese e expansão da Sociedade da Informação.

¹³ São lugares, ao mesmo tempo, materiais, funcionais, simbólicos e afetivos através dos quais a memória se enraíza no concreto, na imagem e no objeto, e o patrimônio cultural, uma vez selecionado, é projetado simbolicamente de modo a reforçar os traços identitários de um grupo ou uma sociedade. Muitas vezes tais seleções e projeções apresentaram-se como arbitrarias imposições daquilo que os grupos dominantes queriam que fosse celebrado, lembrado, comemorado.

2.3. MUSEUS CONTEMPORÂNEOS: GÊNESE, SILÊNCIO E CRISE

2.3.1. Sacralização da Memória e dos Objetos

Concebidos mediante a perspectiva de conservação e legitimação da hegemonia de um grupo que se sobrepunha política, econômica e socialmente à maioria, desde fins do século XVIII, os museus apresentam-se como espaços celebrativos de uma memória oficial (CHAGAS, 2009).

É válido lembrar que esse marco temporal coincide com o pós-1789 e suas medidas de conservação do patrimônio histórico na França – fundamentais para que se barrassem certos movimentos de iconoclastia, por vezes, sugeridos quando triunfa uma revolução.

De acordo com essa ótica preservacionista de tudo guardar, todos os objetos ali encerrados parecem conter um sentido já não mais ligado à sua função, já que passaram a denotar um valor consagrado de memória, de relato histórico (JEUDY, 1990).

Esses *lugares de memória* (NORA, 1993), apesar de serem de natureza pública, denotaram durante muito tempo suas inclinações pouco democráticas. Nesses lugares os objetos não guardavam relações com o documento ou a perspectiva dos grupos sociais, mas com o monumento e o que Mário Chagas (2009) chamou de *coágulos de poder*.

De acordo com essa lógica, as instituições de memória deveriam ser regidas como um mecanismo de poder disciplinar que agia no sentido de provocar lembranças e esquecimentos, de condicionar o olhar e aprisionar o entendimento no tocante às ciências e às artes (CHAGAS, 2002). Ademais, a valorização das obras de arte contidas nos museus não era entendida como possível para todos os homens indistintamente.

É justamente no tocante à prática cultural, à competência artística e às atitudes em relação às obras culturais no sentido de valorizá-las que está associada a noção de capital cultural (BOURDIEU, 2007). Esta surge da necessidade de compreensão das disparidades de desempenho escolar dos indivíduos provenientes de distintos grupos sociais.

Nesse sentido, o sucesso profissional e material dos indivíduos, bem como as suas capacidades de percepção e fruição cultural estariam ligados de modo diretamente proporcional ao tempo que estes frequentaram a escola e as academias de formação superior¹⁴.

Antes, porém, de nos dedicarmos às explicações de Pierre Bourdieu sobre capital cultural, julgamos como válida uma

¹⁴ Todavia, conforme enfatiza João Teixeira Lopes (2005), a transmissão de capital escolar não significa, necessariamente, a transmissão e incorporação de capital cultural legítimo, traduzido em modos e maneiras ditos competentes de relacionamento com os acervos, desde os códigos de percepção e interpretação até as posturas exigidas por determinados cenários de interação e seu enquadramento institucional.

sucinta apresentação das formas de capital, tais como o próprio Bourdieu as distingue. (ver quadro 1).

Quadro 1 – Tipos de Capital no Campo Econômico

Capital Financeiro	Matriz, direta ou indireta, de acesso aos recursos financeiros. Esta é a condição principal da acumulação e conservação das outras formas de capital.
Capital Cultural	Não é igual ao “capital humano” dos economistas. É o acúmulo do hábitus técnico e científico dos atores sociais, das objetivações científicas na forma de máquinas ou aparelhos e da institucionalização de títulos e diplomas.
Capital Tecnológico	Estoque dos recursos científicos e tecnológicos que tornam possível o aumento da produtividade e a diminuição com despesas em trabalho.
Capital Jurídico	Inclui ter à disposição uma equipe competente de advogados que conheça o direito mercantil, os direitos de patentes, etc
Capital Organizacional	Inclui o nível de informação e conhecimento sobre o campo.
Capital Comercial	Ou força de venda, capacidade de distribuição (armazenar e transportar), marketing e pós-venda.
Capital Simbólico	Matriz de recursos simbólicos, inclui a forma como é conhecida e reconhecida a imagem da marca, o mesmo que a fidelidade à marca. Trata-se de um poder que funciona como garantia de crédito.

Fonte: BOURDIEU, 2007.

O capital cultural pode existir sob três formas: como incorporado, como objetivado e como institucionalizado. O capital cultural incorporado tem como elementos constitutivos os gostos e hábitos dos indivíduos, geralmente, inculcados por seu

background familiar. Este, diga-se de passagem, contribui no sentido de facilitar o aprendizado dos conteúdos e dos códigos escolares (BOURDIEU, 2007).

O capital cultural objetivado configura-se sob a forma de bens culturais – esculturas, pinturas e livros – cuja aquisição depende apenas da compra desses bens. No entanto a sua apropriação simbólica só se processará se o indivíduo possuir os códigos para decifrá-los, sendo necessário o capital cultural incorporado. O capital cultural institucionalizado, por seu turno, evidencia-se através de atestados, certificados, títulos e diplomas escolares (BOURDIEU, 2007). (ver figura 1).

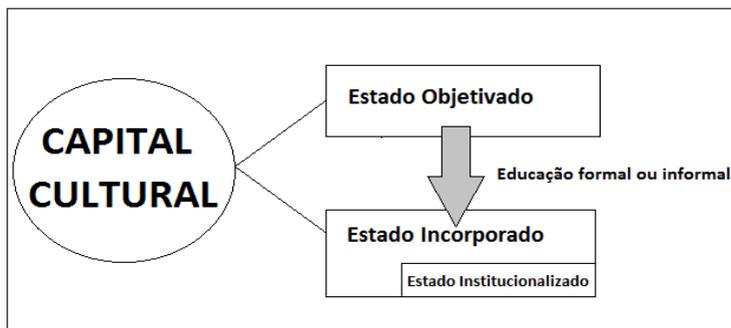


Figura 1 – Capital Cultural a partir da visão de Bourdieu

Fonte: GOUVEIA JUNIOR, 2012.

A partir de tais conceitos, pode-se inferir que as instituições de educação formal – e mesmo os espaços de educação não formal, como, por exemplo, os museus – que se dispõem à mera reprodução do sistema social, contribuem para o

entendimento de que o capital cultural do indivíduo, e, por conseguinte, o seu ulterior sucesso profissional, depende dos gostos e hábitos que este recebeu de sua família.

Nesse sentido, Helena Santos (2008) acrescenta que as visitas aos museus são práticas socialmente seletivas, correlacionadas com o capital cultural¹⁵. Isso porque a maioria das pessoas não teve muitas – ou nenhuma – “experiências museológicas”; no caso dos mais jovens, sua relação com o museu é tecida a partir da escola.

A escola e a sociedade que corroboram com essa linha de pensamento, agem no sentido de ignorar, e mesmo suprimir, as possibilidades de transformação e desenvolvimento social que uma educação autônoma, crítica, reflexiva e libertadora pode fomentar nos sujeitos (FREIRE, 2002).

Foi justamente a partir desses esforços de manutenção do *status quo*, que o Estado e as classes dominantes forjaram redutos museais, *patrimoniais e custodialistas* (SILVA; RIBEIRO, 2011) que se distanciaram da sociedade e de suas funções sociais em prol do desenvolvimento. Nesse particular, evocamos Mário Chagas (2002), que enxerga no museu elementos que transcendem a escrita e a memória por ser capaz de despertar em seus espectadores sentimentos de estupefação, admiração e assombro.

¹⁵ Ainda segundo Helena Santos (2008), a maioria dos frequentadores de museus possuem habilitações escolares elevadas, qualificações socioprofissionais altas e cumulatividade relativa com outros gostos culturais socialmente valorizados.

Em sua perspectiva, inspirada por Francis Bacon, esse *assombro* seria o item provocador do conhecimento, posto que aquilo que nos chama a atenção pode gerar uma problematização cuja busca por respostas, nem sempre encontradas, fomenta o conhecimento. Desse modo, um dos papéis do museu seria o de fornecer subsídios para que fosse gerada a *curiosidade epistemológica* de que trata Paulo Freire (2002). Contudo não ignoramos o fato de que os primeiros museus contemporâneos foram concebidos em torno dos interesses dos governantes, dos grandes, dos vitoriosos e dos heróis.

Esses lugares, por guardarem estreita relação com narrativas mitológicas e artefatos valiosos, durante muito tempo eram concebidas e dispostas de modo a afastar o homem simples. Nesse caso, admiração ou assombro não contribuem de modo a aproximar e causar interesse; pelo contrário, o fantástico, por não dialogar com a realidade de um eventual público, o repele, obscurecendo a função de ser do Novo Museu e suas propostas como espaço criador de meios de desenvolvimento social.

É assim que entendemos que se não há ponte entre o objeto que se expõe e o seu sujeito – o público – não está sendo processada a transformação inerente ao *ato reflexivo de educar-se* (FREIRE, 2002). Nesse momento, parece relevante considerarmos que a dimensão sociocultural e patrimonial dos museus tornou-se tema de grande interesse no século XX para

todos os gestores e guardiões de um saber memorial que se via diante de uma real ameaça de extinção.

Diante dessa lógica de pensamento, que envolve perigo e valor, o patrimônio se aloja entre a preservação e a posse material, espiritual, econômica ou simbólica (CHAGAS, 2005). E nesse sentido:

A entrada do objecto no circuito de um museu é considerada como o ingresso num outro mundo, num lugar de artifício. Este ingresso implica ainda a sua radical transformação semântica: esse fragmento do real colocado num museu torna-se portador de informação e elemento de interrogação (MARQUES, 2010, p.50).

Note-se, nessa perspectiva, que as noções de guarda ou posse – que se destina àquilo que tem um valor econômico, simbólico ou afetivo, no intuito de evitar o seu esquecimento ou desaparecimento – fazem parte do que Silva e Ribeiro (2011) chamam de *paradigma custodial patrimonialista, historicista e tecnicista*.

Esse modelo funcionou – e, em alguns redutos, ainda funciona – a partir de um quase desejo de afastamento de eventuais visitantes-usuários, entendidos como verdadeiros inimigos da ordem e provocadores de uma indesejada entropia nos sistemas.

É desse modo que os museus se apresentavam como novos templos da morte, a engendrar efeitos de projeção que

modificam incessantemente as formas da percepção estética e da apreensão efetiva (JEUDY, 1990). Numa palavra, “as espadas, os canhões e as espingardas depositadas num museu do exército não servem para matar [...] a utilidade parece banida para sempre” (POMIAN, 1984, p.1). Encerrados nos museus, os objetos¹⁶ são salvaguardados, sacralizados, enterrados nos mausoléus da memória oficial.

2.3.2. O Poder Simbólico dos Lugares de Memória

Percebida como o espaço essencial de uma comunidade, a linguagem¹⁷ faz-se necessária para que exista comunicação, mesmo nas sociedades ditas complexas, onde a escrita se sobrepõe à memorização da tradição e à circulação do saber. Nessa perspectiva, o texto oral, que representou o primeiro suporte da memória e/ou as produções simbólicas de um grupo, foi, no passado, prerrogativa de poucos quando se tratava de contar a história de um grupo, atualizando impressões ou informações de outrora.

¹⁶ Destituídos de utilidade, passam a se apresentar como *semióforos*, posto que representam o invisível e são dotados de um significado. Apesar de não serem manipulados, encontram-se expostos ao olhar. É justamente nesse momento que o *semióforo* desvela o seu significado, tornando-se uma peça de celebração. Nesse caso, quanto mais carga de significado tem um objeto, menos utilidade tem, e vice-versa (POMIAN, 1984).

¹⁷ Segundo Pomian (1984), a linguagem engendra o invisível, permite-nos falar sobre os mortos como se estes estivessem vivos; e aproximar o passado e o longínquo.

Os especialistas a quem era confiada essa tarefa ficaram conhecidos como homens-memória por serem capazes não apenas de registrar os eventos contemporâneos, mas, fundamentalmente, lembrar à comunidade – que os reconheciam e os legitimavam como bastiões de suas memórias – o ocorrido em épocas pretéritas.

É justo e necessário registrarmos que, por vezes, a função dos homens-memória também pode garantir ocultações e esquecimentos, por um lado inerentes, e por isso inevitáveis, à memória individual e coletiva, mas também interessantes às elites no sentido de manter determinada ordem. Isso porque:

Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 2003, p.422).

Aqueles que controlam os canais de informação, e que se dispõem, de acordo com seus interesses, a construir mitos e editar “a verdade”, manipulando-a, são os detentores do que Pierre Bourdieu chamou de poder simbólico – forma de domínio invisível exercido, em parte, a expensas da aquiescência, cumplicidade e submissão da maioria (BOURDIEU, 1989).

Nesse contexto, de acordo com a lógica de funcionamento das instituições museais marcadas pelo

paradigma custodial, vem ao encontro do pensamento acerca do Poder Simbólico a seguinte afirmação:

[...] as coleções que, para os membros do meio intelectual e artístico, são instrumentos de trabalho e símbolos de pertença social, são para os detentores do poder insígnias da sua superioridade e também instrumentos que lhes permitem exercer uma dominação neste meio (POMIAN, 1984, p.79).

Devemos acrescentar que o Poder Simbólico conta, ainda, com a ideia de que a adaptação a uma posição dominada implica uma forma de aceitação da dominação. Evidencia-se, dessa forma, um poder que semeia e promove memórias e esquecimentos, relacionados dialogicamente (CHAGAS, 2002).

Quando o homem caminhou da oralidade para a escrita, e depois, com a posterior invenção de Gutenberg, as possibilidades de se produzirem registros perenes de uma memória exterior à mente humana se dilataram significativamente. Essa demanda, por sinal, se faria necessária à medida que a quantidade de informação se tornasse superior à capacidade humana de guardá-las todas na memória.

Seria preciso, então, solucionar o problema do armazenamento de informações em suportes palpáveis e duráveis (LE COADIC, 2004). É assim que a arte da memória, oriunda de uma tradição muito antiga, seria subjugada pelos excessos de papel, e, a posteriori, dos bancos de dados e da internet, que a tornaram supérflua, e, por vezes, inútil.

Surgiram, assim, em fins do século XVIII, o que Leibniz chamaria de *memórias de papel* e a necessidade por *lugares de memória* (NORA, 1993). Nessa mesma época, um dos principais objetivos da Ilustração era fazer do livro uma ferramenta de transformação da sociedade, modelando hábitos através de sua leitura, seja ela verbal ou icônica, e ditando a substituição das leis consuetudinárias.

Esse progresso da memória escrita, através dos registros da informação escrita, pretendido pelos iluministas foi contemporâneo à criação dos primeiros museus etnográficos responsáveis pelo registro, coleção, conservação, transmissão, estudo e interpretação de objetos materiais.

De acordo com Pierre Nora (1993), graças ao volume de informação produzido espontaneamente pela sociedade, seus meios técnicos de reprodução e de conservação, e, sobretudo, à superstição e ao respeito ao vestígio, vivemos na época que mais produziu arquivos. Isso porque à medida que a memória tradicional desaparece, somos forçados a acumular sinais visíveis do que foi, criando ambientes artificiais, que abrigariam imagens cuja função seria a de trazer sentimentos e lembranças à memória.

Para Pierre Nora (1993), arquivos, bibliotecas e museus representam os rituais sagrados de uma sociedade desritualizada e dessacralizada, que só é capaz de lembrar uma ínfima parcela daquilo que poderia ter necessidade de lembrar. Todavia essa memória era ainda uma memória oficial, digna dos templos e das sacralizações de objetos – sobretudo nas

bibliotecas e museus – das ações e concepções focadas na salvaguarda e na relação mais hostil possível com os usuários/visitantes.

Desse modo, os *lugares de memória* não se dispunham a convidar o povo. Eram estes lugares de contemplação sem interação, sem reinvenção, sem vida, sem diálogo. Tais características eram mais do que propícias para a configuração de uma crise nas instituições museais.

2.3.3. A Crise dos Lugares de Memória

À primeira vista, as noções de perturbação e desequilíbrio aparecem quase que como sinônimos à ideia de crise, como se não houvesse – ou não parecesse haver – algo de positivo no insucesso ou na estagnação. Ainda que seja sob a forma de reflexão e aprendizagem para que se evite a repetição de erros.

A Psicologia percebe a crise como manifestação temporária de uma ruptura no processo evolutivo, considerando suas consequências tanto positivas quanto negativas. Numa palavra, a crise parece ser fundamental para o desenvolvimento do indivíduo e da sociedade.

No caso da Sociologia, a partir do momento em que se dedica à reflexão sobre as crises sociais, tal ciência passa a refletir sobre si mesma, bem como em relação aos seus paradigmas e sua capacidade de analisar e perceber a sociedade e seus pontos de ruptura. Acerca dessa noção de crise de identidade, devemos ainda enfatizar que os seus

aspectos referenciam modificações da estrutura identitária, e não o colapso das identidades culturais (JEUDY, 1990).

No tocante à feição mitológica das origens do museu, Mário Chagas (2002) considera que as musas foram geradas a partir da união entre Zeus, personificação do poder, e Mnemósine, identificada com a memória; e por isso, os museus seriam “herdeiros de memória e de poder [...] espaços celebrativos da memória do poder ou equipamentos interessados em trabalhar com o poder da memória” (CHAGAS, 2002, p.52).

O próprio Estado criou um sem-número de leis de conservação que evidenciaram o ritmo da sacralização cultural dos objetos, signos e lugares alusivos às culturas dominantes (JEUDY, 1990).

É dessa forma que as instituições museais legitimariam uma memória oficial sustentada pela informação/objeto museológico aplicada aos interesses das ideologias das classes dominantes e favorecendo a consolidação da hegemonia do aparelho do Estado através da alienação dos sujeitos de seus direitos, vontades, interesses e necessidades.

Tais mecanismos de manipulação e coerção social são percebidos por Pierre Bourdieu (1989) como *sistemas simbólicos* que atuam como instrumentos de conhecimento e de comunicação. Nessa perspectiva, aliás, as *produções simbólicas*, derivadas do *poder simbólico*, estão relacionadas aos interesses da classe dominante, que legitima uma cultura a ela inerente. Esta, por sua vez, contribui de modo a ratificar e reconhecer a ordem estabelecida mediante a confecção de distinções,

hierarquias e ideologias, e sua aquiescência coletiva (BOURDIEU, 1989). É assim que:

a cultura que une (intermediário da comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante (BOURDIEU, 1989, p. 11).

Toda essa alienação não poderia fomentar outro sentimento na sociedade que não o do afastamento, da indiferença. Vale registrarmos que o termo alienação é derivado do latim *alienus*, que significa *aquilo que pertence a um outro*. No próprio dicionário, o termo *alienação* aparece ligado à ideia de afastamento, de sensação de marginalidade (FERREIRA, 2010).

Para efeito de nosso estudo, nos concentramos na alienação a partir das perspectivas da Sociologia e da Psicologia Social. Nesse sentido, de acordo com o sociólogo americano Robert Blauner, há quatro formas empiricamente mensuráveis de experiência de alienação: *falta de poder, falta de significado, isolamento e auto-isolamento* (BLAUNER, 1964).

Às nossas considerações interessam as perspectivas da falta de poder e da falta de significado; enquanto aquela é entendida como *a incapacidade de influenciar o ambiente de alguém*, esta última se caracteriza pela *inabilidade de identificar a contribuição de alguém, ou alguma instituição, para o produto*.

A falta de poder está, assim, associada ao público enquanto que a falta de significado é externalizada pelas instituições de memória; vale lembrar, todavia, que ambas as formas de alienação relacionam-se entre a gestão dos espaços museais e o seu diálogo – ou ausência dele – com o usuário-visitante.

Nessa perspectiva, ainda poderia vigorar esse *poder simbólico* – que, como vimos, para se fazer válido, prescinde da legitimação tanto daqueles que o exercem quanto dos que por ele são regidos – externalizado pelos *lugares de memória oficial* sem a aquiescência, e, sobretudo, a valorização e legitimação por parte daqueles que contemplam, com assombro e respeito, o seu esplendor?

2.4. O PAPEL SOCIAL DO MUSEU¹⁸

Entendemos a Ciência da Informação – para além de suas variadas, e até contraditórias, definições e classificações – como um campo de estudos que promove o desenvolvimento do homem em sociedade, apresentando-lhe possibilidades de intervenção na realidade através de ações sociais.

É bem verdade que a construção de propostas para a formulação de um projeto social baseado numa política de

¹⁸ Acreditamos que o termo *função ou papel social do museu* represente um pleonasma, tendo em vista que o museu deve necessariamente nascer com um caráter social, precisando apenas tornar real essa função social. Todavia, como muitas instituições ainda não se aperceberam dessa natureza, talvez ainda seja necessário assim nos remetermos ao papel do museu.

informação pautada na democratização do acesso aos conteúdos informacionais ainda representa um desafio. Isso porque o acesso e uso universal da informação são tributários do protagonismo dos cidadãos no espaço público no sentido de transformar o estoque de informação disponível em conhecimento crítico, partilhado com sua comunidade e capaz de libertar e transformar outros sujeitos.

Nessa perspectiva, por sinal, identificamos pontos de contato entre a CI voltada para conteúdos socioinformacionais e o pensamento de Paulo Freire acerca da importância da assunção do papel de sujeito da educação por parte dos indivíduos. Encontramos, ainda, nas desejadas autonomia e criticidade, elementos-chave para a concretização do ato de estudar como atitude frente ao mundo (FREIRE, 2011).

As práticas informacionais, pensadas como um processo resultante de uma ação socialmente partilhada através de criticidade e autonomia, são constituídas mediante produção, transferência, aquisição e significação por parte dos sujeitos, deixando de se apresentarem como meros veículos de ideologias. Isso porque, tal como a informação, a memória pode atuar como instrumento de dominação e domesticação dos homens, mas também denota a possibilidade de se constituir em ferramenta imprescindível à sua libertação, conforme pontua Le Goff (2003).

Dedicando-nos a um estudo mais pormenorizado acerca de um conceito de autonomia, identificamos que esta, sob a ótica de Castoriadis (1992), seria o agir reflexivo individual e social de

uma razão, criado num movimento incessante. É ainda um projeto, tanto no plano ontológico quanto no plano político, que visa o nascimento do poder instituinte entre os sujeitos ao mesmo tempo em que evidencia um “monumento de criação, que inaugura não só outro tipo de sociedade, mas também outro tipo de indivíduos” (CASTORIADIS, 1992, p.139).

Em meio ao embate dicotômico entre dominação e libertação, sugerido em nossas considerações, devemos ressaltar que nem toda assimilação do hegemônico pelo subalterno acarreta necessariamente submissão. Do mesmo modo, a simples recusa não é sinônimo de resistência. Por outro lado, quando a construção coletiva de uma memória informacional se impõe ao Poder Simbólico, a autonomia supera a alienação e se pode pensar em desenvolvimento social.

Devemos enfatizar que o desenvolvimento de que tratamos não se relaciona com a concentração de capitais, mas com a distribuição mais equitativa das *riquezas* da nação entre todos os seus cidadãos. É justamente na defesa dessa proposta de construção coletiva da nossa memória informacional que, via de regra, os museus se apresentam atualmente.

2.4.1. O Novo Museu: perspectivas

Diante das cada vez mais rápidas mudanças de valores e significados sociais impostas aos sujeitos pelas Sociedades da Informação e do Conhecimento – e do próprio quadro de crise nas instituições de memória, que discutimos anteriormente – os

museus se depararam com o desafio de se reinventarem, em busca da projeção de seu valor social. Nessa perspectiva, os museus começaram a se dispor e a se identificar enquanto artefatos sociais a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, deixando de representar um território sagrado e intocável (SEMEDO, 2008).

É nos museus que os bens culturais móveis – vulneráveis à ação do tempo e ao esquecimento da sociedade – são cuidados, estudados, exibidos e apreciados pelo público a partir de um olhar sempre novo, fundamentado na missão de democratizar o acesso à cultura para construção de uma sociedade mais crítica e atuante (FUNDARPE, 2010).

Vale lembrar, nesse sentido, que além de apreciar os acervos museológicos, os usuários/visitantes dos museus têm, cada vez mais, a possibilidade de interagir com as peças em exposição, ressignificando sua cultura e sua memória, como sujeitos dessa ação. Desse modo, de provedores de informação, os museus começam a se pensar como mediadores da informação, tendo em vista que fornecem os subsídios para que os seus usuários/visitantes encontrem suas próprias ideias e cheguem às suas próprias conclusões (SEMEDO, 2008).

Assim, de acordo com Silva (2000), no âmbito museológico, a produção do conhecimento científico articula-se com a promoção e difusão cultural, uma vez que os museus são simultaneamente repositórios e pólos dinamizadores de cultura de modo geral.

Negando-se à tarefa de depósito de documentos produzidos pelo homem em sociedade, o museu se apresenta como uma instituição aberta ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento mediante um trabalho permanente com a preservação e divulgação do patrimônio cultural, representado em seus acervos e exposições.

Nesse contexto, indo ao encontro do pensamento de Isabel Marques (2010), acreditamos que mediante o acesso integrado ao acervo dos museus será possível uma maior eficácia na salvaguarda, preservação, exposição, investigação e gestão dos bens patrimoniais. O que fomentará o acesso pleno e universal aos conteúdos museológicos, permitindo, ainda, um maior diálogo entre recursos humanos e eficiência na gestão de recursos financeiros.

Deve, ainda, o museu se dispor a fomentar e ampliar as possibilidades de construção identitária e coletiva, a produção de conhecimentos, as oportunidades de lazer e a inclusão social, através da democratização do acesso, uso e produção de bens culturais em seus espaços, sejam eles físicos ou virtuais (IPHAN/MinC, 2005).

Os museus são apontados também como instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

Da mesma forma, de acordo com o Sistema Brasileiro de Museus (SBM), esses lugares de memória são percebidos como casas que guardam e apresentam sonhos, sentimentos, pensamentos e intuições que ganham corpo através de imagens, cores, sons e formas. Representam, ainda, pontes e janelas que ligam e desligam mundos, tempos, culturas e pessoas diferentes.

Apresentam-se, ainda, como espaços de organização e evocação de referências culturais que contribuem para o desenvolvimento dos sujeitos sociais ao mesmo tempo em que se tornam pólos irradiadores de uma dinâmica social que atua na identidade, filiação e legitimidade, tomando, nessa tarefa, o passado e a memória como propulsores dessa reflexão (JEUDY, 1990). Tal como outras instituições, a sobrevivência dos museus depende de estes serem capazes de continuar a oferecer relevantes experiências sociais para as futuras gerações (BEARMAN, 2012).

2.4.2. Museu e Mediações

A mediação cultural¹⁹, segundo Jean Davallon (2007), pode ser pensada como ação que visa aproximar o usuário/visitante de uma instituição cultural de seus conteúdos.

¹⁹ O próprio Jean Davallon (2007) considera que, usualmente, ao se falar sobre mediadores, faz-se referência aos profissionais da mediação museal ou patrimonial; no entanto a mediação cultural, estética, artística, das culturas ou dos saberes cobre um campo muito mais amplo e uma abordagem muito mais teórica. Nesse sentido, a mediação dos saberes constitui um domínio quase específico, que reenvia, por um lado à mediação da informação e, por outro, aos aspectos sociais ou semióticos da comunicação.

Tal ação se pauta na construção de uma interface entre o público e o objeto cultural, tencionando que, de alguma forma, aquele se aproprie deste último.

No âmbito da comunicação mediatizada, Armando Malheiro da Silva (2010) nos ensina que a mediação representa o elo entre aquele que enuncia e o destinatário pelo qual se fundam e garantem a coerência e a continuidade institucionais da comunicação.

As inevitáveis relações entre os sujeitos e suas realidades demandam um elemento mediador²⁰, já que “o que se vê é apenas uma parte do que existe” (POMIAN, 1984, p.68). E nesse particular, a mediação – que se manifesta na emergência de uma linguagem, de um sistema de representações²¹ culturais – se apresenta como “o elo entre o enunciador e o destinatário pelo qual se fundam e garantem a coerência e a continuidade institucionais da comunicação” (SILVA; RIBEIRO, 2011, p.146).

No tocante à mediação em espaços museais, de acordo com Semedo (2008, p.32):

[...] os museus transformam-se em lugares de contato, de questionamento e de confronto entre coleções e outros, espaço dialógico e de participação cívica por excelência. Lugares

²⁰ No caso do museu enquanto mediador, o ato de possibilitar ao usuário/visitante a oportunidade de um encontro autêntico com os objetos ali expostos permite a construção dos sentidos e significados de tais objetos, bem como de sua relação com o mundo.

²¹ Esse sistema de representação engendra um sistema social, coletivo, de pensamento, de relações e de sociabilidade.

que procuram relevância nos diversos níveis da esfera pública, assumindo o micro-espço público particular importância, pois é, essencialmente, este o nível que envolve a coordenação de comunicação e de espaços de participação cívica (SEMEDO, 2008, p.32).

Para além de uma abertura irrestrita e um franco convite manifestado pelos museus, é imperativo possibilitar o acesso aos bens culturais e incitar uma aproximação e uma relação mais íntima com esses espaços, envolvendo atividades de mediação dos objetos.

Face ao entendimento de que as instituições museais atualmente assumem uma posição de mediadoras de informação e conhecimento, os museus devem ser percebidos como instituições de informação interiorizadas pelos indivíduos e dispostas de modo a facilitar ao máximo o acesso ao seu conteúdo, a autonomia individual e as possibilidades de participação efetiva em todo poder explícito existente na sociedade, conforme enfatiza Castoriadis (1992).

3. SISTEMAS MEMORIAIS: NOVOS MODELOS E PROPOSTAS PARA O NOVO MUSEU

“A primeira característica da rede é ser virtual. Ela somente é realmente real, realmente efetiva, historicamente válida, quando utilizada no processo da ação”.

Milton Santos

Buscando uma perspectiva dialógica, apresentamos os postulados de Thomas Kuhn e Karl Popper acerca de paradigma, crise e mudança de paradigma. Ilustram essas discussões as ações de salvaguarda de patrimônio em torno de noções e *mediações custodiais* apresentadas por Armando Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro. Acrescentamos a tais considerações as noções de memória e sistema. Da mesma forma, evocamos o conceito de Sistemas Memoriais, que, em nosso entendimento, apresenta-se como produto de um novo paradigma que se pauta na busca pelas relações interinstitucionais em prol do compartilhamento de conteúdos informacionais.

3.1. PARADIGMAS: ENTRE PERMANÊNCIAS, CRISES E MUDANÇAS

De acordo com as nossas leituras acerca do pensamento de Thomas Kuhn (1979), paradigma é o resultado científico fundamental – sempre aberto a toda espécie de investigação

posterior – que os membros de uma comunidade científica partilham, em torno de uma teoria científica precisa, consistente e abrangente e algumas aplicações e resultados de experiências e observações.

Tal princípio rege não só os meandros da ciência, mas também as visões de mundo de uma época. Devemos lembrar que um paradigma pode ser definido como a pedra angular de todo um sistema de pensamento de uma sociedade e ao mesmo tempo “o produto de todo um desenvolvimento cultural, histórico, civilizatório” (MORIN, 2011, p.77).

Sobre o pensamento científico, Kuhn (1990) anota que o momento que antecede a formação de uma ciência denota-se por atividades e opiniões diversas e desorganizadas e pela discussão de fundamentos. Só quando advém um paradigma se dá a sua estruturação e esta ciência recebe o título de *normal*.

Esta passa a se comportar de acordo com o paradigma em voga, e só evolui a partir de revoluções, ocorridas, geralmente, em grandes intervalos de tempo e que se fazem necessárias diante de problemas ou dificuldades que o paradigma não consegue superar.

À medida que essas *anomalias* se tornam irreversíveis, *podem* gerar uma ou mais crises, que só se resolveriam com a instauração de um novo paradigma. Assim, os progressos e revoluções da ciência não se fazem de modo cumulativo e linear, mas a partir de saltos, isto é, revoluções científicas.

Estas, tidas por Kuhn como o modelo ideal de desenvolvimento de uma ciência madura, invariavelmente,

buscam reconstruir o campo de investigação a partir de novos fundamentos. Nesse sentido, o cientista atua como um jogador de “quebra-cabeças”, já que em sua atividade, por vezes, limita-se a procurar peças encaixáveis no enorme quadro formado pelo paradigma científico no qual se encontra imerso.

Diante da impossibilidade do encaixe, o cientista é culpabilizado pelo erro, e não o sistema; o que leva esse *cientista-jogador* a retomar, do início, a sua atividade, buscando adaptar o paradigma à anomalia através de todo o universo de variações possíveis.

Quando, para toda a comunidade científica, torna-se impossível a sua solução, e se somam outras anomalias àquele sistema, instala-se a crise, e com ela a desconfiança nos fundamentos e métodos do paradigma vigente. (ver figura 2).

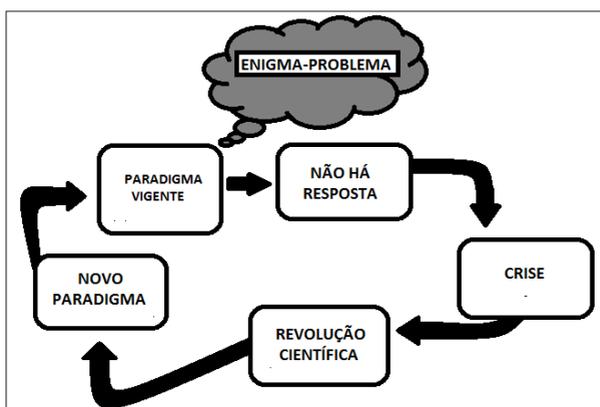


Figura 2 – Mudança de Paradigma segundo Kuhn

Fonte: GOUVEIA JUNIOR, 2012

Karl Popper (2007), em oposição à visão kuhniana, não vê necessariamente na crise e na ruptura a oportunidade para o advento de um novo paradigma, mas aposta na ideia de que o conhecimento científico progride à medida que se faz o exercício de *falseamento* e contestação a uma teoria já estabelecida.

E essa mudança, ou revolução, se daria, em sua concepção, de modo mais recorrente. Tal concepção parece encontrar eco na seguinte afirmação:

Os animais se defrontam a cada manhã com o fato de terem esquecido quase tudo o que viveram no dia anterior, e seu intelecto tem de trabalhar sobre um material mínimo de experiências [...] O homem, ao contrário, devido a seu poder de lembrar, acumula seu próprio passado, toma posse dele e o aproveita. O homem nunca é um primeiro homem: desde o início já existe a partir de um certo nível de passado acumulado. Este é o tesouro único do homem, seu privilégio e sua marca. E, de todo esse tesouro, a maior riqueza não consiste no que parece certo e digno de ser conservado: o mais importante é a memória dos erros, que nos permite não cometê-los. O verdadeiro tesouro do homem é o tesouro dos seus erros [...] (ORTEGA Y GASSET, 2006, p.41).

O homem, desse modo, diferencia-se do animal por sua memória e pela capacidade de aprender com seus acertos, mas também com suas falhas e com a dos seus semelhantes; desde que estes comuniquem sucessos e insucessos. Seria esta uma

aprendizagem cumulativa e baseada na memória do erro, na sua divulgação e posterior busca pelo correto ou pela verdade. Vale lembrar que o *certo* aqui carrega apenas temporariamente esse *status*.

Ainda seguindo as ideias de Popper (2007), nesse sentido, a ciência, ao se deparar com problemas inerentes à explicação do universo, formula novas hipóteses que podem ser, *a posteriori*, refutadas, o que denota, sob a ótica popperiana, o crescimento contínuo e cumulativo das ciências através de revoluções constantes e permanentes. Desse modo, um sistema científico só é válido até que seja refutado com a comprovação de sua falsidade.

As teorias de Thomas Kuhn e Karl Popper encontram eco ao admitirem a possibilidade de desenvolvimento do conhecimento epistemológico e da própria ciência. Entretanto as mudanças de paradigma na concepção de cada teórico se dão de formas distintas, sob rupturas ou sob sedimentação de experiências.

Parece válido enfatizarmos o nosso ponto de discordância com Kuhn – acerca da necessidade de ruptura para o advento de novos paradigmas – que, por outro lado, aproximamos da ideia defendida por Silva e Ribeiro (2011) em relação à vigência simultânea de dois paradigmas distintos e até antagônicos, ainda que um deles, o mais antigo, dê sinais de esgotamento ou colapso. (ver figura 3).

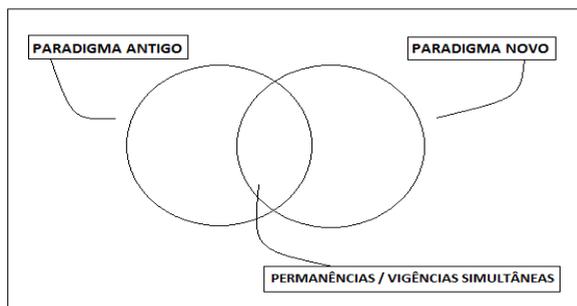


Figura 3 – Vigências Simultâneas de Dois Paradigmas

Fonte: GOUVEIA JUNIOR, 2012.

Um clássico exemplo de tal possibilidade é a relação entre a oralidade e a escrita, onde percebemos o entrecruzamento de ruptura e continuidade nesse – apenas aparente – par de contrários (SILVA; RIBEIRO, 2011).

Outro indicador da vigência simultânea de dois paradigmas, que talvez melhor se aplique às nossas considerações, é a situação dos museus e todo o conjunto de mudanças que precisou ser operado para que tais instituições não desaparecessem.

Nesse contexto, para que as instituições museais pudessem se manter vivas e superarem suas próprias crises, precisaram aceitar-se como espaços de (re)invenção, de interatividade, de ludicidade, de franco convite à sociedade como um todo (ICOM, 1972; 1984; 1992). Nesse particular, se não podemos dizer que o seu foco se transferiu do objeto/documento/monumento para o visitante/usuário, ao

menos, este último começa a figurar como protagonista nos processos museais de produção e compartilhamento de cultura, memória e informação.

Desse modo, tal como nos arquivos e nas bibliotecas, o museu tem agido no sentido de substituir o *paradigma custodial, patrimonialista, historicista e tecnicista* pelo *paradigma pós-custodial, informacional e científico* (SILVA; RIBEIRO, 2011). Atende-se, assim, à ideia de que toda biblioteca, bem como todo museu, carrega uma concepção implícita de cultura, saber e memória, mas só adquire sentido pelo trabalho de seus leitores, por suas demandas.

Tais instituições devem, então, apresentar-se como organismos calcados na valorização da dignidade humana, na promoção da cidadania, no cumprimento da função social, na valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental, na universalização do acesso aos seus conteúdos, no respeito e valorização da diversidade cultural e no intercâmbio institucional (BRASIL, 2009).

A busca por essa mudança efetiva depende em muito da biblioteca ou do museu que nós queremos para o futuro; se tais instituições foram criadas pelo e para o homem, um ser por natureza dinâmico tal como sua realidade, seu cotidiano e suas relações em sociedade, por que também esses *lugares de memória* não podem operar transformações em seus métodos e concepções?

Um organismo que não se reinventa diante da adversidade está fadado ao desaparecimento.

3.2. MEMÓRIAS

Jacques Le Goff (2003) nos ensinou a pensar a memória como um fenômeno social²², tributário tanto dos sistemas dinâmicos de informação quanto do comportamento narrativo dos sujeitos em sociedade.

A memória, percebida como propriedade de conservar certas informações, é geralmente associada a um conjunto de funções psíquicas, por meio das quais se podem atualizar impressões ou informações passadas. Estas, por sua vez, têm o poder de contribuir para o fortalecimento de uma comunidade e até a autoafirmação dos sujeitos em torno da ideia de pertencimento a determinados grupos sociais. Nesse particular:

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva não é somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder (LE GOFF, 2003, p.469-470).

Acerca das noções de memória coletiva, devemos lembrar o estudo de Halbwachs (2006); este autor, por sinal, indica não a existência de *uma* memória coletiva, mas de *muitas* memórias coletivas. Nesse sentido, todas as nossas lembranças

²² A memória se constitui como um fenômeno social em virtude de se tratar de comunicação a outrem de uma informação, na ausência do acontecimento ou do objeto que constitui o seu motivo (LE GOFF, 2003, p.421).

são coletivas e nos são lembradas pelo outro, mesmo que tais lembranças aludem a momentos em que somente nós estivemos envolvidos ou objetos que somente nós vimos.

Isso ocorre porque nunca estamos sozinhos, tendo em vista que nossos atos e pensamentos se explicam por uma natureza de ser social e pelo fato de que não deixamos de estar encerrados em alguma sociedade. Desse modo, “são os indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo” (HALBWACHS, 2006, p.69).

Vale enfatizar que, de acordo com o postulado por Halbwachs, essa memória coletiva não se configura como exercício de uma forma específica de dominação ou violência simbólica, uma vez que a já mencionada seletividade da memória conta com um processo de *negociação*, que visa conciliar as memórias individuais com as memórias coletivas (HALBWACHS, 2006).

Na perspectiva da CI, a memória emerge como sinônimo de informação ou como representação do conhecimento em suportes. A memória, então, é percebida como ato de armazenamento e preservação de informação tanto para a sociedade atual quanto para as do porvir. Desse modo, enquanto a memória histórica alude ao passado²³, ao que foi feito ou dito, a memória para o nosso campo de estudos é projetada para o

²³ Sem que tal afirmação implique na indesejada ideia de que a História seja uma ciência do passado, já que parece absurdo pensar que o passado enquanto tal seja objeto de ciência. Nesse particular, a História aparece como uma ciência dos homens no tempo e que incessantemente tem a necessidade de unir o estudo dos mortos aos dos vivos – do passado e do presente.

futuro, ou seja, para o que está sendo feito ou precisa ser feito, objetivando a preservação e compartilhamento de informação.

Tratando do lugar da memória no processo evolutivo do homem, Ulpiano Bezerra de Menezes (2007), por sua vez, associa a abstração e a articulação ao desenvolvimento da capacidade craniana. Enquanto a abstração basicamente seria o processo através do qual transformamos o sensível no inteligível, à articulação podemos atribuir noções de causa-consequência, que nos tornaram hábeis no sentido de prever situações ou de provocá-las de acordo com nossas necessidades.

Para Menezes (2007), a memória e a linguagem, bem como a imaginação, se fazem importantes ferramentas entre a abstração e a articulação em virtude de serem responsáveis por uma espécie de sedimentação das aprendizagens daquelas duas capacidades. Do contrário, nos comportaríamos como os tigres da metáfora de Ortega y Gasset (2006) – que precisam agir, a cada dia, como se fossem os primeiros de sua espécie, posto que não são capazes de recordar nem de transmitir aquilo que aprenderam no dia anterior.

Ainda sobre a memória, Menezes (2007) afirma que esta não só transmite informação, conhecimento e significações, mas cria significados com os quais o cérebro trabalha. E, nesse caso, tais significados, por serem construídos, são dinâmicos; tão mutáveis e múltiplos quanto à identidade do indivíduo e suas possibilidades subjetivas. O próprio Menezes enumerou cinco paradoxos sobre a memória. (ver quadro 2).

Quadro 2 – Os Cinco Paradoxos da Memória, segundo Ulpiano Bezerra de Menezes

A voga e a crise da memória	Indica a presença da memória, a enxurrada de informação e o absurdo de se pretender guardar tudo na mente ou em lugares. Nesse sentido, a <i>hiperinformação</i> produz a <i>desinformação</i> , isto é, a quantidade de informação que se põe à disposição da sociedade só pode ser consumida de modo superficial e precário.
Memória-amnésia	A memória sugere um mecanismo de seleção e esquecimento programado, já que seria impossível o pensar e o lembrar sem o esquecer. Há, porém, os esquecimentos programados e inevitáveis e os provocados contra pessoas, instituições e civilizações. São mecanismos repressivos e caracterizadores do que não podia ser visto ou dito em várias épocas.
Relação indivíduo-sociedade	Salienta a memória coletiva, não como o somatório das memórias coletivas, mas como sustentáculo das redes de interação e seus circuitos de comunicação. Os espaços públicos e monumentos foram criados para marcar e legitimar a celebração dessa memória coletiva. Todavia, com a redução das funções e dos sentidos dos espaços públicos, os monumentos perderam sua natureza coletiva para o habitante das cidades.
Objetividade-subjetividade	Contrário à ideia de Nora acerca das necessidades por lugares de memória, defende a existência dos espaços de massa como formadores e divulgadores da memória. Aponta a Internet como um novo lugar de memória em ação e transformação permanentes. Não basta, todavia, mergulharmos no mundo de possibilidades da <i>Web</i> ao sabor dos ventos do <i>hipertexto</i> . Antes de sabermos as respostas, precisamos estar conscientes de quais perguntas devem ser feitas. A memória é entendida como um campo de negociação onde devemos deixar de lado a oposição entre a objetividade e a subjetividade para colhermos os seus melhores frutos.
Passado-presente	Opõe passado e presente. Este último, aliás, é apontado como o tempo da memória, porque é no presente que se constrói a memória. Nessas relações entre tempos e memória, o autor postula que a contemporaneidade reúne, em um tempo sincrônico, diversas temporalidades que operam a memória.

Fonte: GOUVEIA JUNIOR, 2012.

Em relação à *voga e a crise de memória*, anotadas por Menezes (2007), precisamos tecer algumas ressalvas e considerações em torno da validade da ideia de hiperinformação. Se aceitarmos a memória enquanto produto de um sistema em equilíbrio²⁴, esse paradoxo da hiperinformação parece destituído de razão, tendo em vista que cada informação existe por um propósito.

Por vezes, sua utilidade parece *universal*, em outros momentos, visa contemplar um grupo específico da sociedade, o que a leva a não atingir uma série de outros grupos. Nesse contexto, a utilidade de uma coleção completa da obra de Karl Marx, impressa em braile, nas mãos de um estudante de mecânica de automóveis, que precisa saber o tempo médio de vida de determinada engrenagem, figura como um entre tantos exemplos possíveis para que possamos apreciar o quanto é relativa a utilidade de uma informação.

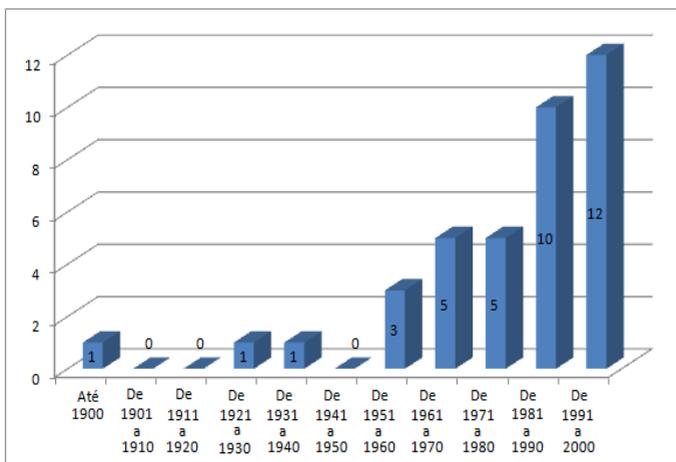
Quando observarmos o que é, ou não, relevante às nossas demandas, estamos realizando um processo de recuperação específico, que atua diante de um estoque de informação. Nesse caso, as Leis de Ranganathan (1931), que mencionam a ideia de que todo livro tem o seu leitor, e todo leitor tem seu livro, parecem aplicar-se perfeitamente, vindo a legitimar os nossos apontamentos.

²⁴ Quando um sistema está em equilíbrio não significa, necessariamente, que ele esteja parado e isolado da ação de forças; esta situação pode ser resultante de todas as forças, que, sobre ele atuando, anulam-se, tais como o par estabilidade/perturbação.

No tocante à *relação indivíduo-sociedade*, Menezes (2007) considera a perda de função e sentido dos espaços públicos e monumentos memoriais. Nesse contexto, até percebemos indícios de crise em tais segmentos, contudo, as necessidades de mudança e ressignificação já vêm sendo percebidas e processadas em muitas instituições de memória; do contrário, os museus e bibliotecas estariam sendo fechados ou estariam ameaçados de desaparecimento.

Se nos concentrarmos em torno da existência e criação de museus, ao longo do século XX, veremos que esse número só tem aumentado. (ver gráfico 1).

Gráfico 1 – Número de museus por ano de fundação (Pernambuco – 1900-2000)



Fonte: Cadastro Nacional de Museus, 2010 (adaptado).

3.3. OS SISTEMAS E SUAS TEORIAS

Antes de nos determos em considerações acerca dos Sistemas Memoriais e seus conceitos, precisamos tratar de empreender algumas noções de sistema que possam interessar à Ciência da Informação.

Sistema é definido como um conjunto de elementos entre os quais haja alguma relação; ou como o conjunto de órgãos interligados, que funcionam com um propósito comum, que produzem resultados possíveis de se obterem por um só deles isoladamente (FERREIRA, 2010). Esses são apenas alguns dos conceitos possíveis.

Nesse particular, apesar de haver uma ampla variedade de definições sobre sistema, Jaime Robredo (2003) indica que podemos pensar um sistema como um conjunto que funciona como um todo em virtude da interação de suas partes. Registre-se que ambos, as partes e o todo, dialogam entre si mediante uma relação de interdependência. Ainda nessa perspectiva, anotemos que um sistema é qualquer coisa maior que a soma de suas partes, tendo em vista que importa mais a forma como estas se relacionam entre si e as qualidades que emergem dessa relação (ROBREDO, 2003).

O mesmo Robredo (2003) também classifica sistema como um conjunto de relações interativas que mantém em operação, dinamicamente, um certo todo ao mesmo tempo em que se apresenta como o resultado inevitável de intenções organizadas, sejam estas físicas, biológicas, psicológicas,

sociológicas ou simbólicas. Devemos, no entanto, estar atentos para a amplitude desse conceito, posto que, em certa medida:

[...] toda a realidade conhecida, desde o átomo até a galáxia, passando pela molécula, a célula, o organismo e a sociedade, pode ser concebida como sistema, isto é, associação combinatória de elementos diferentes (MORIN, 2011, p.19).

Ainda acerca da ideia de sistema, Edgar Morín (2011) apresenta como característica, para além de sua alocação em um nível transdisciplinar, uma unidade marcada pela complexidade da noção de que um *todo* não se reduz à *soma* das partes que lhe constituem.

Silva e Ribeiro (2002) consideram a definição de sistema²⁵ como tributária do entendimento de uma estrutura complexa. Esta, por sua vez, é formada por uma gama de elementos que se interrelacionam e dependem um do outro assim como toda a estrutura em questão depende de todos e cada um desses elementos.

A referida estrutura, assim, é *estruturada* e *estruturante*, isto é, ela deriva dos elementos ao mesmo tempo em que os condiciona. Nesse particular, a estrutura – identificada com a

²⁵ Pinto e Silva (2005), adotando a aplicação filosófico-sociológica de Pierro Mella, entendem que um sistema possui ou integra uma estrutura duradoura que apresenta um fluxo de estados no tempo e não existe na realidade mas é concebida enquanto tal por qualquer observador que atribua significado aos estados ou às situações, assumidos por uma estrutura.

totalidade – e os elementos – as partes – relacionam-se da seguinte maneira:

[...] por um lado, o sistema torna-se uma unidade na multiplicidade dos seus componentes; e por outro, as partes perdem, no sistema, a sua individualidade, tornando-se igualmente essenciais na formação da unidade (SILVA; RIBEIRO, 2002, p.96).

De acordo com Bertalanffy (1977), a única maneira inteligível de estudar uma organização é estudá-la como sistema, uma vez que a análise dos sistemas trata a organização como um sistema de variáveis mutuamente dependentes. Por conseguinte, a teoria moderna das organizações conduz quase que inevitavelmente à discussão da Teoria Geral dos Sistemas (TGS), introduzida pelo próprio Bertalanffy a partir da ideia do organismo como totalidade ou sistema.

Sua teoria de princípios universais – que negavam o *mecanicismo cartesiano* e as noções da dinâmica do universo conforme um modelo fechado – era apontada como aplicável aos sistemas de natureza física, biológica ou sociológica, o que ensaiava os fundamentos básicos da interdisciplinaridade (GALINDO; MIRANDA; BORBA, 2011).

Essa busca pela interrelação entre distintos campos do conhecimento aparece quase que como uma resposta à aparentemente indispensável especialização, que, em fins do século XIX, tornava-se inerente ao homem *civilizado* e *enciclopédico*.

Já nessa época, as novas demandas por informação e velocidade sugeriam não uma sociedade comandada por especialistas, que “[...] ‘sabe[m]’ muito bem seu mínimo rincão de universo, mas [que] ignora[m] radicalmente todo o resto” (ORTEGA Y GASSET, 2006, p.134), mas homens que tinham um campo de estudos mais largo, e, ao menos, noções holísticas sobre a sua e outras áreas do conhecimento.

É válido lembrar que desde o limiar da organização e sistematização das ciências até as primeiras décadas do século XX, grande parte dos campos do conhecimento científico procurava estabelecer sistemas de leis explicativas e até proféticas que se identificavam com a física teórica.

A realidade física parecia, assim, ser a única permitida pela ciência. Esse estado de coisas, como nos mostra Bertalanffy (1977), gerou um reducionismo, ou seja, tanto a biologia quanto as ciências sociais e as ciências ditas do comportamento eram enxergadas, pensadas e regidas de acordo com os modelos e conceitos da física.

Prevalencia, então, dentro e fora das ciências da natureza, o mecanicismo – paradigma que só se alteraria quando a ambiguidade e a complexidade dos fenômenos observados exigiu mais do que fórmulas explicativas facilmente encaixáveis. Nesse sentido, acrescenta-se que reflexões acerca de uma espécie de negligência por parte do mecanicismo ante muitos problemas apresentados pelas ciências biológicas, sociais e do comportamento acarretaram novas abordagens em torno da noção de organismo.

Contemplava-se, a partir desse viés, o entendimento de um sistema aberto em que o organismo não é um sistema estático fechado, mas em ininterrupta transformação, correlação e troca com o meio externo, como a própria vida, onde “o homem não é um receptor passivo de estímulos provenientes do mundo exterior mas em sentido muito concreto cria seu universo” (BERTALANFFY, 1977, p.257).

No caso dos sistemas abertos, aliás, os estímulos provenientes do meio podem modificar a estrutura do sistema, levando à seleção de novas estruturas, conforme pontua Luhmann (2011). Iniciou-se, então, uma tendência de pensamento, externalizada pelas ciências modernas, que refutava os esquemas cartesianos e mecanicistas de unidades isoláveis e priorizava abordagens organísmicas no sentido de pensar os sistemas como elementos em perene relação de interação e interdependência.

A essa verdadeira transformação Bertalanffy (1977) chamou de *Revolução Organísmica*. Essa confluência para um pensamento holístico levou ao entendimento de que os fenômenos sociais devem ser considerados como *sistemas* e não como a mera soma de átomos sociais, uma vez que “[...] toda ciência social é a ciência dos sistemas sociais” (BERTALANFFY, 1977, p.259).

A ciência contemporânea, desse modo, adotou tal perspectiva, buscando um exame das interações e investigando setores da natureza cada vez maiores ao invés de isolar os

fenômenos em contextos particulares. Nesse contexto, a teoria geral dos sistemas apresenta-se como:

[...] um instrumento útil capaz de fornecer modelos a serem usados em diferentes campos e transferidos de uns para outros, salvaguardando ao mesmo tempo do perigo das analogias vagas, que muitas vezes prejudicaram o progresso nesses campos (BERTALANFFY, 1977, p.57).

De acordo com Luhmann (2011) – para quem os sistemas podem ser orgânicos, psíquicos ou sociais²⁶ – não existe propriamente uma teoria geral de sistemas, como postulava Bertalanffy. No próprio campo da sociologia não se pode pensar numa teoria geral dos sistemas sociais; aquele teórico concebe, todavia, a existência de modelos gerais da teoria dos sistemas que repercutiram no campo da sociologia.

Desse modo, os modelos indicados por Luhmann são: o do *equilíbrio*, marcado pela relação estabilidade/perturbação; o do *desequilíbrio*, gerido pela ideia de que no *desequilíbrio* os sistemas adquirem sua estabilidade; e o do *intercâmbio*, de energia, para os sistemas orgânicos, e de informação, para os sistemas de sentido. Neste último, aliás, a entropia sugere troca entre sistema e meio, o que leva à ideia dos sistemas abertos. Estes:

²⁶ De acordo com Luhmann, um sistema social é uma rede de comunicações autogerenciada, onde cada comunicação fomenta ideias, informações, pensamentos e significados, que acarretam novas comunicações.

[...] respondem a essa referência teórica, na medida em que os estímulos provenientes do meio podem modificar a estrutura do sistema: uma mutação não prevista, no caso do biólogo; uma comunicação surpreendente, no social (LUHMANN, 2011, p.63).

Dessa teoria dos sistemas abertos – responsável pela mudança de paradigma da distinção do todo e das partes para a distinção de sistemas e meio – derivam outras três teorias subsidiárias: *input/output*, *feedback positivo*; e *feedback negativo*. Para o primeiro desses modelos, o sistema, e não o meio, tem autonomia para decidir quais fatores determinantes propiciam o intercâmbio.

Os outros dois modelos em questão, por sua vez, são tributários da ideia de *feedback*, que, nesse caso, representa uma alternativa à demanda em se “alcançar *outputs* relativamente estáveis diante de um meio instável ou de situações variáveis” (LUHMANN, 2011, p.68).

Seu princípio básico se revela em “como funciona um preceito do sistema ao se produzir uma distância considerável no meio, obrigando o sistema a reagir para obter a estabilidade” (LUHMANN, 2011, p.69). Desse modo, enquanto o *feedback negativo* se dispõe a diminuir as distâncias, o *positivo* indica seu aumento. Ainda nessa linha de pensamento, podemos acrescentar que:

[...] já não se trata, em primeira instância, da estabilidade do sistema, mas das mudanças

que um sistema pode suportar: que quantidade de transformações é possível introduzir nele, sem colocá-lo em perigo? Ou, dito de outra forma: se realmente existem mecanismos para aumentar as distâncias, até onde se pode chegar, sem detrimento substancial do sistema? (LUHMANN, 2011, p.71).

A teoria dos sistemas apresentada por Luhmann – em oposição à de Bertalanffy, que se pautava nas relações entre o *todo* e as *partes* – está baseada na diferença entre o sistema e o meio. Desse modo, paradoxalmente, o sistema cria a sua própria unidade, à medida que realiza uma diferença. Ademais, “o meio é um momento constitutivo dessa diferença e, por isso, não é menos importante do que o próprio sistema” (LUHMANN, 2011, p.259). E nesse particular:

O meio pode conservar aspectos que podem ser mais importantes para o sistema (seja qual for o ponto de vista), do que os seus próprios componentes; mas também a alternativa contrária é teoricamente compreensível. Graças à distinção entre sistema e meio, é possível conceber o homem como parte do meio social, de maneira mais complexa e, ao mesmo tempo, mais livre, do que o meio, comparativamente ao sistema, constitui o campo de distinção de maior complexidade e menor ordem (LUHMANN, 2011, p.260).

É o mesmo Luhmann (2011) que registra que alguns teóricos contrapõem, incisivamente, a teoria dos sistemas à teoria da ação, como dois paradigmas contrários, apresentando a justificativa de que enquanto esta última se volta para o indivíduo na qualidade de sujeito – englobando os aspectos psíquicos e orgânicos daquele que age –, aquela designa realidades macrossociais, conservando um caráter de elevada abstração.

Em resposta a essa linha de pensamento, aquele autor, citando Talcott Parsons, considera que a ação só é possível sob a forma de sistema: *action is system*. Anota, ainda, que a construção de estruturas sociais se realiza sob a forma de sistema, sendo este, por sua vez, edificado pela ação. Estes dois conceitos formariam, então, um par indissociável e não um par de opostos.

Para Luhmann, antes mesmo de os indivíduos – mero elemento no contexto da ação – agirem, a sociedade já está integrada pela moral, pelos valores e símbolos normativos. Em outras palavras, a sociedade só existe por estar integrada sob a forma de sistema; e, desse modo, a ação realiza-se quando já existem valores coletivos estabelecidos e socialmente reconhecidos e aceitos. Por esse viés, explica-se o social como:

[...] uma rede de operações que gera uma fenomenologia de *autopoiesis*. Nessa perspectiva, é muito difícil que o conceito de ação seja adequado para definir o operador social, já que a ação pressupõe, ao menos no

entendimento comum, um processo de atribuição que nem sempre desemboca em um acontecimento de socialização. A ação pode também ser descrita como um acontecimento solitário, individual, sem nenhum tipo de repercussão social (LUHMANN, 2011, p.91).

3.4. REDES DE INFORMAÇÃO E COLABORATIVIDADE²⁷

Entre os muitos significados do termo *rede*, evocamos o que o define como o conjunto interconectado de vias e meios de transporte, de canais de escoamento ou distribuição, de fios ou circuitos entre uma fonte de eletricidade e as unidades de consumo, de meios e equipamentos de comunicação, ou de locais e agentes de prestação de serviços (FERREIRA, 2010).

Para Milton Santos (2006), a ideia de rede pode se delinear a partir de duas matrizes: uma de teor material e outra de natureza social. No campo material, a rede é pensada como qualquer infraestrutura que possibilite o trânsito de matéria, energia ou informação. Em seu viés social – e também político – a rede é formada por pessoas, mensagens e valores.

Analisando as diferenças na configuração entre as redes do passado e as atuais, este mesmo autor considera que sua principal distinção é o caráter de espontaneidade das primeiras. Isso porque:

²⁷ De acordo com Ferreira (2010), colaboratividade ou colaboração é definido como trabalho em comum com uma ou mais pessoas; cooperação, ajuda, auxílio.

Quanto mais avança a civilização material, mais se impõe o caráter deliberado na constituição das redes. Com os recentes progressos da ciência e da tecnologia e com as novas possibilidades abertas à informação, a montagem das redes supõe uma antevisão das funções que poderão exercer e isso tanto inclui a sua forma material, como as suas regras de gestão (SANTOS, 2006, p.179).

O próprio Santos (2006), em suas anotações acerca da fluidez da circulação de ideias e informações, anota que, se anteriormente a produção determinava a circulação, hoje esta é que controla aquela. Por essa linha de raciocínio, uma informação ou ideia só é capaz de circular se apresentar um valor, uma utilidade prática ou um meio para a obtenção de um fim. Nesse caso, a circulação ou o fluxo, necessariamente, envolve a ideia de *consumo*.

É a partir desse entendimento, então, que, no passado, a produção (criação) fomentava a circulação (consumo). Atualmente é o consumo, sobre forma de circulação, que incita a produção²⁸.

É válido considerar, ainda, que a fluidez de que trata Santos (2006), denota um desejo de suprimir todos os empecilhos à circulação da informação em âmbito global. Nesse

²⁸ A título de exemplo, poderíamos mencionar o mercado fonográfico brasileiro ao longo do século XX. Durante muito tempo, as músicas que foram veiculadas, sobretudo através do rádio, tinham como propósito formar um público consumidor – e, por vezes, moldá-lo de acordo com os interesses do governo. Atualmente, o que se observa é um mercado musical muito preocupado em atender os interesses de um público, em sua maioria, pouco exigente.

contexto, Aldo Barreto (2005) lembra que a vontade de eliminar o caos da Torre de Babel sempre animou aqueles que trabalhavam na construção de redes de intercâmbio cultural. Evidenciava-se, assim, a pretensão de conectar organismos locais, regionais, nacionais e internacionais em uma rede de relações, onde cada ponto pudesse ter conexões com quaisquer outros pontos, sem a necessidade de percursos sequenciais. (ver figura 5).

Desse modo, para Barreto (2005, p. 3-4):

Uma rede é um labirinto sem interior ou exterior. Pode ser finito ou infinito e em ambos os casos, considerando que cada um dos pontos de sua formação pode ser ligado a qualquer outro, o seu próprio processo de conexão é um contínuo processo de correção das conexões. É sempre ilimitada, pois a sua estrutura é sempre diferente da estrutura que era um momento antes e cada vez se pode percorrê-lo segundo linhas diferentes.

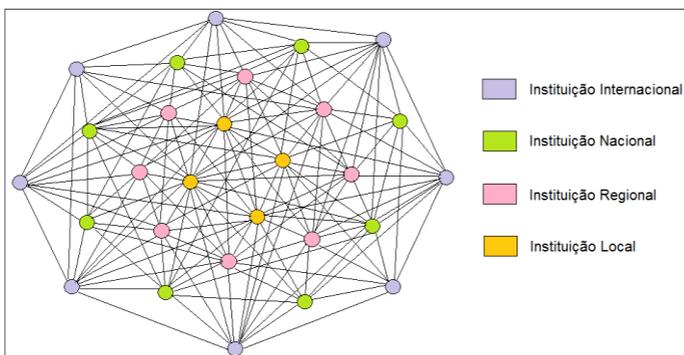


Figura 4 – Exemplo de rede de instituições

Fonte: GOUVEIA JUNIOR, 2012.

De acordo com Fritjof Capra (2008), as redes são capazes de engendrar uma massa de conhecimento compartilhável que envolve informações, ideias, habilidades, valores e crenças.

Nesse contexto marcado pela colaboratividade, em que muitas instituições aproximam-se com o intuito de construir relacionamentos de auxílio mútuo, vale considerar que:

A dinâmica catalisada pelas mídias digitais não está, todavia, restrita à academia, uma vez que a sociedade, como um todo, tem recebido o impacto de sua frequência ao mesmo tempo em que ela mesma, individual ou coletivamente, é responsável por sua construção, distribuição e acesso, o que caracteriza a era do acesso ao conteúdo (GOUVEIA JUNIOR; SANTOS, 2012, p.117-118).

Ainda de acordo com o próprio Capra (2008), essa lógica social de tramas e trocas, evidenciada tanto pela teoria dos sistemas quanto pelo pensamento em rede, guarda estreita relação com o universo da Biologia²⁹.

Nesse sentido, a noção de capital social vem ao encontro e complementa as noções apresentadas sobre teoria dos sistemas e pensamento em rede.

Embora esse conceito possua diversas significações, derivadas de outras tantas orientações teórico-metodológicas,

²⁹Um desses conceitos que vem da Biologia é o mutualismo; relação entre duas espécies que gera benefícios a ambos os agentes.

estamos mais ou menos convencidos de que tratamos aqui de um conceito relacional, que é norteado a partir do entendimento de capital social³⁰ como interação que une indivíduos em torno de objetivos comuns e evidencia relações de colaboração, reciprocidade e confiança mútua que os torna mais fortes. Ademais:

Estes novos tempos, implicam o estabelecimento de parcerias, a abertura a colaborações e o entendimento que só pela integração podem os museus, bibliotecas e arquivos prestar um serviço mais abrangente e de maior qualidade. [...] [de modo a] explorar a ideia de uma integração operante e pragmática que terá obrigatoriamente que partir do questionamento e da superação dos modos tradicionais de delimitação territorial. (MARQUES, 2010, p.47-48).

Se pensarmos essas teias de relacionamento e troca de informação em um nível maior, isto é, entre comunidades e/ou instituições, o capital social é capaz de conceder benefícios à sociedade, bem como potencializar a aprendizagem, a mobilidade social e o desenvolvimento econômico, desde que exista um conjunto de instituições e sujeitos comprometidos com essa finalidade.

³⁰ O capital social reside na estrutura das suas relações. É, então, a partir do relacionamento com o outro que o indivíduo obtém capital social.

3.5. SISTEMAS MEMORIAIS PARA QUÊ? PARA QUEM?

De acordo com Aldo Barreto (2005), a liberdade do fluxo de informação e seu compartilhamento amplo e irrestrito é um projeto que remonta o século XVII. Desde então, visava-se erigir uma sociedade do conhecimento³¹ integrada por redes de distribuição do saber.

Nesse particular, a Enciclopédia representou uma série de esforços empreendidos em conjunto em torno da compreensão semântica e da organização do conhecimento de uma época. Seu intento era facilitar e socializar o acesso à toda informação disponível a um número de pessoas tão grande quanto possível (BARRETO, 2005).

Para Manuela Azevedo Pinto e Armando Malheiro (2005), o desenvolvimento das instituições e organizações depende tanto de uma eficiente utilização do recurso *informação* quanto da capacidade de armazená-lo e recuperá-lo.

Os desafios que se apresentam às organizações demandam, para além de uma aparelhagem tecnológica, um reequacionamento da estrutura organizacional (PINTO; SILVA, 2005). Essa quase que transformação necessária se apresenta como:

³¹ Essa sociedade do conhecimento está sustentada pelo ideal da universalização do acesso ao conhecimento, entendido como o principal recurso econômico. Nessa *Era do Acesso*, os mercados, cada vez mais, têm aderido ao sistema de redes, e até o conceito de propriedade tem se transformado, já que se tem valorizado mais o consumo do que o produto (RIFKIN, 2005).

Resultado inevitável e incontornável da integração das organizações na Sociedade de Informação, na qual a componente da informação e do conhecimento desempenha um papel nuclear em todos os tipos de atividade humana em consequência do desenvolvimento da tecnologia digital, e da Internet em particular, induzindo novas formas de organização da economia e da sociedade, criando um modelo de desenvolvimento social e económico em que a aquisição, o armazenamento, processamento, valorização, transmissão, distribuição e disseminação da informação conducente à criação de conhecimento e à satisfação das necessidades dos cidadãos e das organizações, através das novas tecnologias da informação e comunicação, desempenham um papel central na atividade económica, na criação de riqueza, na definição da qualidade de vida dos cidadãos e das suas práticas culturais (PINTO; SILVA, 2005, p.2).

No entendimento de Castells (1999), as culturas se manifestam basicamente através de sua inserção nas organizações – sistemas específicos de meios focados na execução de objetivos específicos – e instituições – organizações investidas de autoridade capaz de desempenhar atividades específicas em prol da sociedade. Isso porque:

Formas de organização económica não se desenvolvem em um vácuo social: estão

enraizadas em culturas e instituições. Cada sociedade tende a gerar os próprios sistemas organizacionais. Quanto mais historicamente distinta é uma sociedade, mais ela se desenvolve de forma separada das outras e mais específicas são suas formas organizacionais (CASTELLS, 1999, p.233).

A partir dessa linha de raciocínio, podemos pensar que um conjunto de instituições e/ou organismos que interagem e trocam experiências, materiais e métodos, em torno de um objeto comum, denotam a ideia de sistema. E se tal sistema está ligado à memória e à informação – com base na ideia de que “os sistemas são fontes de informação e a informação é capaz de construir um sistema” (ROBREDO, 2003, p.110) –, então podemos introduzir em nossas considerações a ideia de sistemas memoriais.

Estes, diga-se de passagem, são chamados por Silva e Ribeiro (2002) de *sistemas artificiais convencionais*, uma vez que implicam a intervenção humana e suas relações organizativas e dinâmicas, dispostas de modo a tecer uma rede. De forma análoga, Pinto e Silva (2005) acrescentam que o elemento caracterizador da Sociedade da Informação é o produto da ação humana e reflexo das condições estruturais – políticas, técnicas,

econômicas e culturais³² – nas quais as ações se desenvolvem a fim de concretizar os diferentes objetivos³³.

Pinto e Silva (2005), da mesma forma, acrescentam a ideia de Sistema de Informação – fruto da relação transdisciplinar suscitada pela lógica sistêmica. Um sistema de informação, nessa perspectiva, é definido como:

A capacidade de toda e qualquer Organização (baseada ou mediada por estrutura administrativa e funcional ou orgânico-funcional) agir em todos e diversos níveis para atingir, concretizar e rentabilizar objetivos centrais/genéricos e específicos ou ligados à natureza do 'segmento' público-político, político-social e sócio-econômico da Organização (PINTO; SILVA, 2005, p.7-8).

Vai ao encontro dessa linha de pensamento o modelo de *sistema memorial* que sugere a leitura do conjunto de segmentos interoperantes³⁴ de missão memorial alocado no universo de

³² De acordo com Reis (2006), um dos grandes pilares da cultura de um país é o círculo das instituições culturais.

³³ Para Pinto e Silva (2005), a informação, enquanto fenômeno e processo, impõe-se às organizações e nas organizações. E nesse contexto, uma organização forte, com um sistema de informação bem estruturado, poderá encontrar na cooperação, na construção de redes de organizações, no uso efetivo do conceito de "rede" a plataforma para responder à economia global, quer a partir da própria capacidade de iniciativa quer como resposta a incentivos estatais.

³⁴ De acordo com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a interoperabilidade pode ser definida como a habilidade desenvolvida por dois ou mais sistemas no sentido de compartilhar dados e informações de modo

arquivos, bibliotecas e museus, bem como outros serviços públicos e privados. Nesse bojo estão incluídas todas as instituições atuantes nos campos da conservação, preservação e acesso aos bens do patrimônio memorial (GALINDO; MIRANDA; BORBA, 2011).

Enfatizamos, nesse particular, que os sistemas memoriais se apresentam como uma teoria em desenvolvimento que busca a compreensão integrada daqueles equipamentos de missão memorial que atuam a serviço da sociedade. Desse modo:

Vê-se que o sistema aqui tratado foge da lógica cartesiana e se apresenta como um organismo aberto e entrópico. O que sugere ininterruptas transformações e trocas com o meio externo, cuja influência pode até modificar a estrutura do sistema. Desse modo, é apropriado afirmar que o meio e o sistema se complementam em suas distinções (GOUVEIA JUNIOR; GALINDO, 2012, p.216).

Um exemplo dos supracitados sistemas artificiais convencionais, aqui tratados também como sistemas memoriais, é o Sistema Brasileiro de Museus (SBM)³⁵, criado a partir do

coerente e eficiente em prol da maximização dos resultados esperados. Para maiores informações, pode-se consultar o site:

<<http://www.governoeletronico.gov.br/acoes-e-projetos/e-ping-padres-de-interoperabilidade/o-que-e-interoperabilidade>>. Acesso em: 17 set. 2012.

³⁵ O SBM apresenta-se como um verdadeiro marco para as políticas públicas pautadas no setor museológico, tendo em vista que seu estabelecimento cumpre uma das premissas na Política Nacional de Museus, que é a constituição de uma ampla e diversificada rede de parceiros. Estes, ao somar esforços, atuam no sentido de valorizar, preservar e gerenciar o patrimônio

Decreto de número 5.264, de 5 de novembro de 2004, com a responsabilidade de promover a interação entre as instituições de memória e entre os seus profissionais – em prol de seu desenvolvimento – e de valorizar, registrar e disseminar conhecimento, cultura e memória, através de suas práticas museológicas (BRASIL, 2004).

O SBM é definido também como uma rede organizada de instituições museológicas, baseado na adesão voluntária, configurado de forma progressiva e que visa à coordenação, articulação, mediação, qualificação, diálogo e cooperação entre museus (BRASIL, 2009).

Promover a articulação entre as instituições participantes do SBM, sem desprezar a autonomia de cada museu, é um dos objetivos desse sistema, que, entre outras disposições, ainda busca estimular a criação de programas, projetos e atividades museológicas ligadas à valorização do patrimônio cultural de comunidades populares e tradicionais.

O incentivo à criação e articulação de redes e sistemas municipais, estaduais e internacionais de museus e seu intercâmbio e integração ao SBM; e as proposições da criação e do aperfeiçoamento de instrumentos legais visando um melhor desempenho e desenvolvimento das instituições museológicas também são preocupações evidentes do SBM (BRASIL, 2004).

Também podemos citar como exemplo pela busca da construção de um sistema memorial a disposição de vários

cultural de nosso país, sob a guarda dos museus. Esse estado de coisas torna tais instituições representativas da diversidade étnica e cultural do Brasil.

representantes de instituições memoriais de todo o Brasil no sentido de estabelecer uma rede nacional de compartilhamento de informações em prol do compartilhamento de conteúdos. A chamada *Rede Memorial* se baseia em princípios que sustentam uma política de digitalização dos acervos memoriais em prol de um espaço colaborativo de trabalho.

Tais princípios foram anotados numa carta que foi confeccionada no dia 14 de setembro de 2011, durante a CTCM (*Conferência sobre Tecnologia, Cultura e Memória: Estratégias para a preservação e o acesso à informação*), na cidade do Recife. Nessa ocasião, realizou-se, na sala do conselho do Instituto Ricardo Brennand, uma primeira reunião de representantes de instituições públicas e privadas envolvidas (ou desejosas de se envolverem) com projetos de digitalização dos seus acervos.

A reunião tinha por principal objetivo, a discussão de caminhos práticos para contribuir com os processos em curso de valorização da cultura brasileira. Para tanto, todos os envolvidos na confecção dessa rede parecem estar convencidos da importância da adesão de seis princípios para a digitalização dos acervos memoriais: *o compromisso com o acesso aberto, público e gratuito; compromisso com o compartilhamento das informações e da tecnologia; compromisso com a acessibilidade; padrões de captura e de tratamento de imagens; padrões de*

*metadados e de arquitetura da informação dos repositórios digitais; padrões e normas de preservação digital*³⁶.

É pertinente enfatizarmos que a noção de sistema memorial começou a fazer parte da agenda política brasileira a partir de 2003, quando novos marcos conceituais e práticos foram estabelecidos para a gestão da cultura brasileira, tirando-a das margens políticas governamentais (GOUVEIA JUNIOR; GALINDO, 2012).

Nesse contexto, tal ideia vem para se somar ao advento do novo paradigma tecnológico denunciado por Castells (1999) e que está pautado no poder das novas tecnologias da informação, que vêm agindo no sentido de a própria informação se tornar o produto do processo produtivo.

³⁶ Para maiores informações sobre a Rede Memorial, consulte a *Carta do Recife* – disponível em: [http://redememorial.org.br/Inicio_files/REDE MEMORIAL Carta do Recife br_1.pdf](http://redememorial.org.br/Inicio_files/REDE_MEMORIAL_Carta_do_Recife_br_1.pdf). Acesso em: 17 jun. 2012.

4. POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS PARA SERMOS BONS ANCESTRAIS

“Nossa maior responsabilidade é sermos bons ancestrais”.

Jonas Salk

Evocamos abordagens sobre as políticas públicas de incentivo à cultura, bem como o papel do Estado e da sociedade no sentido de se desenvolverem propostas de ação para que possamos ser bons ancestrais³⁷. A lógica do financiamento de instituições de cultura e a necessária atuação/intervenção do governo também são abordadas. Nessa perspectiva, veremos que o financiamento da cultura não deve ser dissociado das análises de políticas culturais e da responsabilidade dos governos federal, estadual e municipal, ainda que haja parcerias com instituições privadas. Indicamos, do mesmo modo, noções dicotômicas de meritocracia.

³⁷ Jonas Salk foi o primeiro cientista a descobrir a vacina contra a poliomielite, notabilizando-se mundialmente por ter contribuído para a cura daquela doença. Este afamado pesquisador lançou a reflexão de que nossas ações, realizações e deliberações são responsáveis pela criação do legado das futuras gerações. Nesse sentido, parece inegável que todo o trabalho e dedicação de um epidemiologista, bem como a atuação de um docente que preza por uma educação crítica e autônoma ou ainda as ações que giram em torno dos ideais de preservação de patrimônio, têm significativa repercussão no futuro. Cria-se hoje o estoque de informação que será utilizado, tal como o recebemos dos nossos antecessores, que, por sua vez, *enxergaram mais longe porque estiveram sobre os ombros de gigantes*.

4.1. POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS

Um dos temas bastante recorrentes nos debates contemporâneos é a capacidade de a cultura se apresentar como poderosa ferramenta transformadora capaz de produzir mudanças sociais e econômicas. As Políticas Públicas (PP)³⁸ que devem ser traçadas para tanto precisam indicar o caminho do desenvolvimento econômico sem deixar de levar em consideração as identidades e a diversidade cultural de cada região, buscando sempre a democratização do acesso à cultura.

De acordo com Potyara Pereira (2009), apesar de a política não ser inerente à natureza humana, ela resulta das suas necessidades de convivência, tendo em vista todas as diferenciações entre idade, sexo, raça, etnia, valores, crenças, ideologias e classes sociais.

Leonardo Secchi (2010), apesar de esclarecer que Política Pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público, indica como arbitrária qualquer tentativa de definição do que viria a ser uma política pública, tendo em vista a

³⁸ De acordo com Celina Souza (2006), as discussões acerca de políticas públicas advieram na década de 1930, a partir da Ciência Política, e se apresentaram enquanto campo de estudos entre os estadunidenses sem que suas análises focassem o papel do Estado, ao contrário do usual entre as abordagens europeias dessa temática. Nesse caso, vale enfatizar, que, enquanto Souza (2006) considera que as teorias sobre políticas públicas foram desenvolvidas, sobretudo, em países onde a democracia se apresentava estável e consolidada – o que influencia decisivamente na constituição dessa teoria – autores como Silva e Ribeiro (2011) e Rubim (2008) indicam que as políticas culturais apresentaram de modo mais enfático em países marcados épocas e regimes autoritários.

falta de consenso no tocante a esse conceito. O mesmo Secchi (2010) ressalta que no campo de estudos das PP existem duas correntes conceituais: a *abordagem estatista* e a *abordagem multicêntrica*.

A *abordagem estatista* entende as políticas públicas como ações emanadas unicamente pelo ator estatal, ainda que admita certa influência dos setores não-estatais. A *abordagem multicêntrica*, por seu turno, enxerga como válida e necessária a participação de organizações privadas, organizações não-governamentais, os atores estatais e a sociedade como um todo na confecção das políticas públicas.

Celina Souza (2006) classifica políticas públicas como um campo do conhecimento que busca *colocar o governo em ação* sem deixar de analisar tais ações, e, caso necessário, propor mudanças no tocante ao curso dessas ações. A formulação dessas políticas, desse modo, evidencia-se no momento em que os governos traduzem seus propósitos em programas e ações objetivando alcançar resultados que gerem mudanças no mundo real.

Nesse contexto, os serviços públicos, guiados pelo interesse comum no sentido de satisfação das necessidades sociais é que tornam evidente uma política pública, definida como “[...] uma estratégia de ação pensada, planejada e avaliada, guiada por uma racionalidade coletiva, na qual, tanto o Estado como a sociedade, desempenham papéis ativos” (PEREIRA, 2009, p.96).

De acordo com Teixeira Coelho (1997), de modo mais restrito, as políticas culturais representam um conjunto de iniciativas que visam promover a produção, a distribuição e o uso da cultura; a preservação e a divulgação do patrimônio histórico; e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável. Nesse contexto, devemos considerar que uma política cultural não deve se restringir a ações pontuais, mas atuar de modo contínuo na vida das pessoas, contando, inclusive, com a colaboração destas pessoas.

Um bom exemplo dessa franca participação popular das políticas culturais é a confecção da nova instrução normativa da Lei Rouanet, que está ampliando a noção de cultura como um polo estratégico de um novo ciclo de desenvolvimento social, ligado às metas de universalização do acesso, defesa da diversidade e fomento à criatividade cultural.

Essa nova lei³⁹, ademais, estabelece um novo paradigma para o financiamento cultural e artístico, uma vez que, em contrapartida ao que se verificou ao longo da vigência da Lei Rouanet, busca-se superar a concentração de recursos a despeito da meritocracia⁴⁰.

³⁹ Instrução normativa que foi discutida exaustivamente por artistas, produtores, parlamentares, secretários de cultura, gestores e sociedade, em seminários e audiências públicas realizadas no primeiro semestre de 2009, em todos os estados brasileiros.

⁴⁰ Tendo em vista que a escolha do patrocinador não se dá mediante edital, concorrência ou mérito do patrocinado.

4.1.1. Trajetórias Brasileiras

As atenções governamentais para com a memória e a identidade cultural no Brasil existem, oficialmente, desde os anos 30 do século XX, quando se promulgou a primeira lei relativa ao patrimônio (BRASIL, 1937). No entanto Ana Elisabete Medeiros (2005) identifica no Projeto de Lei n. 350, de 1923 – que visava instituir a *Inspetoria dos Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil* – um marco inicial de diálogo em termos de preservação de patrimônio.

Inspirado na Lei francesa de preservação de patrimônio, de 1887, o deputado pernambucano defensor do referido código, Luiz Cedro Carneiro Leão, não viu seu projeto ser aprovado. Todavia, ao menos, este deve ser reconhecido como o primeiro ensaio de discussão nacional acerca da proteção do Patrimônio Histórico e Cultural, que só despertaria reconhecimento, defesa e preservação a partir do Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937.

Nessa perspectiva, do mesmo modo, o conjunto de leis que se criaram nos últimos oitenta anos, evidencia um longo e lento processo de tomada de consciência por parte dos governantes no sentido da importância da preservação do patrimônio cultural e da memória de seu povo. Nesse período, por sinal, trabalhar com as questões de patrimônio e cultura era sinônimo de empreender ações destituídas de recursos financeiros, técnicos e reconhecimentos (MEDEIROS, 2005).

Houve momentos em que se buscou uma memória oficial e se utilizou do nacionalismo como forma de coesão e coerção. Nesse caso, via de regra, um conjunto de leis, normas e ações é empregado pelas autoridades no intuito de forjar uma imagem idealizada e socialmente aceita da ordem nacional, que, por sua vez, legitima o seu poder.

Em outras épocas, marcadas por certa estagnação e retrocesso, cultura e memória soaram aos ouvidos dos governantes, sobretudo os neoliberais, como supérfluos e inconvenientes, ou *uma questão de bons negócios* para a iniciativa privada.

Os detentores dessa modalidade de *poder simbólico* agiam, desse modo, no sentido de inculcar a ideia de que verbas destinadas à cultura, informação e memória representavam despesa e não investimento. Interessante, nesse sentido, é perceber que o Brasil vivenciou as políticas culturais mais sistemáticas nos períodos em que o autoritarismo se fez mais presente. Nesse caso, as ditaduras do Estado Novo (1937-1945) e dos militares (1964-1985) aplicaram profundas intervenções e criaram inúmeros organismos no campo cultural.

Tal atuação visava instrumentalizar a cultura; domesticar seu caráter crítico; submetê-la aos interesses autoritários; buscar sua utilização como fator de legitimação das ditaduras e, por vezes, como meio para a conformação de um imaginário de nacionalidade (RUBIM, 2008, p.129).

Bem ilustra a ausência e o autoritarismo presente nas políticas culturais brasileiras, a trajetória do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), criado em plena Era Vargas, então sob o nome de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Desde sua fundação, até algumas décadas atrás, esse órgão privilegiou a cultura erudita, monumental, ocidental, branca e católica em detrimento das produções e manifestações populares e étnicas não-brancas (RUBIM, 2008).

A conjugação de ausência e autoritarismo gera instabilidade; a terceira *triste*⁴¹ *tradição* apontada por Rubim (2008) e vivenciada no campo da cultura brasileira e suas políticas públicas ao longo do século XX. Nesse sentido, não bastassem as medidas coercitivas da Era Vargas e dos Governos Militares, “o afã liberal de Collor, em 1990, desmonta, como um bárbaro, quase todas as instituições culturais do país”

⁴¹ Antônio Rubim (2008) afirma que a trajetória das políticas culturais no Brasil teria se configurado sob a perspectiva de *tristes tradições* marcadas pela *ausência*, pelo *autoritarismo* e pela *instabilidade*. De acordo com esse autor, a partir de 1985, com a chamada *Nova República*, é introduzida uma nova modalidade de *ausência* no campo das políticas culturais. Ao longo do Governo Sarney, através de leis e mecanismos de incentivo fiscal (Lei Sarney), o Estado transfere os poderes decisórios no campo da cultura, colocando a deliberação nas mãos da iniciativa privada. O governo Collor extinguiu o Ministério da Cultura, transformando-o em Secretaria diretamente ligada ao presidente, e com um orçamento significativamente reduzido. O governo FHC, em certa medida, intensificou esse absentismo estatal para com a cultura, divulgando-a para a iniciativa privada como “um bom negócio”. Afastava-se, então, o capital e as atenções oriundas da administração pública – com duros golpes a instituições culturais como o próprio MinC – para dar lugar aos investimentos de empresas tanto nacionais quanto estrangeiras.

(RUBIM, 2008, p.130-131). Tais medidas de desagregação e instabilidade do Ministério da Cultura, criado apenas em 1985, seguiram-se ao longo da Era FHC – época em que se evidenciou, através de orçamentos precários, o desprestígio da área cultural.

A política cultural brasileira tem um histórico que pode ser dividido em ciclos, todos marcados por iniciativas diversas de criação de uma imagem de nação criada pelo governo como indutor de ações culturais (NASCIMENTO JUNIOR, 2006). Ainda de acordo com este autor, estamos no quinto ciclo, que, diferentemente dos anteriores, tem na democracia a sua gênese. (ver quadro 3).

Quadro 3 – Ciclos das Políticas Culturais Brasileiras

CICLO	CARACTERÍSTICAS CULTURAIS	INSTRUMENTO NORMATIVO	PARTICIPAÇÃO POPULAR NAS DECISÕES
Chegada da Família Real	Diversas instituições culturais e educacionais foram criadas.	Decretos Régios (Outorgados)	Ignorada/Nula
Segundo Reinado	Mecenato literário, artístico e científico protagonizado por D. Pedro II.	Decretos Régios (Outorgados)	Ignorada/Nula
Era Vargas	O rádio cresce como importante veículo de comunicação e integração nacional. A censura se impôs à liberdade de expressão de artistas e literatos.	Decretos-Leis (Outorgados)	Ignorada/Nula
Governos Militares	O AI-5 controlava os meios de comunicação. Artistas e jornalistas eram proibidos de expressar qualquer tipo de crítica ao governo.	Decretos-Leis (Outorgados) e Atos Institucionais	Ignorada/Nula
Democracia	Apesar de alguns retrocessos, equívocos e negligências no campo cultural, a liberdade de expressão se consolidou.	Leis (Promulgadas)	Considerada

Fonte: GOUVEIA JUNIOR, 2012.

Uma observação mais apurada desse quadro nos permite perceber que, no caso brasileiro, as ações governamentais mais enfáticas no tocante ao segmento cultural foram empreendidas em épocas de ausência de democracia. É bem verdade que tais “preocupações” externalizadas pelos governantes residem muito mais na busca pelo controle e vigilância popular do que na concessão de direitos e privilégios; até por que a participação do povo, invariavelmente, era ignorada.

Só precisamos tomar cuidado, nessa perspectiva, para que não afirmemos que o nascimento do chamado *Estado Cultural* seja produto da esquerda ou da direita. Nem conservadores nem liberais ou democratas; de acordo com Marc Fumarolli (2007), ambas as tendências políticas contribuíram para significativos avanços culturais ao redor do mundo.

A citada atitude democrática verifica-se na elaboração do Plano Nacional de Cultura (PNC) e na implantação do Sistema Nacional de Cultura (SNC), inseridos que estão no conjunto das políticas públicas de cultura, que tem sido enxergado como fator de desenvolvimento econômico e de inclusão social (NASCIMENTO JÚNIOR, 2006).

Em tempo, há que se registrar que o Plano Nacional de Cultural (PNC) foi instituído de modo a contemplar o direito de todos à arte e à cultura; o direito à informação, à comunicação e à crítica cultural; o direito à memória e às tradições, promovido por meio dos museus, arquivos e coleções; estimular a presença da arte e da cultura no ambiente educacional e fomentar o pensamento crítico e reflexivo em torno dos valores simbólicos;

valorizar a cultura como vetor do desenvolvimento sustentável; e fomentar a colaboração entre agentes públicos e privados para o desenvolvimento de uma economia da cultura (BRASIL, 2010a).

Nessa perspectiva, o entendimento de que fazer políticas culturais é fazer cultura só seria aceito e externalizado efetivamente pelos governantes com a gestão de Gilberto Gil no Ministério da Cultura (MinC). Foi desse modo, que, a partir de 2003, o papel do Estado no tocante às áreas culturais se fez em conexão com a sociedade, junto a quem se buscou implementar políticas culturais em circunstâncias democráticas através do acionamento da sociedade civil e dos agentes culturais (RUBIM, 2008).

Há que se considerar, no entanto, o grande abismo ainda existente entre discurso e prática. Nesse particular, as políticas públicas são entendidas como um direito básico e inalienável do cidadão, devendo primar pela inclusão sociocultural. Contudo, o acesso à informação, inserido nesse bojo, ainda não se aplica plenamente, tendo em vista que a maioria da população desconhece as iniciativas nesse campo.

As políticas públicas devem se configurar como o resultado de uma interação complexa entre órgãos estatais e instituições não-estatais. Nesse particular, é fundamental a articulação política por parte da sociedade civil no sentido de participar ativamente dos processos decisórios deste campo, apresentando possibilidades e sugestões.

Numa palavra, para que possamos afirmar que estabelecemos nossas leis, nossas políticas, não nos basta que

as aceitemos como válidas; devemos ter o direito e a possibilidade efetiva de participar ativamente da formação e do funcionamento de tais normas. Desse modo:

[...] torna-se imperativo dar a todos os indivíduos não só a possibilidade efetiva máxima de participação em todo poder explícito, mas também a espera mais extensa possível da vida individual autônoma. Se lembrarmos que a instituição da sociedade só existe na medida em que é incorporada nos indivíduos sociais, poderemos então, evidentemente, justificar (fundar, se quisermos), a partir do projeto de autonomia, os 'direitos do homem' e muito mais (CASTORIADIS, 1992, p.147).

Atento a essa necessidade de fruição de autonomia por parte dos sujeitos, e compreendendo a importância dos museus na vida sociocultural deste país, o MinC convocou a comunidade museológica para tomar parte da formulação de uma política pública voltada para este setor.

Dessa manifestação democrática nasceu, em 2003, a Política Nacional de Museus (PNM)⁴², também implementada de modo democrático – como democráticos tem sido seus instrumentos de fomento e financiamento das mais diversas práticas culturais (BRASIL, 2010b).

⁴² Um dos reflexos da Política Nacional de Museus é o aumento de investimentos na área museológica empreendidos pelos Ministério da Cultura. Tais investimentos, da mesma forma, têm reflexo na ampliação do público nos museus.

4.1.2. Trajetórias Pernambucanas

Em 1993, em Pernambuco, é criado o Sistema de Incentivo à Cultura (SIC), com o objetivo de estimular e desenvolver as formas de expressão, os modos de criar e fazer, os processos de preservação e proteção ao patrimônio cultural.

Visava-se, ainda, desenvolver estudos e métodos de interpretação da realidade cultural, compreendendo as áreas da música, das artes cênicas, da fotografia, do cinema e vídeo, da literatura erudita e popular, das artes gráficas e plásticas, do artesanato e do folclore, da pesquisa cultural e do patrimônio histórico e artístico (PERNAMBUCO, 1993).

Sete anos depois, o SIC teria seu objeto, sua estrutura e suas atribuições estabelecidas a partir da finalidade de proporcionar à população os meios de acesso à cultura e apoiar a produção local, respeitando sua pluralidade, e fornecendo meios para sua difusão através da facilitação do acesso da população a esses bens patrimoniais (PERNAMBUCO, 2000).

A integração com os municípios do estado e o intercâmbio cultural com outros estados e regiões brasileiras também estava na pauta das atenções (PERNAMBUCO, 2000).

Em 2002 é instituído o Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura (FUNCULTURA) – mecanismo de natureza financeira e contábil, com prazo indeterminado de duração, criado com a finalidade de incentivar e estimular a cultura pernambucana, mediante a persecução dos objetivos do SIC (PERNAMBUCO, 2002, 2004).

O FUNCULTURA seria gerido pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe), sendo sua receita proveniente de dotações orçamentárias, doações, auxílios, subvenções e outras contribuições de pessoas físicas ou jurídicas, bem como de entidades e organizações públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras (PERNAMBUCO, 2002).

Sua receita também é proveniente de rendimentos de aplicações financeiras dos seus recursos, realizadas na forma da Lei; dos valores provenientes da devolução de recursos relativos a projetos que apresentem saldos remanescentes, ainda que oriundos de aplicações financeiras; dos recursos remanescentes oriundos do Fundo de Incentivo à Cultura – FIC, instituído pela Lei n. 11.914, de 28 de dezembro de 2000; e dos saldos de exercícios anteriores; (PERNAMBUCO, 2002).

Os recursos auferidos pelo FUNCULTURA, a partir de 2004, passaram a ser destinados a projetos de natureza estritamente cultural, e que se enquadrassem em, pelo menos, uma das seguintes áreas culturais: artes integradas e/ou formação e capacitação (PERNAMBUCO, 2004).

Em relação à destinação de recursos e financiamento para o setor da cultura e do patrimônio, devemos ressaltar que, durante o encontro **Conexões IBRAM – museus brasileiros conectando todos os museus do Brasil**⁴³, ficamos sabendo das emendas parlamentares que garantiram R\$ 30 milhões para

⁴³ Realizado de 12 a 15 de junho, na Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), na cidade do Recife-PE.

os museus da Região Metropolitana do Recife. Nessa ocasião, o deputado federal Pedro Eugênio enfatizou a necessidade de uma forte mobilização por parte daqueles que compõem essas instituições no sentido de fazer com que elas se apresentem enquanto indispensável ferramenta para o processo educativo e formativo da sociedade.

O mesmo deputado acrescentou uma emenda na qual pede R\$ 500 mil para os museus locais e outros R\$ 500 mil para o Museu da Abolição, do Recife (IBRAM, 2012).

4.1.3. Financiamento Cultural: o público e o privado

Para que se tenha uma melhor compreensão de como se configuram as políticas de financiamento da cultura é essencial a percepção das práticas de interrelacionamento e complementaridade entre as esferas pública e privada. Nesse contexto, o setor estatal e o setor privado têm motivações, públicos, objetivos e articulações distintas (REIS, 2006).

Quanto às motivações do Estado, Reis (2006) anota que estas residem na busca pela preservação e desenvolvimento das culturas locais, assegurando a sua diversidade e também o seu acesso. O setor privado, por seu turno, investe ou patrocina projetos e instituições culturais motivado por um fundo comercial, uma vez que busca, através de tais ações, o reconhecimento social.

A referida atuação da iniciativa privada no tocante ao patrocínio cultural está naturalmente orientada e distribuída em

regiões de seu interesse de mercado, o que caracteriza a distinção entre o público-alvo das empresas – clientes, consumidores e fornecedores de fato e em potencial – e o público-alvo do Estado: os cidadãos, de modo geral e indistinto.

O financiamento cultural oriundo do Estado pode ser direto ou indireto. Enquanto no primeiro caso de financiamento o auxílio estatal é direto, no segundo, o financiamento pode ser realizado através de leis de incentivo que concedem isenções e deduções tributárias aos contribuintes – que, desse modo, financiam projetos e outras atividades culturais – ou mediante regras fiscais que isentam e discriminam tributos.

De acordo com Medeiros e Ollaik (2011), as leis que incentivam doações e financiamentos, evidenciando a renúncia fiscal, têm maior representatividade financeira no total dos investimentos federais em museus. Por outro lado, estes mesmos autores ressaltam que, no período compreendido entre 2003 e 2010, apenas 205 museus foram beneficiados pela Lei Rounaet (MEDEIROS; OLLAIK, 2011).

Como se não bastasse o reduzido número de instituições beneficiadas – visto que o nosso país abriga mais de 3 mil museus (ver tabela 1) – ainda se pode verificar a desigualdade de distribuição dos recursos por região⁴⁴, bem como a concentração de recursos para poucos projetos⁴⁵. (ver quadro 4).

⁴⁴ Veremos esse estado de coisas na subseção imediatamente posterior a essa, que trata da meritocracia.

⁴⁵ Medeiros e Ollaik (2011) argumentam que a concentração de recursos parece ser decorrente do mecanismo de mercado, tendo em vista que apenas

Quadro 4 – Museus com captação pela Lei Rouanet e grau de concentração de recursos

Ano	Quantidade de projetos aprovados que obtiveram captação	Valor captado no ano (em R\$)	Concentração
2003	16	10.204.083,67	61% para dois projetos
2004	17	10.683.764,63	53% para três projetos
2005	21	22.079.558,50	54% para dois projetos
2006	38	24.016.470,12	54% para três projetos
2007	35	9.987.318,30	53% para cinco projetos
2008	28	11.122.463,90	75% para três projetos
2009	23	9.504.644,22	50% para dois projetos
2010	27	34.626.867,78	51% para três projetos

Fonte: MEDEIROS; OLLAIK, 2011, p.432.

Vale ressaltar que as leis de incentivo representam:

[...] instrumentos através dos quais o governo disponibiliza um montante de arrecadação, da qual abrirá mão, a agentes de iniciativa privada que investirem em projetos culturais previamente aprovados pelo governo, organizados pela iniciativa privada ou pelo próprio governo, ou ainda que direcionarem recursos aos fundos de cultura (REIS, 2006, p.154).

No caso do financiamento não-estatal, a percepção, por parte das empresas privadas, de que auxílios culturais

os projetos mais atraentes e com algum apelo comercial conseguem captação no setor privado.

representam excelentes investimentos, não impede a existência de práticas de financiamento privado sem contrapartida pública.

De acordo com Ana Reis (2006, p.156), esse fato se dá pelos seguintes motivos:

- a) Desconhecimento ou falta de compreensão das leis de incentivo, especialmente das estaduais e municipais;
- b) Inadequação, já que as leis estabelecem limites ao seu uso (como, por exemplo, a impossibilidade de dedução por parte de pessoas jurídicas que declaram lucro presumido) ou por algumas empresas contarem com crédito tributário (não tendo, portanto, imposto a pagar do qual deduzir o incentivo);
- c) Esgotamento do teto de dedução possível, sendo o projeto complementado por recursos próprios, não passíveis de dedução fiscal;
- d) Percepção de que o valor a ser deduzido é pequeno e não justifica participar de um processo de aprovação por leis de incentivo consideradas muitas vezes burocráticas;
- e) Receio de ter sua contabilidade devassada pelo governo;
- f) E, fundamentalmente, por postura própria, já que parte da iniciativa privada não concorda em utilizar recursos públicos para patrocinar projetos que trarão benefícios à própria empresa. (ver quadro 5).

Quadro 5 – Setor Público x Setor Privado: Participações Complementares, Não Substitutas

	SETOR PÚBLICO	SETOR PRIVADO
Motivação	Social	Social ou pessoal (mecenato) ou comercial (patrocínio).
Público-alvo	População	Consumidores/clientes, atuais ou potenciais, governo, formadores de opinião, jornalistas ou comunidade.
Objetivo	Os estabelecidos na política cultural: democratização, diversidade, promoção da identidade nacional.	Pessoais ou sociais (mecenato) ou estabelecidos na estratégia de comunicação: divulgação da marca, aprimoramento da imagem, endomarketing, promoção junto a segmentos (patrocínios).
Formas de mensuração dos resultados esperados	Eliminação das desigualdades de acesso à cultura, distribuição descentralizada dos projetos e instituições culturais, estudos de imagem do país, aquecimento da economia local.	Cobertura de mídia, levantamento de conhecimento da marca, estudos de imagem, predisposição à compra, aprovação de projetos etc.
Articulação	Setores econômico, social, educacional, tecnológico, de relações exteriores etc.	Com a comunidade (mecenato) ou com a estratégia de comunicação da empresa (patrocínio).

Fonte: REIS, 2006.

Aproveitamos esse debate entre financiamento público e privado para dissociarmos a ideia de patrocínio cultural da de mecenato, por vezes entendidas como sinônimos. Tanto o mecenato quanto o patrocínio se constituem em técnicas de comunicação que visam estabelecer uma relação entre as organizações e o seu ambiente através de um agente transmissor que represente qualquer atividade humana de natureza científica, cultural ou filantrópica (REIS, 2006).

O entendimento de mecenato moderno possui traços que muito o distinguem do antigo. De acordo com Sylvère Piquet (1991), ao contrário do mecenato da Antiguidade e do Renascimento, o mecenato contemporâneo não se restringe às artes, tendo em vista a sua atuação nos campos tecnológico e social, por exemplo.

Assim, o mecenato moderno possui um caráter coletivo – em oposição a sua natureza individualista de tempos anteriores – e não mais se encontra associado aos sistemas políticos e as esferas oficiais de poder. (ver quadro 6).

Quadro 6 – Diferenças entre o Mecenato Antigo e o Moderno segundo Piquet

	Mecenato	
	Antigo	Moderno
Área de Atuação	Artes	Artes, Social, Tecnologia
Caráter/Natureza	Individualista	Coletivo (integrando objetivos da estratégia global e comunicações da empresa)
Relação com Governo/Religião	Diretamente ligado	Independente

Fonte: GOUVEIA JUNIOR, 2012.

Por esse viés, segundo Piquet (1991), o mecenato moderno emerge como uma ferramenta de comunicação institucional da empresa, nunca representando uma despesa ou um ato de pura generosidade, mas um investimento dotado de justificativas econômicas.

O próprio Piquet (1991), não sem incorrer em certa contradição, aponta uma diferença entre patrocínio e mecenato. Enquanto o patrocínio sempre implica uma relação de troca, o mecenato pode sugerir uma ação filantrópica.

Em tempo, devemos considerar a definição de patrocínio cultural, anotada pela Lei Rouanet, como a transferência de numerário, com finalidade promocional ou a cobertura, pelo contribuinte do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, de gastos, ou a utilização de bem móvel ou imóvel do seu patrimônio, sem a transferência de domínio, para a realização, por outra pessoa física ou jurídica de atividade cultural com ou sem finalidade lucrativa. (BRASIL, 1991).

Enquanto o mecenato gira em torno da proteção e do estímulo, sobretudo a atividades artísticas e culturais, o patrocínio é acordado a partir de uma função estratégica empresarial focada no público-alvo de cada empresa. (ver quadro 7).

Quadro 7 – Distinção entre Mecenato e Patrocínio em Função dos Objetivos das Empresas

OBJETIVOS DA EMPRESA	CLASSIFICAÇÃO	TIPO DE COMUNICAÇÃO
Realizar um ato de filantropia.	Mecenato de beneficência	Ausência total de comunicação.
Apoiar um evento, uma pessoa ou uma causa, por motivos filosóficos, sem esperar retorno.	Mecenato de compromisso	Comunicação indireta em proveito de seu beneficiado, com retorno aleatório e a longo prazo.
Apoiar um evento, uma pessoa ou uma causa, por motivos filosóficos, com o expreso desejo de retorno.	Mecenato de intenção	Comunicação compartilhada tanto em proveito de seu beneficiado quanto da própria empresa.
Participar do desenvolvimento, ou do reforço da notoriedade, e da imagem da empresa como instituição.	Patrocínio institucional	Comunicação de ordem institucional da empresa através de seu beneficiado.
Ajudar direta ou indiretamente o desenvolvimento das vendas da empresa.	Patrocínio promocional	Comunicação de ordem publicitária e promocional integrada ao <i>marketing-mix</i> da empresa, através de seu beneficiado.

Fonte: DAMBRON, 1993.

A renúncia fiscal surge como iniciativa de relevo à medida que age no sentido de libertar as atividades culturais do paternalismo estatal e das imposições ideológicas dos grupos detentores de poder.

Tal mecanismo de benefícios fiscais é apontado por muitos teóricos como uma transferência implícita de recursos, tendo em vista que o Estado, ao deixar de arrecadar determinado montante que lhe é devido, age como se estivesse realizando um pagamento, ainda que não haja desembolso por parte do governo.

Amplamente noticiado, em maio de 2012, o relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a gestão do primeiro ano do governo Dilma Rousseff – 2011 – acusou uma renúncia fiscal de R\$ 187 bilhões⁴⁶, chegando inclusive a ultrapassar os gastos com Saúde, Educação e Assistência Social. Segundo o relator das contas, o ministro José Múcio Monteiro, é preciso verificar se tais valores estão efetivamente gerando os resultados esperados pelo governo federal.

Devemos lembrar nesse sentido, que, se por um lado, o incentivo cultural atua como instrumento de parceria entre governo e mercado em prol da execução de projetos de interesse público, por outro lado, tais políticas de renúncia fiscal podem estimular a má utilização ou o desvio de recursos públicos.

Ademais, podem atuar como ferramentas de transferência das responsabilidades de incentivo à cultura do Estado para o mercado, mercantilizando a cultura e submetendo-a aos ditames mercadológicos.

⁴⁶ É válido ressaltar que o valor da renúncia fiscal no ano de 2010 foi de R\$ 144 milhões, o que já denuncia o crescimento, um tanto inadequado, desses gastos.

4.2. A MERITOCRACIA NECESSÁRIA

Ainda em relação às políticas públicas de financiamento, não devemos ignorar a existência dos indesejáveis privilégios, que, por vezes, são concedidos a determinadas regiões – economicamente mais rentáveis – e a artistas consagrados, em detrimento de propostas inovadoras e talvez até detentoras de maiores qualidades ou méritos. (ver figura 5).



Figura 5 – Distribuição dos recursos da Lei Rouanet

Fonte: Site do MinC, 2012.

Ao abordarmos essa perspectiva do mérito, é importante pontuar que o sistema meritocrático se propõe a atender uma exigência das sociedades democráticas no sentido de garantir iguais oportunidades de sucesso para todos (BARBOSA, 1996) –

ainda que a busca pela premiação da eficiência dos mais aptos não permita que efetivamente todos tenham sucesso.

Há que se considerar, nesse sentido, as contradições presentes no discurso e nas práticas que giram em torno da ideia de uma sociedade meritocrática como sinônimo de democracia e igualdade. Por esse viés, vale anotar, inicialmente, que:

O fato de uma sociedade hierarquizar seus membros para determinados fins, tomando como base os seus atributos e talentos pessoais, não faz dessa sociedade uma sociedade igualitária. Ou seja, ela não vai considerar sempre os indivíduos como *tabula rasa* e os diferenciar entre si apenas através dos seus respectivos desempenhos, desconhecendo os atributos adquiridos ou por nascimento ou por *status*. Em muitas circunstâncias, essas sociedades vão ordenar seus membros justamente por esses atributos, que nada têm a ver com o mérito ou o esforço de cada um. As sociedades hierárquicas podem funcionar como meritocráticas em determinadas circunstâncias, embora não seja essa sua ideologia globalizante (BARBOSA, 1996, p.68).

Até porque, numa realidade regida pela meritocracia, somente as competências observáveis e demonstráveis – e comprováveis mediante a apresentação de títulos escolares – refletem e justificam a desigual distribuição das posições sociais.

Nessa mesma linha de pensamento seguem os estudos de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (1982). Estes ressaltam que a seletividade a partir do mérito converte as relações de saber em relações de poder, ao mesmo tempo em que transformam as diferenças sociais em distinções de inteligência e esforço.

Apreende-se, então, que toda seleção de alguns significa também a exclusão de muitos (YOUNG, 1958). Estamos falando de uma segregação entre os aprovados, mediante seu mérito próprio, e os reprovados, que devem se resignar por sua *sorte* ou por sua condição de não terem sabido ou conseguido se beneficiar da suposta igualdade de oportunidades oferecidas (BOURDIEU; PASSERON, 1982).

Nesse particular, percebemos a meritocracia como ferramenta imprescindível para uma sociedade justa, desde que esteja disponível a todos os sujeitos a igualdade de acesso a uma estrutura educacional garantidora de aptidões que independam das condições socioeconômicas dos indivíduos.

A despeito de todas as críticas que possam ser levantadas contra as práticas da meritocracia, essa forma de ranqueamento de indivíduos ou empresas – de acordo com sua competência perante os demais, dentro da realidade de uma economia de mercado livre – ainda se configura como um dos principais pilares da democracia existente nas sociedades abertas. Sobretudo pelo fato de não reconhecemos outro modelo ou prática que revele alternativa às – tão indesejáveis quanto

correntes – ações e associações em torno do patrimonialismo e nepotismo.

Ademais, não podemos perder de vista as recomendações da nossa Carta Constitucional, com relação à cultura, no sentido de o Estado ter como dever garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, apoiando e incentivando a valorização e difusão das manifestações culturais (BRASIL, 1988).

No bojo desse exercício dos direitos culturais deve estar também incluída a prerrogativa de disputar recursos de modo equânime e justo. O que só se conseguirá alcançar quando desfrutarmos de uma efetiva meritocracia neste campo.

Devemos, por fim, considerar que a presença de um Estado mais engajado, no sentido de estimular as produções culturais, e a atuação de uma sociedade crítica, reflexiva, autônoma e consciente de seu protagonismo nos processos de tessitura de sua cultura e memória representa um significativo passo para que possamos efetivamente assumir, com méritos, o posto e a responsabilidade de sermos bons ancestrais.

5. METODOLOGIA

“Uma teoria é mais impressionante quanto maior for a simplicidade das premissas, quanto mais diferentes forem os tipos de coisas com as quais se relaciona e quanto mais extensa for a amplitude de sua aplicação”.

Albert Einstein

Empreendemos uma pesquisa que teve um caráter eminentemente qualitativo. Nesse sentido, dispendo-nos a analisar e discutir as políticas públicas destinadas à cultura e sua produção, buscamos aplicar a lógica dos Sistemas Memoriais como categoria de trabalho a ser aplicada aos museus como proposta de compartilhamento interinstitucional de conteúdos informacionais.

Colhemos opiniões de usuários/visitantes, seja público espontâneo seja público escolar, através de questionários, acerca dessa relação entre o discurso oficial das instituições museológica e sua prática efetiva. Procuramos, da mesma forma, identificar em suas respostas aquilo que lhes agrada – e o que lhes repele – nas práticas museais.

Para realizar esta última tarefa, tomamos uma amostragem a partir dos números de visitação, emitidos pelos museus envolvidos nesta pesquisa e na quantidade de investimento, seja público ou privado, destinado a cada

instituição. Nessa perspectiva que aplicamos também o *método estatístico* (GIL, 1999).

Nesse caso, inicialmente, obtivemos o quantitativo de visitação acumulado dos últimos dez anos (2002-2011). Esse número corresponde ao número de elementos daquela população, foi chamado de **N**.

Conforme nos ensina Barbetta (2002), na maioria das vezes, não é possível aplicar questionários a todos os elementos de uma população de interesse. Por esse motivo, utiliza-se a amostragem como forma de se conhecer o todo, valendo-se apenas de alguns indivíduos dessa população.

Vale lembrar, ainda, que toda pesquisa amostral possui uma margem percentual de erro, que chamaremos de **E₀**, no entanto, caso o número de elementos da população (N) seja muito grande, a primeira aproximação do tamanho da amostra, chamada **n₀**, já é suficiente. Podemos verificar tais observações no quadro 8:

Quadro 8 – Cálculo da amostra de visitantes aos quais serão aplicados os questionários

$$n_0 = 1 / E_0^2$$
$$n = N \times n_0 / N + n_0$$

Fonte: BARBETTA, 2002.

Vale acrescentar que:

- a) n_0 = Primeira aproximação do tamanho da amostra;
- b) E_0 = Erro amostral tolerável (exemplo: 8% = 0,08 – oito pontos percentuais para mais ou para menos;
- c) N = Número de elementos da população;
- d) n = Amostra / Número de Visitantes (aos quais foram aplicados os questionários).

Com base nessa lógica de cálculo, e percebendo que o número de elementos da população que corresponde ao quantitativo de visitantes no período compreendido entre 2002 e 2011 em cada um dos três museus é muito alto para se considerar em sua totalidade, qualquer aproximação já contemplaria as nossas expectativas⁴⁷.

Esse estado de coisas nos levou, por fim, a aplicar 156 questionários no Museu da Abolição; 155 no Museu do Estado; e 156 no Instituto Ricardo Brennand. As perguntas do referido questionário foram concebidas de modo a contemplar os nossos objetivos geral e específico, e corroborar ou refutar nossas hipóteses⁴⁸.

Tecemos um estudo comparativo entre dois museus públicos – um estadual e outro federal – e uma instituição

⁴⁷ Nesse caso, aceitamos como erro amostral tolerável a variação de oito pontos percentuais para mais ou para menos.

⁴⁸ A lista completa com as referidas perguntas está presente no **Apêndice A – Questionário Usuário/Visitante**.

privada, tencionando analisar o sucesso de visitação destes últimos e suas relações em torno da noção de financiamento. Desse modo, contemplamos as práticas aplicadas no sentido de atrair a *comunidade* para dentro desses espaços de memória como forma de lhes conferir função e valor social.

Evocamos os conceitos de memória e de Sistemas Memoriais, bem como anotamos as definições multidisciplinares de valor e alienação e como, na perspectiva da memória, essas noções podem se relacionar com a ideia de crise.

Para tanto, recorreremos inicialmente a uma pesquisa exploratória (GIL, 1999), isto é, a uma revisão da literatura afim à Ciência da Informação, tanto em obras já consagradas nos campos da Economia, da Filosofia, da Sociologia, e da Psicologia quanto a partir de produções científicas confeccionadas nos últimos anos.

No tocante às fontes primárias que subsidiaram nossas pesquisas, buscamos identificar a missão, a visão e os objetivos contidos nos planos museológicos do Museu da Abolição, do Museu do Estado de Pernambuco e do Instituto Ricardo Brennand.

O resultado dessas coletas, entendidos como o discurso oficial das referidas instituições museais, foi confrontado com nossas observações de campo (GIL, 1999), mas fundamentalmente com os resultados dos questionários aplicados a visitantes desses museus.

Da análise do conteúdo documental e do material que coletamos através dos questionários extraímos aspectos que

serviram como parâmetros para analisar as nossas hipóteses e para alcançar nossos objetivos geral e específicos. Coletamos, ainda, as políticas de acesso e uso da informação, e sua articulação com o público.

Colhemos, a partir da análise de leis e dispositivos oficiais, o discurso dos governantes em relação à cultura e memória de seu povo desde que as primeiras atenções do Estado se voltaram para este setor. Através dos canais oficiais de informação sobre a cultura e suas manifestações, e os aspectos sociais de nossa população⁴⁹, tomamos conhecimento do percentual de visitantes dos museus, bem como do percentual de municípios que possuem pelo menos um museu.

⁴⁹ Ministério da Cultura (MinC) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

6. DIAGNÓSTICO DOS MUSEUS DO RECIFE

“Toda a instituição museal apresenta um determinado discurso sobre a realidade. Este discurso, como é natural, não é natural e compõe-se de som e de silêncio, de cheio e de vazio, de presença e de ausência, de lembrança e de esquecimento”.

Mário Chagas

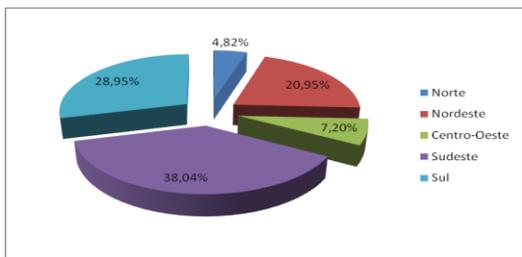
Abordamos o que há em comum e de peculiar nas origens, missões⁵⁰ e utilidades no Museu do Estado de Pernambuco, no Museu da Abolição e no Instituto Ricardo Brennand. Com base no estudo de seus planos museológicos, na análise dos gráficos de visitação e na aplicação de questionários aos visitantes, esboçamos os perfis dessas instituições. Analisamos, ainda, suas relações interinstitucionais e as práticas de compartilhamento da informação.

⁵⁰ De acordo com Alice Semedo (2008), a missão de uma instituição museal deve refletir o seu pensamento estratégico em relação ao papel apropriado para essa instituição, revelando a compreensão do museu acerca dos contextos nos quais existe; a relevância do papel que pretende assumir e as relações que estabeleceu com a comunidade de modo a se reconhecer e assumir-se enquanto instrumento de gestão e governança. Ademais, em sua missão o museu deve revelar *por que fazemos; para quem fazemos; o que fazemos*.

6.1. MUSEUS DE PERNAMBUCO EM NÚMEROS

Segundo o Cadastro Nacional de Museus, em 2010, havia 3025 unidades museais no Brasil; 634 estavam localizadas no Nordeste, e 98 em Pernambuco. (ver gráfico 2 e figura 6).

Gráfico 2 – Distribuição dos museus brasileiros por região



Fonte: Cadastro Nacional de Museus, 2010 (adaptado).



Figura 6 – Distribuição dos museus por estado brasileiro

Fonte: Cadastro Nacional de Museus, 2010 (adaptado).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Museus (2011), a relação entre a população e o número de museus em Pernambuco é de 86.586 habitantes por unidade museal. Proporção superior à nacional e à regional. (ver tabela 1):

Tabela 1 – Relação entre População e Número de Museus

LOCAL	POPULAÇÃO	MUSEUS	POPULAÇÃO/MUSEU
Brasil	183.987.291	3.025	60.822
Nordeste	51.534.406	634 (20,95%)	81.542
Pernambuco	8.485.386	98 (3,23%)	86.586

Fonte: Cadastro Nacional de Museus – IBRAM/MinC, 2010.

A distribuição dos museus ao longo do território nacional, contudo, não é uniforme, já que, por exemplo, no estado de Pernambuco, há municípios que só contam com um museu. Outros não possuem nenhum, enquanto as capitais concentram a maioria deles. (ver figura 7).

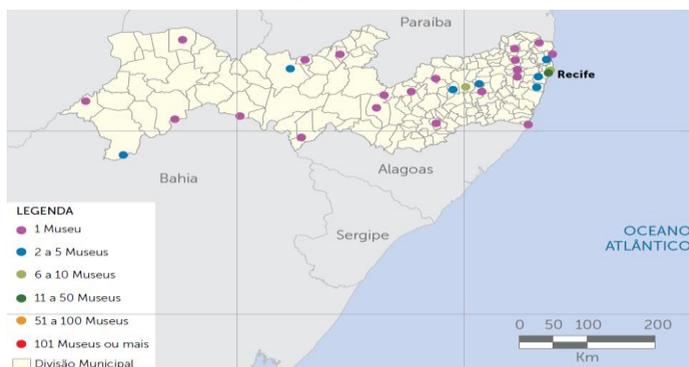
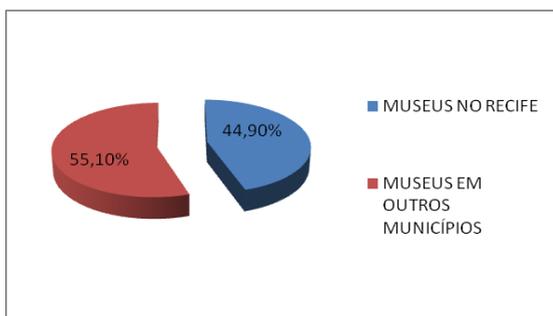


Figura 7 – Dispersão dos Museus Pernambucanos

Fonte: Cadastro Nacional de Museus, 2010 (adaptado).

Tratando especificamente da realidade museal pernambucana, em números, temos a informação de que neste estado há 98 museus, dentre os quais 44 localizam-se no Recife, o que significa que 44,9% dos museus do estado situam-se na capital, conforme consta no gráfico abaixo:

Gráfico 3 – Distribuição dos museus no estado de Pernambuco



Fonte: Instituto Brasileiro de Museus, 2011 (adaptado).

Nessa perspectiva, desde o surgimento das primeiras instituições museológicas, a sua localização privilegiava as capitais e os grandes centros de poder econômico e financeiro. Quanto às primeiras descentralizações, estas só se processariam a partir de 1937, com a criação de museus regionais (BRASIL, 1937).

6.2. DOS MUSEUS ESTUDADOS

Embora a capital pernambucana abrigue um quantitativo de 44 instituições museais (IBRAM, 2011), optamos por trabalhar

em nossa pesquisa com apenas três. Tão reduzida amostra precisa, em contrapartida, fornecer uma significativa representatividade; e nesse caso, buscamos contemplar uma instituição de ordem privada e duas de natureza pública: uma federal, ligada ao IBRAM e outra estadual, filiada à Fundarpe.

Como já o dissemos na introdução, estes espaços culturais foram fundados em momentos históricos e socioeconômicos totalmente distintos. Nessa perspectiva, o Museu do Estado de Pernambuco foi criado em 1929, época em que as atenções federais para com o patrimônio ainda eram escassas (MEDEIROS, 2005); o Museu da Abolição, embora pensado e criado já nos anos 1950, só pode se concretizar em meados dos anos 1980; e o Instituto Ricardo Brennand, nascido em 2002, surgiu numa fase econômica de estabilidade e futuro promissor no campo cultural.

6.2.1. Museu da Abolição (MAB)

6.2.1.1. Histórico do Museu da Abolição

Em meados dos anos 1950 o professor Martiniano Fernandes, através do Senador Joaquim Pires, encaminhou ao Senado Federal a proposta de criação do Museu da Abolição, sediado no Recife, no Sobrado Grande da Madalena, em honra ao Conselheiro João Alfredo e ao abolicionista Joaquim Nabuco. Em 22 de dezembro de 1957, o presidente Juscelino Kubitschek criou o Museu da Abolição (MAB) através da Lei Federal n. 3357.

No entanto, apenas em 1966, após lento processo de desapropriação do imóvel, em prol da *utilidade pública*, o referido prédio é reconhecido e tombado como Patrimônio Nacional pelo então Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN). O processo de restauração do imóvel se estende por mais de uma década em virtude de suas dimensões e de seu péssimo estado de conservação (BRASIL, 2007).

No início dos anos 1980, talvez pressionado pelo iminente centenário do fim da escravidão no Brasil, o então Secretário de Cultura do Ministério de Educação e Cultura, Marcos Vinícius Vilaça, instalou um grupo de trabalho – composto por Alair Barros, Olímpio Serra, Regina Timbó, Raul Lody e Roberto Motta – objetivando a elaboração de um projeto, execução e implantação do Museu da Abolição (MAB) em um espaço de oito meses (BRASIL, 2007).

Tendo em vista a escassez de tempo, o grupo elabora uma proposta inicial, visando efetivar a inauguração do museu, e outra, em longo prazo, que proporcionaria as condições de funcionamento e desenvolvimento de suas funções e atribuições. Esta última não chegou a ser implantada (BRASIL, 2007). De todo modo, a 13 de maio de 1983, o Museu da Abolição (MAB) é inaugurado oficialmente, com a exposição temporária *O processo abolicionista através dos textos oficiais*.

A maior parte do acervo em exposição foi cedida, por empréstimo, por outras instituições culturais, e ficou naquele espaço até 1990, quando o museu foi fechado à visitação em decorrência da Reforma Administrativa imposta pelo governo

Collor, que extinguiu a rubrica orçamentária para a manutenção, expediente interno, segurança e atendimento ao público (BRASIL, 2007).

O ano de 1996 marca a época de sua reabertura, seguida de novo fechamento em 2005. Nesse mesmo ano, contando com a presença de entidades públicas e privadas, lideranças religiosas de matriz africana e movimentos socioculturais, foi realizado o seminário *O museu que nós queremos*, onde foram elaborados dois documentos que apresentavam sugestões e propostas para a ocupação física integral do Sobrado Grande da Madalena.

Em fins de 2006, foi criada a Associação de Amigos do Museu da Abolição (AMAB), com a finalidade de apoiar as atividades e objetivos do museu (BRASIL, 2007). Em 12 de março de 2008 o museu reabre com a exposição *O que a Abolição não aboliu*, que apresenta a proposta de:

[...] estimular a participação da sociedade no processo de construção do novo Museu da Abolição, suscitando a reflexão acerca da abolição da escravatura enquanto fato histórico, seus antecedentes e suas conseqüências na formação da sociedade brasileira (BRASIL, 2007, p.15).

Em 2010, finalmente, o Museu conquista todo o Sobrado Grande da Madalena, até então dividido com o IPHAN. O MAB ocupava menos de 17% do total de uma área construída de

1.113 m². Atualmente, toda a área, interna e externa, é dedicada às atividades do museu (Brasil, 2010b).

6.2.1.2. Missão e objetivos do Museu da Abolição

A missão e os objetivos do Museu da Abolição (MAB) resultam dos trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho do MAB no ano de 2005, presentes no documento *Reformulação do Museu da Abolição* – apresentado como o plano museológico da referida instituição. Isto posto, o MAB reconhece como missão institucional a tarefa de:

Prestar serviços à sociedade através do resgate, valorização, e reconhecimento do patrimônio material e imaterial dos afro-descendentes, contribuindo para o fortalecimento da identidade e cidadania do povo brasileiro (BRASIL, 2007, p.16).

“Pesquisar, preservar e comunicar o Patrimônio Cultural Afro-brasileiro em todas as suas manifestações” (BRASIL, 2007, p.16) é o objetivo geral do MAB. Este ainda apresenta, como objetivos específicos, entre outros, a promoção da reflexão crítica acerca da identidade afrodescendente e a ampliação desse conceito, através da participação da sociedade nas ações implementadas pelo museu; a implantação de uma Rede de Interação com diversas instituições afins, públicas e privadas, religiosas e de ação social; o estabelecimento de uma política de aquisição de acervo a partir de pesquisa, coleta e incentivo às

doações e empréstimos, junto aos museus assemelhados, comunidades afrodescendentes, terreiros, particulares e outros.

Nesse contexto, podemos inferir que essa instituição, em seu discurso oficial, apresenta-se como um espaço que busca interagir com outras instituições e se apresenta com um lugar que promove franco convite à sociedade. Apresenta-se, do mesmo modo, como um reduto adequado onde a comunidade identifica possibilidades de se expressar e interagir com os processos e produtos culturais – em harmonia com as propostas do ICOM (1992).

6.2.1.3. Políticas de Financiamento do MAB

De acordo com o seu plano museológico (BRASIL, 2007), a receita do MAB é proveniente dos seguintes meios:

- a) Recursos da União; do Ministério da Cultura e do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM);
- b) Doações da Associação de Amigos do Museu da Abolição, que serão provenientes da venda de produtos culturais, realização de eventos, doações etc;
- c) Captação de recursos de leis de incentivo a cultura, através da elaboração de projetos para melhoria e execução das atividades do MAB;
- d) Recursos de editais.

Devemos considerar que as doações podem ser feitas por particulares ou por instituições de ordem federal, estadual ou

municipal. Nesse contexto, é digna de nota a informação de que, no dia 14 de agosto de 2012, o Museu da Abolição recebeu uma doação histórica⁵¹. Uma obra de arte apreendida pela Receita Federal foi destinada ao IBRAM, e repassada por este ao MAB⁵².

A direção do MAB considera que a obra vai ao encontro dos propósitos de valorização das tradições originárias do continente africano e sua relação com a formação da sociedade brasileira – tema principal da instituição.

De acordo com o IBRAM, além de representar um ganho para o patrimônio artístico, a doação denota os benefícios da cooperação entre duas organizações. Nesse sentido, o IBRAM enviou a Campinas uma museóloga, que constatou divergências entre a obra⁵³ declarada e a que se encontrava ali. A Receita Federal, então, entrou em contato com a artista que emitiu um novo certificado de autenticidade para a obra.

A partir desse evento, a tendência é que a interação entre os órgãos seja ampliada, já que a Receita Federal pode buscar

⁵¹ Ver: <<http://www.cultura.gov.br/site/2012/08/14/samburu-dance-i-ja-esta-no-museu-da-abolicao/>>. Acesso em: 15 set. 2012.

⁵² A escultura passou a pertencer à União após tentativa de importação com uso de documentos falsos na Alfândega do Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas, estado de São Paulo. A obra, cotada a mais de R\$ 61 mil no mercado internacional, havia sido declarada por apenas R\$ 5 mil. A fiscalização da Receita Federal detectou a irregularidade e iniciou processo que levou à perda da mercadoria. O fato foi comunicado ao Ministério Público Federal. O importador está sujeito a processo criminal por descaminho, por não pagamento dos tributos devidos na importação mediante fraude e por apresentação de documentos falsos às autoridades alfandegárias.

⁵³ Trata-se da escultura “Samburu Dance I”, feita de gesso e pátina de bronze, com 1,35m de altura e 150kg. A obra retrata uma mulher da tribo Samburu, do Quênia.

auxílio do IBRAM quando encontrar dúvidas acerca da identificação ou autenticidade de obras de arte; e os museus brasileiros, em contrapartida, podem receber obras de arte que forem apreendidas.

6.2.2. Museu do Estado de Pernambuco (MEPE)

6.2.2.1. Histórico do Museu do Estado de Pernambuco

A Lei Estadual n. 1.918, de 24 de agosto de 1928, antecipando-se às disposições federais em prol da memória nacional e da preservação do seu patrimônio artístico, histórico e cultural, criou o Museu Histórico e de Arte Antiga, subordinado à Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais. Em 8 de fevereiro de 1929, através do Ato 240, o Governador Estácio de Albuquerque Coimbra sancionou a lei e fundou, oficialmente aquela instituição (PERNAMBUCO, 2003).

Inicialmente, com um acervo reduzido a poucas peças e alguns quadros do pintor pernambucano Telles Júnior, instalou-se na cúpula do Palácio da Justiça, localizado na Praça da República. Pouco tempo depois, o museu foi extinto, e, entre 1934 e 1940, o seu acervo ficou sob a guarda da Biblioteca Pública do Estado (PERNAMBUCO, 2003).

É justamente nos anos 40 que surge no Brasil uma nova tendência política pautada na preservação de bens culturais. Um dos reflexos desse novo olhar do Governo Federal para o campo do patrimônio foi a recriação daquele museu fundado em 1928,

agora com o nome de Museu do Estado de Pernambuco, a partir do Decreto n. 491, de 10 de maio de 1940. Desde então, o MEPE está situado na Avenida Ruy Barbosa, n. 960, bairro das Graças, no Recife (PERNAMBUCO, 2003).

6.2.2.2. Missão e objetivos do Museu do Estado de Pernambuco

O MEPE tem como objetivo ampliar a democratização e o acesso ao conhecimento da memória cultural, mantendo aberto o diálogo temporal assegurando sua continuidade com governança e sustentabilidade; objetivando a preservação e a salvaguarda do acervo museológico, por meio da pesquisa; ciência e tecnologia aplicada à conservação e restauração; fomento e divulgação do museu para sociedade (PERNAMBUCO, 2003). Trata-se, portanto, de uma instituição que busca atuar de forma integrada e reconhecida como referência na pesquisa, preservação de acervos e divulgação da memória nacional (PERNAMBUCO, 2003).

Para que sua missão de compartilhamento de conhecimento científico e tecnológico através da pesquisa voltada para as necessidades do país e da população sejam alcançados, o MEPE traçou as seguintes metas – compatíveis com os Grandes Eixos do Planejamento Estratégico do MinC e do IBRAM:

- a) Divulgar a memória sociocultural do povo brasileiro;
- b) Fomentar o acervo museológico plural;

- c) Conservar e restaurar o acervo museológico;
- d) Assegurar a democratização e o acesso à cultura;
- e) Formação de mão de obra qualificada para atuarem no acervo do museu do estado de Pernambuco;
- f) Incentivar a difusão do bem patrimonial através das redes de parcerias;
- g) Consolidar a projeção externa do museu, atraindo novos visitantes virtuais e presenciais.

6.2.2.3. Políticas de Financiamento do MEPE

Enquanto equipamento cultural pertencente à Fundarpe, o Museu do Estado tem as suas despesas com pessoal, com limpeza e manutenção básicas custeadas por aquela fundação. No entanto, conforme considera David Bearman (2012), as demandas e custos exigidos por uma instituição museológica – como é o caso do MEPE – estão muito além do pagamento de contas.

Por isso mesmo, segundo Margot Monteiro⁵⁴, grande parte dos recursos destinados às ações de conservação, restauro e manutenção de acervo fica às expensas de projetos desenvolvidos junto ao Governo, à iniciativa privada e pela Sociedade dos Amigos do Museu do Estado de Pernambuco⁵⁵ (SAMPE).

⁵⁴ Gestora do Museu do Estado de Pernambuco desde janeiro de 2007.

⁵⁵ Fundada em 1988, é uma entidade sem fins lucrativos, que tem por finalidade apoiar o MEPE, através da realização de projetos culturais que venham a contribuir para a preservação e o enriquecimento do acervo, melhoria das

Ainda que a visita ao museu – aberto de terça-feira a sexta, das 9h às 17h e sábados e domingos, das 14h às 17h – seja paga⁵⁶, a arrecadação com a bilheteria não chega a ser significativa ao ponto de representar percentuais consideráveis ao custeio da instituição.

De qualquer maneira, ainda parece válido anotar os projetos e suas respectivas parcerias, tanto com a iniciativa pública quanto com o setor privado, praticadas pelo MEPE. Nesse sentido, de acordo com a instituição⁵⁷, há quatro projetos⁵⁸ em andamento, que beneficiam um total de 109 alunos/participantes.

6.2.3. Instituto Ricardo Brennand (Instituto RB)

De acordo com a Lei n. 11.904, de 14 de janeiro de 2009 – que institui o Estatuto de Museus – consideram-se museus as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam,

instalações do museu, celebração de convênios, apoio a exposições, cursos, conferências, palestras e debates, sessões de cinema, apresentações teatrais, audições musicais, concertos, recitais, feiras e festividades, venda de livros, catálogos e CDs, revertendo a renda em favor do Museu do Estado.

⁵⁶ Excetuando-se as gratuidades, cobra-se R\$ 5 pela entrada inteira e R\$ 2,50 pela meia-entrada.

⁵⁷ Informações gentilmente cedidas por Rinaldo Carvalho, assessor do Museu do Estado de Pernambuco.

⁵⁸ Projeto de Acessibilidade do Palacete do MEPE (Convênio: Fundarpe / MinC / Ministério do Turismo); Projeto de Modernização do MEPE (Convênio: MINC / Secretaria de Turismo / Ministério das Cidades); Projeto de Inventariação e Digitalização do Acervo do MEPE (Convênio: MinC / Votorantin); Projeto Oficina de Artífices Restauradores em Mobiliário – Janete Costa (Convênio: MinC / Ferreira Costa).

comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

Esta mesma lei classifica como *coleções visitáveis* os conjuntos de bens culturais conservados por uma pessoa física ou jurídica e que sejam abertos à visitação, ainda que esporadicamente (BRASIL, 2009).

Nesse contexto, se é que poderia haver alguma controvérsia no tocante à classificação do Instituto Ricardo Brennand no sentido de este ser classificado como *coleção visitável* e não como museu, podemos rebater com o conceito de museu do ICOM. De acordo com essa instituição, museu é definido como uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta e que se dispõe à aquisição, conservação, investigação, difusão e exposição de testemunhos materiais, para educação e deleite da sociedade (ICOM, 2001).

6.2.3.1. Histórico do Instituto Ricardo Brennand

Ocupando uma área de aproximadamente 30 mil metros quadrados, e localizado no bairro da Várzea, nas terras do Engenho de São João da Várzea, que pertenceram a João Fernandes Vieira – um dos principais líderes nas lutas pela

expulsão dos holandeses de Pernambuco – o Instituto RB foi inaugurado em 13 de setembro de 2002.

Nas palavras de seu fundador, trata-se de um Museu Castelo em estilo Tudor, com uma coleção de armas brancas, esculturas, telas do século XVII, livros, pinturas e desenhos.

Este centro cultural, que, por seus números, é um dos mais movimentados do país, com uma média de visitação anual de mais de 160 mil visitantes, teve uma origem bastante peculiar. Na verdade, duas origens contadas: uma de natureza mais cultural e filantrópica; outra mais afetiva e particular.

Se por um lado, não devemos deixar de considerar que grande parte do que se vê hoje no Instituto RB foi construído em tempo recorde para que pudesse abrigar a exposição temporária *Albert Eckhout volta ao Brasil 1644-2002*⁵⁹, por outro, faz justo pontuar que todas as coleções exibidas no Instituto RB tiveram o seu início com um simples canivete. Segundo o próprio Ricardo Brennand:

Ainda criança, ganhei um canivete do meu pai. O que seria um brinquedo para qualquer menino de minha idade veio a despertar em mim uma vocação de colecionador. Ao longo de minha vida, fui reunindo facas, adagas, espadas, alabardas, armaduras e, como não

⁵⁹ Entre 13 de setembro e 24 de novembro de 2002 o INSTITUTO RB abrigou a coleção de 28 quadros produzidos por Albert Eckhout, em Pernambuco, entre 1637 e 1644, quando este artista holandês esteve em nosso estado a serviço de Maurício de Nassau, administrador do Brasil Holandês.

poderia deixar de ser, canivetes (BRENNAND, 2008, p.9).

De ordem privada, o Instituto RB é uma sociedade sem fins lucrativos, organizada sob as leis brasileiras, na cidade do Recife, Estado de Pernambuco. O seu fundador, o empresário Ricardo Brennand, com o apoio de sua mulher e de seus filhos, doou sua coleção, os edifícios e os fundos para a manutenção da instituição.

6.2.3.2. Missão e objetivos do Instituto Ricardo Brennand

O Instituto RB tem como objetivo principal a preservação e a difusão da história, arte e cultura brasileiras, sobretudo do período denominado Brasil Holandês (1630-1654).

As três principais atividades do INSTITUTO RB são museu e biblioteca, educação (através de projetos pedagógicos e educativos junto a estudantes do ensino regular de escolas e comunidades carentes) e intercâmbio cultural (pautado na preservação, estudo e difusão de conhecimento).

De acordo com o catálogo do Instituto RB, a Coleção Ricardo Brennand, que constitui a base do museu, conta com pinturas, esculturas, gravuras, desenhos, móveis, armas brancas e outros objetos.

Seu complexo de edificações é formado pelo Castelo São João, pela Galeria e pela Pinacoteca, onde, num anexo, está localizada a Biblioteca. Esta última conta com as bibliotecas de

José Antonio Gonsalves de Melo e Edson Nery da Fonseca – especializadas em Período Brasil-Holandês.

6.2.3.3. Políticas de Financiamento do Instituto RB

O plano de trabalho⁶⁰ da instituição é feito normalmente no ano anterior, nos meses de setembro e outubro. Cada setor tem autonomia para propor suas ações e é em cima delas que se monta o orçamento. Todos os setores encaminham para a coordenação geral, que compila todos os dados e o transforma em orçamento único. O conselho deliberativo, por fim, decide.

De acordo com a coordenadora geral do Instituto RB, Nara Galvão, o orçamento considera, além do balanço entre receitas e despesas, a esfera do investimento⁶¹. Nesse sentido, enquanto as duas primeiras englobam realização das ações, formação de público e disseminação de acervos e conteúdos, os investimentos são representados pelas aquisições de obras de arte feitas por Ricardo Brennand e a construção de novas instalações.

Entre 2002 e 2006 o IRB esteve aberto ao público sem cobrar pela entrada. Atualmente, 73% do orçamento do IRB é

⁶⁰ Ações que têm que se adequar ao plano museológico. É um plano anual, composto do planejamento de ações para cada ano. Sempre está atrelado ao orçamento do IRB, e, portanto, dentro das limitações orçamentárias de cada setor.

⁶¹ Distinção entre investimento e despesa. A compra, por exemplo, de um quadro por 5 milhões não pode ser inserida no campo da despesa: é a aquisição de um bem, que se reverterá não com a compensação da bilheteria. Aí está inserida a questão do valor social.

custeado pelas receitas obtidas com ingressos⁶², vendas de souvenirs na loja, etc. O financiamento público é muito pontual, restringindo-se a alguns projetos e parcerias.

O Instituto RB dedica pouco investimento em publicidade, mas há grande atuação no campo da divulgação turística. E nesse sentido, os públicos mais assíduos em suas instalações são: o escolar e o turístico. O museu, através de seus agentes e gestores, atua de modo perene na difusão e divulgação de seu acervo, incentivando a pesquisa.

Nessa perspectiva, a Biblioteca do Instituto RB detém mais de 20 mil itens, entre livros, opúsculos, periódicos, partituras, discos, fotografias, álbuns iconográficos e obras raras, dos séculos XVI ao XX. Todo esse material encontra-se à disposição do público em geral e também para os inúmeros pesquisadores que frequentam o local o ano inteiro⁶³.

6.3. DOS PLANOS MUSEOLÓGICOS

Criado pela Lei n.11.904, de 14 de janeiro de 2009, o Estatuto de Museus tornou obrigatória a elaboração e implementação do plano museológico para cada instituição.

⁶² A instituição, apesar de ter um amplo programa de gratuidades de acesso – idosos, crianças, estudantes de escolas públicas com visitas agendadas e pesquisadores – cobra R\$ 5 por meia-entrada e R\$ 15 por entrada inteira. E ainda assim, conta com o maior quantitativo de visitantes do estado, e um dos maiores do país.

⁶³ Ver: <<http://www.institutoricardobrennand.org.br/index2.html>>. Acesso em: 2 out. 2012.

O plano museológico⁶⁴ deve discorrer sobre diagnóstico participativo, sistemas de segurança, identificação dos espaços conjuntos e patrimoniais e a identificação dos públicos-alvo (BRASIL, 2010b). Desse modo a elaboração do plano museológico deve estar fundamentada em um completo diagnóstico⁶⁵ da instituição, de modo a elencar seus pontos fortes e frágeis, as ameaças e oportunidades, os aspectos socioculturais, políticos, técnicos, administrativos e econômicos que lhe sejam relevantes (BRASIL, 2010b).

Um plano museológico pode ser pensado como o delineamento da identidade⁶⁶ de um museu, tendo em vista que, tal documento, quando bem estruturado responde aos seguintes questionamentos: para quem existimos (finalidade); em quem acreditamos (valores); o que queremos alcançar (metas); o que fazemos (função); para quem o fazemos (público/parceiros). (FUNDARPE, 2010).

⁶⁴ O plano museológico é compreendido como ferramenta básica e indispensável de planejamento estratégico indispensável para a identificação da vocação da instituição museológica, sua definição, seu ordenamento e priorização de seus objetivos e ações perante a sociedade (BRASIL, 2009).

⁶⁵ De caráter participativo, o diagnóstico deve ser redigido de forma clara e precisa, contando na sua elaboração com a atuação direta da equipe do museu, além de colaboradores externos.

⁶⁶ Uma identidade passível de modificações que venham a melhorar sua atuação junto à comunidade a que se destina e em parceria com outras instituições. Por isso mesmo deve-se pensar no plano museológico como um plano plurianual, isto é, que contemple e projete a realidade daquele museu nos próximos três, quatro ou cinco anos (BRASIL, 2010b).

Afinal, “é por intermédio do Plano Museológico que são definidos a missão básica do museu e sua função específica na sociedade” (BRASIL, 2010 b, p.42).

A elaboração do plano museológico, vale registrar, deve ser uma construção participativa e inclusiva, que considere as demandas e expectativas da comunidade, sem, necessariamente se pautar no consenso, mas na coerência quanto às tomadas de decisão.

É na redação do plano museológico, tanto de entidades públicas quanto privadas, que deve estar claramente definido o seu enquadramento orgânico (BRASIL, 2009); ou seja, qual o vínculo de determinada instituição de memória com as entidades administrativas – no caso de museus públicos – sejam estas municipais, estaduais ou federais.

Vale considerar também que os museus de ordem privada, do mesmo modo, devem se identificar como instituições particulares, com ou sem fins lucrativos. No caso específico das instituições contempladas em nosso trabalho, devemos considerar que o Instituto Ricardo Brennand é um centro cultural privado e sem fins lucrativos.

O Museu do Estado de Pernambuco, por sua vez, é um equipamento cultural pertencente à Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe), e, portanto, vinculado ao Governo do Estado. O Museu da Abolição, por fim, é uma instituição memorial de ordem federal, vinculada ao Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).

À época do fechamento deste trabalho, coletamos informações acerca da existência e da aplicação dos planos museológicos. (ver quadro 9).

Quadro 9 – Existência de Plano Museológico (meados de 2012)

INSTITUIÇÃO	HÁ PLANO MUSEOLÓGICO	IMPLEMENTAÇÃO	APLICAÇÃO
Museu da Abolição	SIM	2007	SIM
Museu do Estado de Pernambuco	NÃO	XXXXXXXXXXXXXX	NÃO
Instituto Ricardo Brennand	SIM	2009	SIM

Fonte: GOUVEIA JUNIOR, 2012.

Em relação ao quadro 10, devemos considerar que apesar de o MEPE não possuir um plano museológico, há o entendimento da necessidade de se construir esse documento.

Em relação ao Instituto RB, acrescentemos que desde o ano de 2009 a referida instituição elabora anualmente um plano museológico. O documento deste ano de 2012 está em fase de finalização da redação, e deve estar disponível para consulta e aplicação no segundo semestre deste ano.

No início de 2007, o MAB tornou público o seu plano museológico⁶⁷, oriundo dos debates e reflexões do seu Grupo de

⁶⁷ Conforme já o dissemos anteriormente, passados quase trinta anos após a sua criação em forma de lei federal é que o Museu da Abolição foi efetivamente inaugurado, sem que, contudo, tivesse um plano museológico que o norteasse. Esse estado de coisas prevaleceu, entre fechamentos e reaberturas da citada

Trabalho, composto por representantes de diversas instituições culturais e religiosas, bem como técnicos da Museologia, professores e demais cidadãos (BRASIL, 2010b).

Atendendo às demandas do Estatuto dos Museus no sentido de atualizar o plano museológico, no máximo, a cada cinco anos, o MAB está prestes a apresentar à sociedade a primeira atualização de seu regimento maior.

Às vésperas de celebrar dez anos de funcionamento marcados por um absoluto sucesso de visitação em rela o às demais institui es culturais do estado e até em âmbito nacional, o Instituto RB está prestes também a apresentar   sociedade a atualiza o do seu plano museológico. Plano este elaborado anualmente, desde 2009, quando o Governo Federal, através da Lei n. 11.904, de 14 de janeiro de 2009, tornou obrigatória a existência desse indispensável elemento de organiza o de uma unidade museal.⁶⁸

O MEPE, por sua vez, ainda não organizou um grupo de trabalho para viabilizar a confec o do seu plano museológico, ainda que essa seja uma determina o federal presente no Estatuto dos Museus (BRASIL, 2009). Esse estado de coisas, todavia, não representa necessariamente uma indisposi o externada por aqueles que fazem o MEPE no sentido de lhe

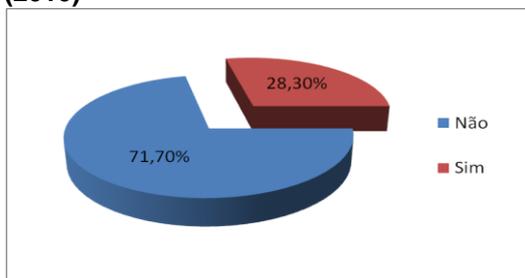
institui o, até o ano de 2007, quando finalmente se promulgou o referido estatuto.

⁶⁸ Naturalmente, apenas as institui es de natureza pública – municipais, estaduais ou federais – precisariam se adaptar a tais exigências da Lei 11904/2009.

conferir esse importante documento, já que há a intenção de se iniciarem trabalhos nessa perspectiva.

Devemos enfatizar, entretanto, que a não existência de um plano museológico é fator recorrente nos museus pernambucanos, sejam eles municipais, estaduais, federais ou privados, tendo em vista que essa exigência é ainda recente⁶⁹. (ver gráficos 4 e 5).

Gráfico 4 – Museus Pernambucanos com Plano Museológico (2010)



Fonte: Instituto Brasileiro de Museus, 2011.

Não podemos deixar de mencionar as evidentes contradições presentes na obrigatoriedade da existência de um plano museológico nas instituições públicas e sua efetiva concretização.

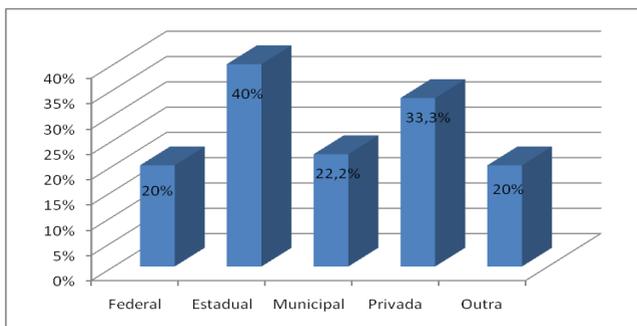
Ainda que a referida lei federal vigore há pouco tempo, muitas instituições ainda não se dispuseram a ensaiar qualquer

⁶⁹ A recomendação de que todos os museus devem configurar seu plano museológico está presente no Estatuto dos Museus, legitimado pela Lei Federal n. 11.904, de 14 de janeiro de 2009.

movimento no sentido de atender às determinações oficiais, como se pôde verificar no gráfico 4.

Outro ponto a ser considerado é a significativa presença de planos museológicos em instituições de natureza administrativa privada. Tal perspectiva é corroborada tanto pelo gráfico 5 quanto pelas informações coletadas em nossas observações e conversas com os profissionais do Instituto RB.

Gráfico 5 – Natureza Administrativa dos Museus Pernambucanos segundo a existência de Plano Museológico (2010)



Fonte: Instituto Brasileiro de Museus, 2011.

6.4. OS MUSEUS E SEUS VISITANTES

6.4.1. Um Perfil das Instituições

Com base na análise dos gráficos de visitação e dos resultados da aplicação de questionários aos visitantes, buscamos esboçar o perfil de cada uma dessas instituições. Até por que:

Conhecer o público, e também o não público dos museus, é fundamental para a análise e o debate sobre a democratização das instituições museológicas, e o seu uso (ou não uso) por parte dos diferentes setores da sociedade contemporânea (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2011, p.93).

A partir de nossos contatos com as três instituições museológicas em questão, recebemos os seus quantitativos de visitação. O MEPE nos informou que mais de 17 mil pessoas visitaram suas dependências em 2011. Já o MAB e o Instituto RB indicaram que, no acumulado dos últimos dez anos, receberam 199.416 e 1.513.118 pessoas, respectivamente.

Utilizando a lógica de cálculo fornecida em nossa metodologia (ver quadro 9) – acabamos por aplicar 156 questionários a visitantes do Instituto RB, outros 156 a visitantes do MAB, e, por analogia, 155 a visitantes do MEPE.

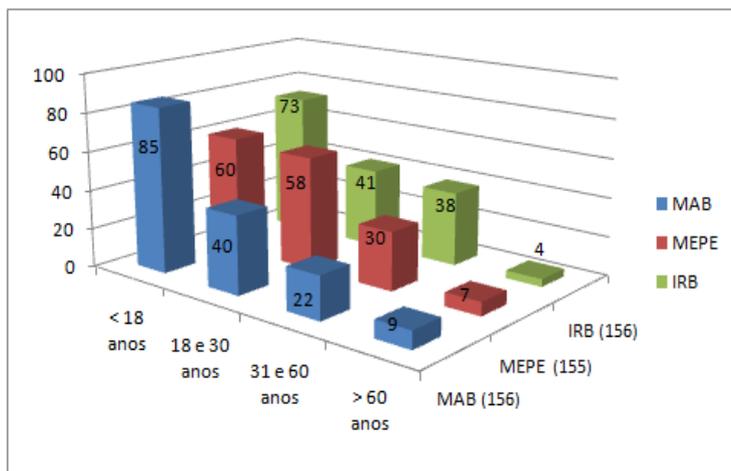
Desse quantitativo de 467 visitantes entrevistados nos três museus, ao longo de 62 dias⁷⁰, 223 eram do sexo masculino e 244 do sexo feminino; o que corresponde a 47,75% e 52,25%, respectivamente. (ver tabela 2). Ainda em relação a esses 467 entrevistados, fizemos um levantamento acerca de sua faixa etária. (ver gráfico 6).

⁷⁰ Entre 4 de abril e 4 de junho de 2012, em dias e horários distintos, limitados pelos feriados e momentos em que os referidos museus estiveram fechados, realizamos as entrevistas com os usuários/visitantes.

Tabela 2 – Quantitativo dos entrevistados por sexo

	MAB	MEPE	IRB	Total
Homens	72	81	70	223
Mulheres	84	74	86	244
Total	156	155	156	467

Fonte: GOUVEIA JUNIOR, 2012.

Gráfico 6 – Quantitativo dos entrevistados por idade

Fonte: GOUVEIA JUNIOR, 2012

Tais índices, diga-se de passagem, não revelam maiores surpresas, se os compararmos com os obtidos nos últimos censos realizados no estado de Pernambuco (IBGE, 2010). (ver figura 8).

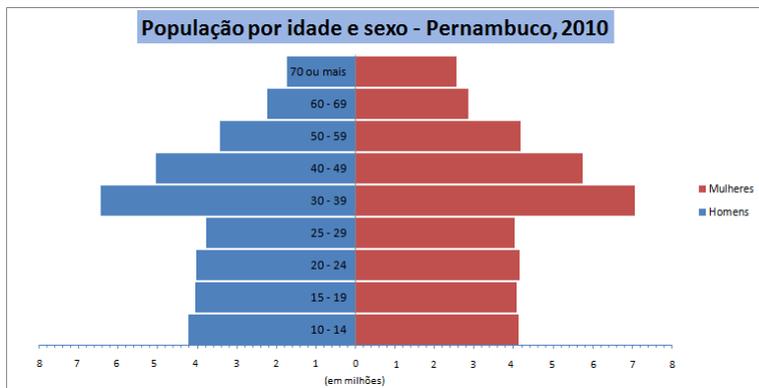


Figura 8 – Pirâmide etária (Pernambuco, 2010)

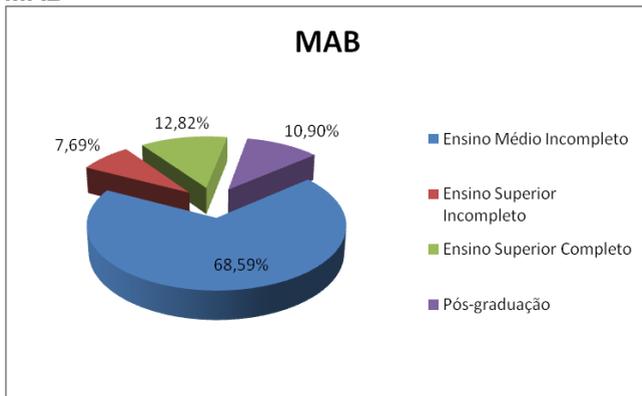
Fonte: IBGE, 2010.

Devemos acrescentar, ainda em relação ao gráfico 6, que a maior parte dos entrevistados – 218 pessoas – tem menos de 18 anos. Esse quadro se deve ao fato de termos entrevistado muitos alunos que haviam sido levados por suas escolas aos museus em questão.

Nesse sentido, há que se considerar que a maior parte do quantitativo de visitantes dos museus estudados nesta pesquisa é composta pelo público escolar. Essa, aliás, é a realidade, senão de todos os museus, ao menos de sua maioria.

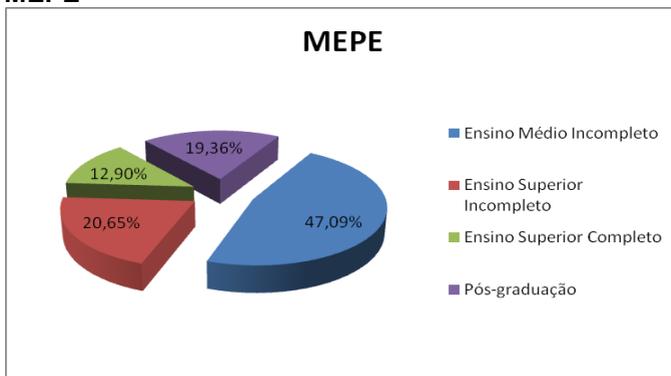
Atesta essa perspectiva a informação colhida nos gráficos 7, 8 e 9, onde se pode perceber que grande parte dos entrevistados, nos três museus, é formada por estudantes do ensino médio. Evidentemente, boa parte deles esteve acompanhada por seus professores – graduados e/ou pós-graduados.

Gráfico 7 – Grau de escolaridade dos visitantes entrevistados no MAB



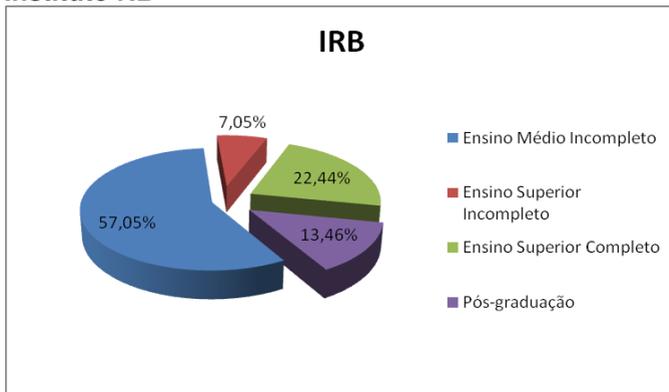
Fonte: GOUVEIA JUNIOR, 2012.

Gráfico 8 – Grau de escolaridade dos visitantes entrevistados no MEPE



Fonte: GOUVEIA JUNIOR, 2012.

Gráfico 9 – Grau de escolaridade dos visitantes entrevistados no Instituto RB



Fonte: GOUVEIA JUNIOR, 2012.

Dentro desse universo de entrevistados, identificamos grupos de turistas e grupos de estudantes do ensino superior, com motivações diversas. (ver tabela 3).

Tabela 3 – Motivação para a visita ao museu

	MAB	MEPE	IRB	Total
Recomendação de alguém	121	130	112	363
Acompanhar filhos	11	9	5	25
Acompanhar alguém que esta visitando a cidade	4	2	9	15
Por que tenho o costume de visitar os museus por onde passo	5	6	10	21
Por acaso	5	3	1	9
Por que gosto de museus	10	5	19	34
Total	156	155	156	467

Fonte: GOUVEIA JUNIOR, 2012.

Nesse caso, as principais causas atribuídas, nos três museus, foram: recomendação de alguém (77,73%); acompanhar filhos (5,35%); acompanhar alguém que está visitando a cidade (3,21%); por que tenho o costume de visitar os museus por onde passo (4,50%); por acaso (1,93%); e por que gosto de museus (7,28%). (ver gráfico 10).

Gráfico 10 – Motivação para a visita



Fonte: GOUVEIA JUNIOR, 2012.

Percebemos também que 76,87% do total de visitantes entrevistados são compostos por pessoas que residem na Região Metropolitana do Recife.

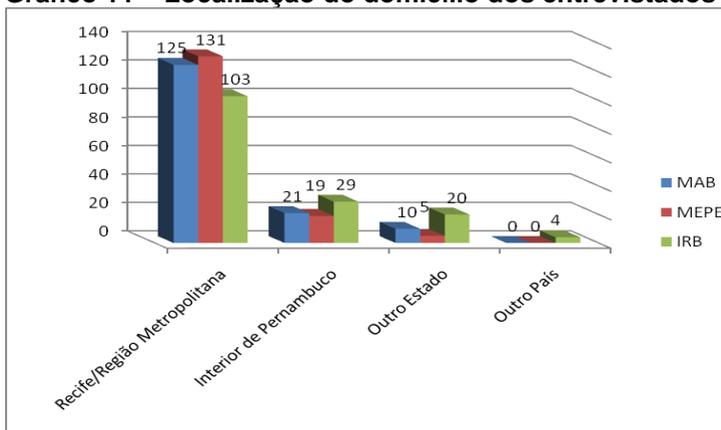
14,77% moram no interior do estado de Pernambuco, enquanto que 7,5% dessa população vêm de outro estado, e apenas 0,86% são de outro país. (ver gráfico 11).

A partir dessa informação podemos tecer uma ressalva e uma inferência. Os baixos índices de entrevistados provenientes

de outros estados e países em relação aos que residem no Recife e Região Metropolitana e no interior do estado não nos leva a crer que os museus envolvidos na pesquisa, efetivamente, não recebam uma população de visitantes não-pernambucanos semelhante à que a nossa pesquisa constatou.

Por outro lado, pudemos perceber a grande afluência de pessoas e grupos oriundos de nossa cidade e dos municípios vizinhos que se dedicam a atividades ligadas ao consumo dos conteúdos informacionais museológicos.

Gráfico 11 – Localização do domicílio dos entrevistados

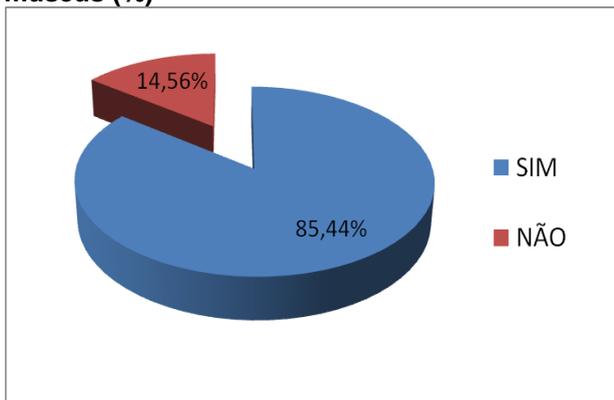


Fonte: GOUVEIA JUNIOR, 2012.

A todos os entrevistados perguntamos se estes já haviam visitado outros museus além daquele onde se encontravam no momento.

85,44% destes afirmaram que já estiveram em outras instituições museológicas, enquanto que 14,56% responderam que aquela era a primeira vez que entravam em um museu. (ver gráfico 12).

Gráfico 12 – Quantitativo dos visitantes que já frequentaram outros museus (%)



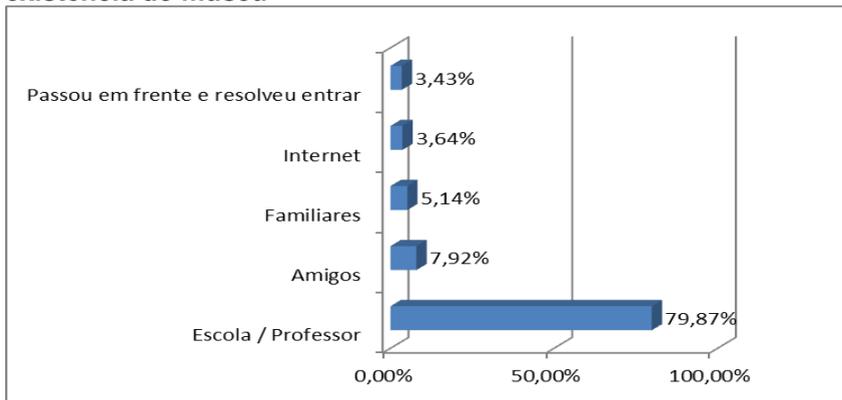
Fonte: GOUVEIA JUNIOR, 2012.

Indagamos aos entrevistados sobre como eles tomaram conhecimento da existência dos museus.

79,87% atribuíram aos seus professores, ou mesmo à escola em que estudam – ou estudaram – a informação sobre o museu que estavam visitando no momento da pesquisa.

7,92% foram convidados ou informados por amigos; 5,14% foram levados por familiares. 3,64% descobriram o museu através da Internet, enquanto que 3,43%, ocasionalmente, passaram em frente à instituição e resolveram visitá-la. (ver gráfico 13).

Gráfico 13 – De como os entrevistados se informaram sobre a existência do museu



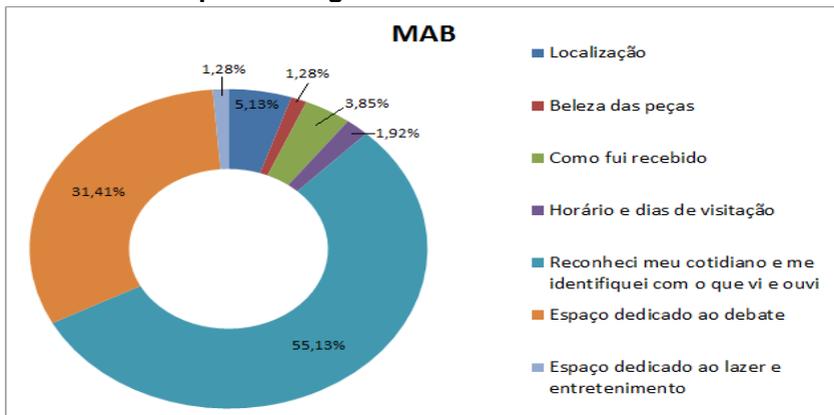
Fonte: GOUVEIA JUNIOR, 2012.

Perguntamos aos visitantes de cada instituição museológica, o que mais havia lhes agradado. Enumeramos a localização do espaço; a beleza das peças em exposição; como haviam sido recebidos no museu; sobre os horários e dias de visitação; sobre a identificação entre o cotidiano do visitante e as peças e informações exibidas; sobre o espaço dedicado ao debate; e ao lazer e entretenimento.

No caso dos visitantes do MAB, vimos que a localização foi o que mais agradou a 5,13% do público pesquisado; 1,28% gostaram mais da beleza das peças; 3,85% ressaltaram positivamente a forma como foram recebidos; 1,92% gostaram dos horários e dias de visitação; 55,13% disseram que gostaram mais do fato de terem reconhecido seu cotidiano e se identificado com as peças que viram e as informações que ouviram; 31,41%

gostaram do espaço dedicado ao debate; e 1,28% destacaram positivamente o espaço dedicado ao lazer e ao entretenimento. (ver gráfico 14).

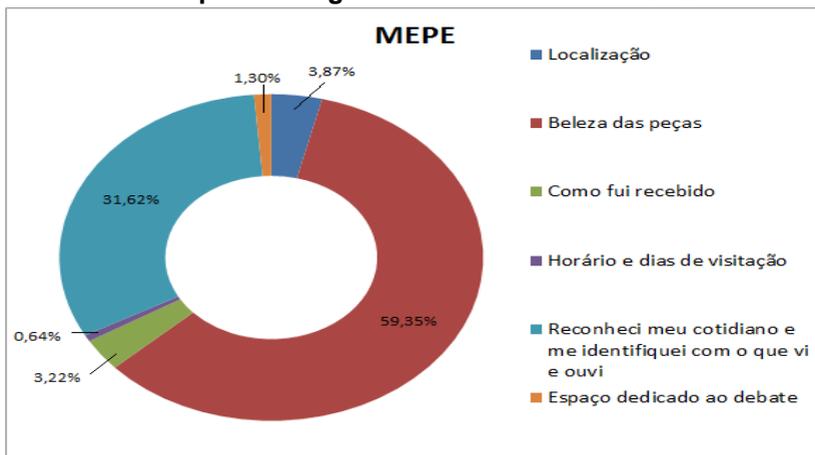
Gráfico 14 – O que mais agradou ao visitante do MAB



Fonte: GOUVEIA JUNIOR, 2012.

Em relação às preferências dos visitantes do MEPE, anotamos que destes, 3,87% apontaram como ponto mais positivo a localização do museu; 59,35% elegeram a beleza das peças como o ponto forte do MEPE; 3,22% destacaram positivamente a maneira como foram recebidos; 0,64% elogiaram os horários e dias de visitaçao; 31,62% perceberam seu cotidiano e se identificaram com o que viram e ouviram no museu; 1,3% elogiaram o espaço dedicado ao debate.

Nenhum entrevistado mencionou o espaço dedicado ao lazer e entretenimento. (ver gráfico 15).

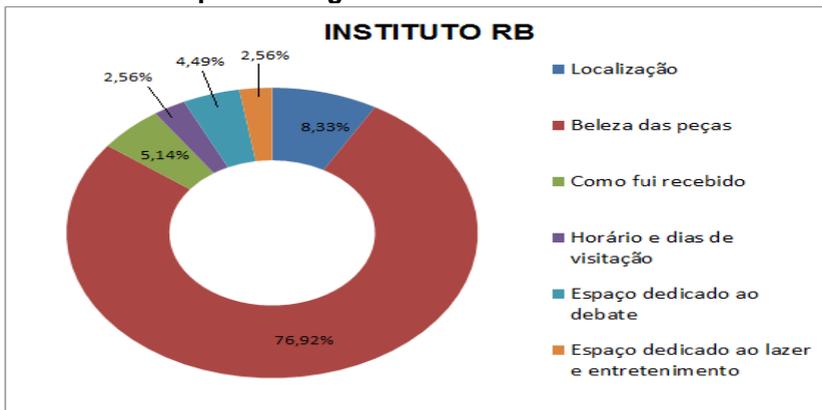
Gráfico 15 – O que mais agradou ao visitante do MEPE

Fonte: GOUVEIA JUNIOR, 2012.

No tocante aos pontos que mais agradaram aos visitantes do Instituto IRB, 8,33% elogiaram a localização; 76,92% ressaltaram a beleza das peças; 5,14% destacaram positivamente a maneira como foram recebidos; 2,56% mencionaram os horários e dias de visitação; 4,49% enaltecem o espaço dedicado ao debate; e 2,56% ressaltaram o espaço dedicado ao lazer e ao entretenimento.

Em contrapartida, nenhum entrevistado afirmou ter se reconhecido em seu cotidiano e realidade diante das peças expostas ou dos discursos proferidos (ver gráfico 16).

Gráfico 16 – O que mais agradou ao visitante do Instituto RB



Fonte: GOUVEIA JUNIOR, 2012.

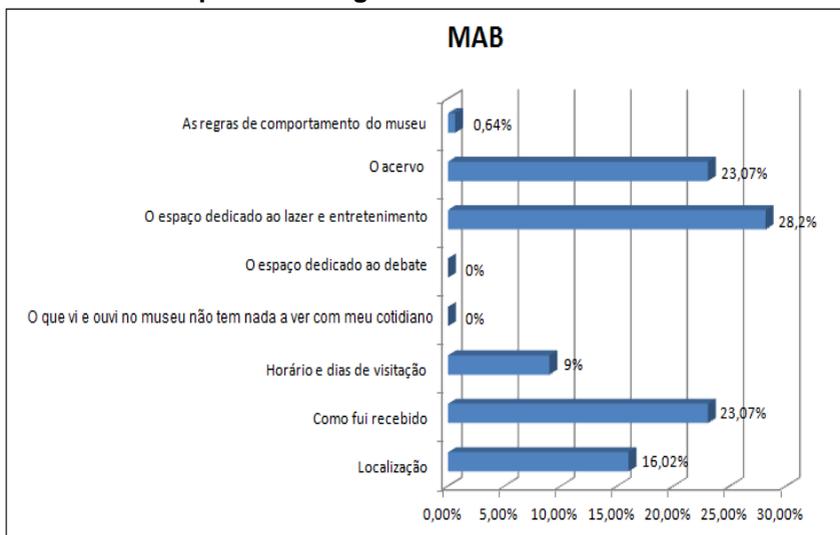
Da mesma forma, tratamos de identificar os pontos e questões que menos agradaram aos visitantes, por acreditarmos que essa seria uma demanda importante e complementar à anterior.

Desse modo, 28,2% dos entrevistados do MAB apontaram o espaço dedicado ao lazer e ao entretenimento como o ponto mais fraco do museu; 23,07% criticaram o acervo, enquanto que outros 23,07% não gostaram como foram recebidos; 16,02% criticaram a localização do museu; 9% gostariam que os horários e dias de visitação fossem diferentes; e 0,64% criticaram as regras de comportamento do MAB.

O espaço dedicado ao debate e a relação entre o cotidiano dos visitantes e as peças expostas e os discursos

proferidos não foram mencionados como pontos negativos. (ver gráfico 17).

Gráfico 17 – O que menos agradou o visitante do MAB

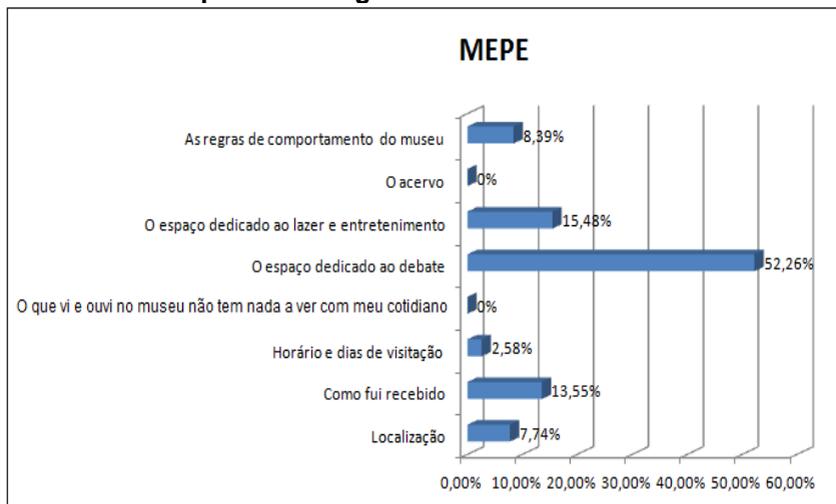


Fonte: GOUVEIA JUNIOR, 2012.

Em rela o aos entrevistados do MEPE, 52,26% destes criticaram o espaço dedicado ao debate; 15,48% não gostaram do espaço dedicado ao lazer e ao entretenimento; 13,55% não gostaram da forma como foram recebidos; 8,39% apontaram como ponto negativo as regras de comportamento do MEPE; 7,74% criticaram a localiza o do museu; 2,58% acharam que os horários e dias de visita o do museu poderiam ser melhores.

O acervo e a relação entre o cotidiano dos visitantes e o que se expõe e discute no museu não foram mencionados como pontos negativos pelos visitantes. (ver gráfico 18).

Gráfico 18 – O que menos agradou o visitante do MEPE

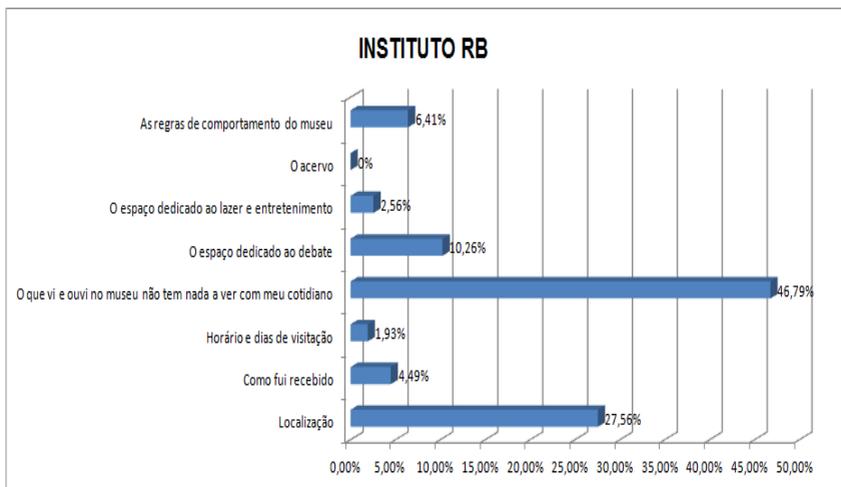


Fonte: GOUVEIA JUNIOR, 2012.

No caso do Instituto RB, 46,79% dos entrevistados criticaram a ausência de diálogo entre o seu cotidiano e as peças exibidas e os discursos proferidos no museu; 27,56% apontaram a localização do museu como ponto negativo; 10,26% pensaram que o espaço dedicado ao debate deveria ser maior; 6,41% não gostaram das regras de comportamento do museu; 4,49% criticaram a forma como foram recebidos; 2,56% anotaram como ponto negativo o espaço dedicado ao lazer e ao entretenimento;

1,93% criticaram os horários e dias de visitação do museu. (ver gráfico 19).

Gráfico 19 – O que menos agradou o visitante do Instituto RB

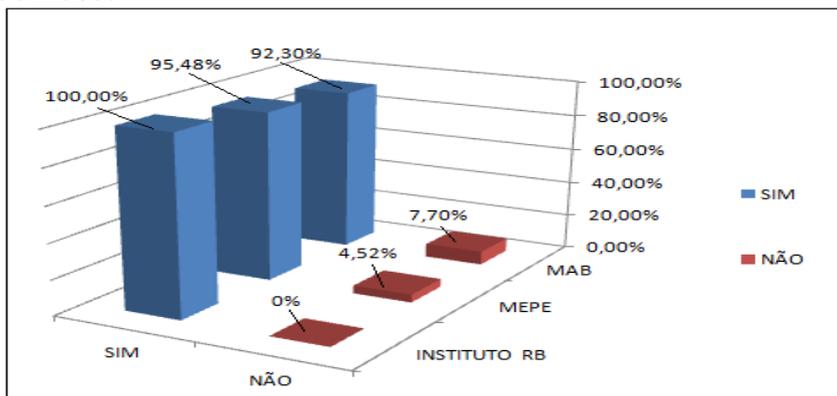


Fonte: GOUVEIA JUNIOR, 2012.

Como forma de melhor avaliar as aprova es e desaprova es da visita feita e do museu como um todo, perguntamos aos entrevistados se estes pretendiam retornar àquele museu, sozinhos ou trazendo amigos e parentes.

No caso do Instituto RB, a resposta positiva foi unânime; em rela o ao MEPE, 95,48% afirmaram estar dispostos a voltar ao museu, enquanto que 92,30% disseram ter vontade de visitar o MAB. (ver gráfico 20).

Gráfico 20 – Entre os visitantes, aqueles que pretendem retornar ao museu

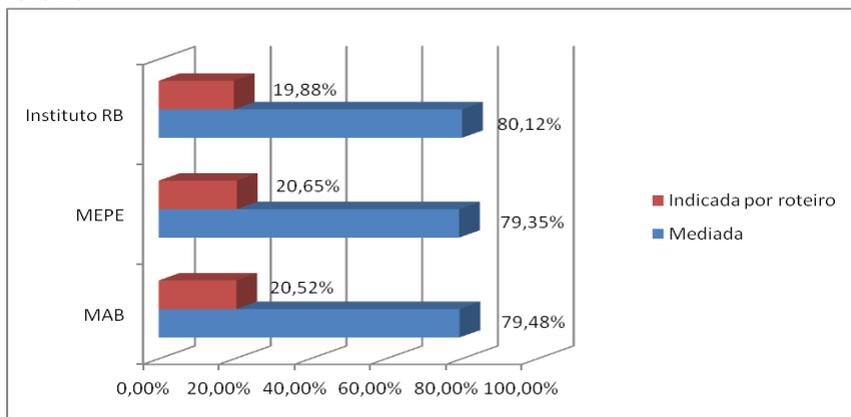


Fonte: GOUVEIA JUNIOR, 2012.

O público entrevistado também opinou acerca de suas preferências entre uma visita mediada, por educador/mediador, ou uma visita indicada por um roteiro autoexplicativo.

80,12% dos entrevistados do Instituto RB afirmam preferir uma visita mediada, enquanto que 19,88% preferem as indicações de um roteiro escrito. No MEPE, 79,35% dos entrevistados são favoráveis a uma visita mediada; 20,65%, em contrapartida, preferem uma visita indicada por roteiro. Para 79,48% dos visitantes do MAB, as visitas são melhor aproveitadas se forem mediadas; enquanto que 20,52% dos entrevistados acham melhor um roteiro que indique a visita. (ver gráfico 21).

Gráfico 21 – Preferências por uma visita mediada ou indicada por roteiro



Fonte: GOUVEIA JUNIOR, 2012.

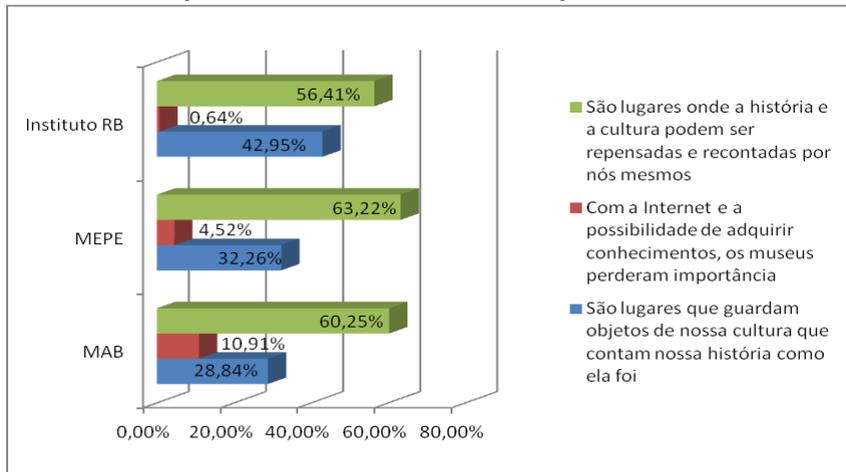
Por fim, perguntamos aos visitantes entrevistados da sua opinião sobre a importância do museu para a sociedade. A resposta: *“São lugares onde a história e a cultura podem ser repensadas e recontadas por nós mesmos”* foi a escolhida por 56,41% dos entrevistados do Instituto RB; por 63,22% dos entrevistados no MEPE; e por 60,25% dos entrevistados do MAB.

A alternativa: *“Com a Internet e a possibilidade de adquirir conhecimentos, os museus perderam importância”* foi mencionada por 0,64% dos entrevistados do Instituto RB; por 4,52% dos entrevistados do MEPE; e por 10,91% dos visitantes do MAB.

A opção *“São lugares que guardam objetos de nossa cultura que contam nossa história como ela foi”* representou a

escolha de 42,95% dos visitantes do Instituto RB; por 32,26% dos entrevistados do MEPE; e por 28,84% dos visitantes do MAB. (ver gráfico 22).

Gráfico 22 – Opinião do visitante sobre a importância do museu



Fonte: GOUVEIA JUNIOR, 2012.

6.4.2. Analisando os Perfis das Instituições

A partir das respostas obtidas às nossas questões, constatamos inicialmente que, em todos os museus pesquisados, a maior parte do público visitante é composta por estudantes do ensino fundamental e médio.

Percebemos também que o público que tem o hábito de visitar museus, em geral, pertence a um extrato dotado de alto grau de capital cultural. Em muitos desses casos, vimos pais ou responsáveis acompanhando crianças e jovens numa atividade

cultural, através da qual, a partir de entretenimento e ludicidade, buscavam a criação do gosto e do hábito de consumir aquele tipo de cultura evidenciado nos espaços pesquisados.

Nesse contexto, registramos grandes quantidades de visitantes oriundos do Recife e Região Metropolitana. O que contradiz as impressões de que os museus, fundamentalmente, atraem um público de turistas. Naturalmente, o ingresso de indivíduos ou grupos provenientes de outras regiões é, em muitos casos, significativo.

Em relação aos canais de informação acerca da existência dos museus com os quais trabalhamos, constatamos que a escola e os professores são os principais divulgadores dos museus e incentivadores da visita a esses espaços. A experiência prática e as observações feitas nos ambientes museológicos nos fizeram constatar também que os museus não são utilizados pelas escolas meramente como espaços de entretenimento, mas têm sido muito, e cada vez mais, utilizados como lugares de aprendizagem e (re)construção de culturas, identidades, memórias, histórias, valores e cidadania.

Esse estado de coisas no tocante à informação sobre os museus não dispensa a importância de tais instituições pensarem numa melhor e mais ampla comunicação acerca da natureza de seus serviços. Vimos, nessa perspectiva, que a Internet, e seu mundo de possibilidades, tem sido pouco utilizada enquanto ferramenta de comunicação direcionável a potenciais usuários (GOUVEIA JUNIOR, 2012).

Os dados obtidos acerca das questões que mais agradaram os visitantes de cada museu podem nos servir como parâmetros para a percepção e o tracejamento de um perfil de cada uma das instituições. Nesse caso específico, os números obtidos indicam que o MAB apresenta em sua estrutura elementos, concepções, e discussões que contemplam a realidade da maioria dos visitantes. Isso porque, de acordo com a própria instituição, entre os seus principais objetivos estão a valorização e o reconhecimento do patrimônio afrodescendente – importante ferramenta para o fortalecimento da nossa identidade e cidadania (BRASIL, 2007).

O espaço para o debate, também fortemente referenciado pelos entrevistados do MAB, justifica-se à medida que o museu defende a importância da presença e participação direta da sociedade em suas atividades, em prol de uma instituição cada vez mais integrada à comunidade (BRASIL, 2007).

Em relação ao MEPE, muitos entrevistados enfatizaram a forte identificação entre a sua realidade e o que se exhibe e discute no museu. Nesse contexto, apesar de a referida instituição dedicar grande espaço às artes, apresenta como característica marcante as coleções de artefatos etnográficos – com destaque para as coleções **Culto Afro-brasileiro** e **Coleção Etnográfica Carlos Estevão**, além das coleções de **Ex-votos** (PERNAMBUCO, 2003).

Tais artefatos, alusivos às três raças/etnias das quais descendeu o povo brasileiro, corroboram, desse modo, o estreito

diálogo com as realidades da maioria dos visitantes. A beleza desses artefatos também ficou evidenciada em nossa pesquisa.

Do Instituto RB, os entrevistados elogiaram mais a beleza das peças de seu acervo. Em contrapartida, o ponto mais criticado dessa instituição foi a ausência de maiores relações de identificação e diálogo entre a realidade dos visitantes e o que se expõe nas galerias e corredores do Instituto RB. Outro ponto negativo também levantado pelos visitantes é quanto a sua localização⁷¹.

Para os visitantes do MEPE o espaço dedicado ao debate é o que mais deixa a desejar, resultado que causa certo estranhamento, tendo em vista que o visitante, mesmo sem agendamento, pode contar com a mediação de um dos estagiários que atuam ali. Uma hipótese a ser verificada é acerca de como vem sendo feito o treinamento de pessoal para o receptivo e as abordagens pedagógicas.

No caso do MAB, o espaço dedicado ao lazer e ao entretenimento e a carência de peças no acervo são os pontos críticos para a maioria dos entrevistados. Novamente precisamos ressaltar que lazer e entretenimento estão nas pautas do museu em questão. O visitante perceberá, inclusive, que a muitas peças do acervo é permitido o acesso, o toque e a manipulação. Desse modo, a plena interação entre usuário e acervo é provocada. O

⁷¹ Nesse sentido, foi bastante lembrada a distância da entrada até os prédios que abrigam as coleções; esta só começou a ser vencida por uma espécie de trenzinho há pouco tempo. Anteriormente, muitos visitantes que vinham de ônibus precisavam caminhar por mais de dez minutos até chegar ao castelo.

que se evidencia quando constatamos que o acervo em exposição no MAB é uma acervo em expansão, posto que conta com a participação de cada um dos visitantes. Estes são convidados a compor mensagens e espalhá-las pelas paredes do espaço interno do museu.

O balanço entre os pontos positivos e os pontos negativos dos museus é percebido como mais do que satisfatório, tendo em vista que todos os índices de aprovação – traduzidos pelo expresso desejo de retornar àquele espaço, trazendo amigos e parentes – ultrapassam os 90%.

Predominaram as preferências de visitação pela mediação em detrimento da indicação por roteiro. Em muitos casos, a primeira opção indica o pouco hábito e contato incipiente que os visitantes têm com os lugares de memória e os seus acervos. A necessidade de explicações e aplicações didático-metodológicas também pode engendrar o pensamento acerca de limitações nas capacidades de compreensão denotada pelo público – nesse caso visto como detentor de poucos níveis de capital cultural⁷².

Nas três instituições contempladas por nossa pesquisa, mais de 50% dos entrevistados classificaram os museus como importantes para a sociedade à medida que se apresentam como lugares onde a história e a cultura podem ser repensadas

⁷² Devemos pontuar, contudo, que tal afirmação não expressa quaisquer pré-julgamentos em relação às capacidades do usuário/visitante no tocante à sua competência informacional. Isso porque não negamos a existência e a importância do conhecimento e das experiências e vivências acumuladas de modo heterogêneo por esse público, da mesma forma heterogêneo.

e recontadas por nós mesmos. Percepção que denuncia uma noção, ainda que incipiente, da corresponsabilidade que temos – como sujeitos dotados de autonomia e criticidade – na construção de uma sociedade mais democrática, onde o acesso à informação esteja sempre na pauta do dia.

Diante de todas as respostas encontradas, pudemos perceber que os museus em questão têm cumprido sua missão no sentido de evidenciar função e valor social capaz de atrair um público consumidor, e, ao mesmo tempo, disseminar e partilhar conteúdos informacionais.

6.5. DO COMPARTILHAMENTO DA INFORMAÇÃO MUSEOLÓGICA

No papel de instituição de memória e de unidade de informação, o museu apresenta-se como um lugar que abriga amplos estoques informacionais provenientes de múltiplas heranças culturais. Nessa subseção tratamos das possibilidades de disponibilização dos museus contemplados em nossa pesquisa no sentido de compartilhar seus conteúdos informacionais, seguindo a linha de raciocínio dos Sistemas Memoriais.

Ainda que as estruturas informacionais sejam dotadas de incompletude, como o próprio homem e os frutos de suas ações, toda informação carrega uma condição de intencionalidade, à medida que pode acarretar a transformação necessária à construção do conhecimento nos sujeitos. Essa construção

depende de três mecanismos básicos: interação, cooperação e compartilhamento de informação.

De acordo com Thomas Davenport (1998), o compartilhamento de informação é um ato voluntário, e, portanto, consciente, através do qual a informação é colocada à disposição a quem possa interessar. Vale lembrar que esse é um ato reflexivo e intercambiável.

O compartilhamento de informação, ao menos oficialmente, representa uma conquista da democracia, tendo em vista que o direito à informação já havia sido observado pelo artigo 5º da Constituição Federal (BRASIL, 1988) e foi recentemente corroborado pelo artigo 5º da Lei de Acesso à informação (BRASIL, 2011).

Desde fins do século XX e começos do século atual, as novas tecnologias de comunicação têm facilitado o compartilhamento de informação, inclusive em tempo real. O que contribui, sobremaneira, para a efetividade de diálogos e trocas mais consistentes e mais comuns entre instituições – para quem tais fluxos têm sido cada vez mais importantes, à medida que o valor da informação reside não em sua posse, mas em seu compartilhamento (DAVENPORT, 1998). Nesse sentido, de acordo com o próprio Davenport (1998, p.117):

No Ocidente, quem defende a troca de informações costuma restringi-la ao interior das corporações. Entretanto, algumas empresas descobriram que trocar informes com seus parceiros de negócios, e até mesmo

com concorrentes, apresenta nítidas vantagens.

Naturalmente, há conteúdos informacionais privados que apresentam restrições quanto ao seu compartilhamento. Nesse bojo, podem-se elencar, a título de exemplo, tanto prontuários médicos quanto resultados parciais de pesquisas científicas. No primeiro caso, fundamentalmente, questões éticas e de bom senso impedem a sua divulgação; no segundo, a principal motivação é a concorrência existente naquele campo, capaz de limitar intercâmbios que poderiam até ser positivos.

Apesar de preocupações dessa natureza, ao menos aparentemente, não incidirem no âmbito museológico, os museus pernambucanos ainda não evidenciam relações mais estreitas com relação ao compartilhamento de informação. Não podemos, contudo, deixar de mencionar os esforços e as disposições que têm sido externalizados em Pernambuco – e também em nível nacional – no sentido de somar potenciais e compartilhar conteúdos informacionais.

Na abertura do já mencionado **Conexões IBRAM – museus brasileiros conectando todos os museus do Brasil**, os representantes do IBRAM e da Fundarpe assinaram o Acordo de Cooperação Técnica. Através desse documento, objetiva-se a integração de recursos e o estímulo do desenvolvimento de ações conjuntas no setor museal pernambucano (IBRAM, 2012).

Da mesma forma, o Sistema de Museus de Pernambuco⁷³ foi apresentado por Célio Pontes, diretor de Gestão de Equipamentos Culturais da Fundarpe, como importante iniciativa neste campo (IBRAM, 2012). Apesar deste quase consenso entre as instituições de missão memorial no sentido de que devem atuar em conjunto, as reais práticas evidenciadas pelas instituições pesquisadas ainda mostram mais vontade do que feitos. Nesse particular, parece válida a afirmativa de que, em muitos casos:

[...] profissionais que são ao mesmo tempo fornecedores e usuários de informação não têm se preocupado em atrair a atenção para os informes que cria (sic). Como resultado, a maior parte de seus dados permanece inerte nas gavetas, nos arquivos ou (espero) nas latas de lixo (DAVENPORT, 1998, p.119).

Buscando uma análise menos apressada acerca dessas práticas, procuramos por respostas em conversas com as gestoras do MAB, do MEPE e do Instituto RB. De acordo com Maria Elisabete Assis⁷⁴, a parceria com as demais instituições museológicas é uma das encomendas recebidas do presidente do IBRAM, quando a diretora assumiu seu posto no MAB. Nesse

⁷³ A estruturação do sistema de museus do estado teve início em 2010. Após formação de grupos de trabalho com representantes das diversas esferas ano passado, em 2012 o documento está em fase final de trâmite jurídico. A expectativa é que se torne projeto de lei e siga para ser discutido em audiência pública como última etapa.

⁷⁴ Diretora do Museu da Abolição desde 25 de janeiro de 2012.

sentido, busca-se instituir de fato uma rede colaborativa e o desenvolvimento de parceria, que ainda hoje é incipiente.

Na concepção de Nara Galvão⁷⁵, todo museu precisa – além de focar como principal objetivo, o público – facilitar o acesso ao seu acervo e divulgá-lo, incentivando a pesquisa. O intercâmbio de experiências e informações com outras instituições museais é bem visto, entretanto tais relações de parceria ainda se configuram de modo tênue e pontual.

Segundo Margot Monteiro, diálogos e parcerias interinstitucionais são muito importantes e benéficos. Nesse sentido, a gestora do MEPE lembra as estreitas relações tecidas entre esta instituição e outros museus. Um bom exemplo são os empréstimos de peças e acervos realizados pelo MEPE no sentido de atender demandas de outras instituições.

As desejadas relações em forma de sistema que propomos neste trabalho estão ainda no campo das ideias ou em seu limiar. Ao menos existe a disposição no tocante às práticas de protocooperação, o que reforça a ideia de que:

À medida que as empresas aumentarem o entrelaçamento com outras, em redes de trabalho cooperativas, todos seremos beneficiados, entendendo melhor o comportamento da informação no âmbito *interorganizacional* (DAVENPORT, 1998, p.132).

⁷⁵ Coordenadora Geral do Instituto Ricardo Brennand desde 2008.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme já enfatizaram inúmeros teóricos, alguns deles até citados em nossas considerações, um dos grandes problemas da contemporaneidade é a excessiva exposição à informação. E a fase exploratória de nossa pesquisa corroborou tal perspectiva, tendo em vista o significativo estoque de informação e de fontes com as quais nos deparamos.

Não podemos perder de vista a ideia de que o caos informacional e a excessiva oferta de informação nem sempre se mostram benéficas ao pesquisador, posto que grande quantidade de informação não é sinônimo de redução da incerteza.

Nesse caso, a seleção de material foi imprescindível. Pudemos compreender também as recomendações de Paulo Freire no tocante às responsabilidades e à seriedade que envolve o ato de estudar, o ato de evocar referências com propriedade e envolvimento intelectual com estas.

No tocante à fase de coleta de dados, em nosso percurso, deparamo-nos com muitos profissionais e usuários disponíveis e atenciosos, que, na maioria dos casos, mostraram-se bastante entusiasmados em contribuir com a nossa pesquisa. É bem verdade que houve momentos em que o acesso à informação por telefone ou pela internet simplesmente tornou-se impraticável.

Tal como pudemos ver no tópico referente às questões paradigmáticas que giram em torno da guarda de informação e

da mudança em prol de um paradigma informacional, bem como suas vigências simultâneas, percebemos, na prática, que certos profissionais lidam com o acesso à informação como uma espécie de prerrogativa de poucos.

Há, nesses casos, certo envaidecimento por parte de alguns no sentido de possuírem poderes de veto ao ingresso de quaisquer pesquisadores que não estejam devidamente apresentados.

Felizmente as exceções a esse quadro não são poucas. Tanto é que conseguimos significativo material para que pudéssemos empreender nossa metodologia com relativo sucesso. Nesse sentido, todos os profissionais diretamente envolvidos em nossas pesquisas mostraram-se solícitos e atenciosos às nossas demandas.

Pudemos perceber ao longo deste trabalho como o museu enquanto instituição de memória tem-se transformado nos últimos tempos. Tecemos considerações acerca de sua origem atrelada ao sagrado e ao seletivo, isto é, no tocante a uma instituição que consagrava objetos e fatos, ao mesmo tempo em que excluía a maioria das pessoas da tomada de decisão e da própria construção de sua história, de sua memória e de seu patrimônio.

Anotamos, do mesmo modo, a crise das instituições de memória e a busca por sua superação e pela agregação de valor e significados sociais. De templos da morte, os museus passaram a ser defendidos e pensados como espaços de vida, de construções, de possibilidades e de pesquisa; espaços que

representam caminhos por onde se passa aprendendo e discutindo.

Vimos também que a maioria dos museus brasileiros, por sua autodefinição como instituições sem fins lucrativos, acaba enfrentando muitas dificuldades de operação e manutenção, caso não sejam subsidiados direta ou indiretamente pelos órgãos federais, estaduais e municipais de cultura, ou ainda por suas Associações de Amigos.

Outra dificuldade enfrentada pelos museus reside no fato de que até 1985, quando foi criado o Ministério da Cultura, as atividades públicas culturais ficavam a cargo do sistema educacional. Nesse sentido, as políticas e práticas culturais atuam no Brasil no sentido de buscar suprir a insuficiência ou inexistência funcional do sistema educacional.

Essa vinculação ainda hoje se notabiliza, à medida que a maior parte do público que frequenta os museus é composta por estudantes. O Ministério da Educação, em contrapartida, não dá sinais de que repasse quaisquer recursos para tal serviço prestado pelos museus.

Ficam assim ilustradas as dificuldades que as instituições culturais têm enfrentado face à organização das políticas brasileiras de financiamento cultural. Nesse sentido, na atualidade, já não se enxerga mais a cultura como um setor marginal, oneroso e não-gerenciável; e, aos poucos, se fortalece a compreensão por parte de governantes e certos segmentos da sociedade de que as instituições culturais representam potentes instrumentos de ação cultural.

Defendemos, então, um museu, que, integrando-se a um sistema de missão memorial, apresente-se como unidade de informação e comunicação capaz de transformar indivíduos em sujeitos, promovendo autonomia – através da qual emanam processos informacionais e comunicacionais, que, reconhecidos e legitimados por seus usuários, atuam como catalisadores da produção de conhecimento.

Nesse particular, o museu e sua *comunidade* são tratados a partir de uma perspectiva especial, posto que buscamos identificar daquelas instituições de memória suas relações de gestão e perceber suas possibilidades de interrelacionamento em torno de um Sistema Memorial.

O compartilhamento de informação e democratização do seu acesso precisa representar o foco das atenções das instituições museais, para que, dessa forma, seja beneficiada a *comunidade* e os próprios museus envolvidos nessa missão.

Consideramos a formação de grupos de trabalho interinstitucionais cujas parcerias em forma de redes e sistemas favorecessem a todos os envolvidos. Percebemos que a formação de parcerias e redes de contato a partir de práticas e normas implícitas que prezam pela reciprocidade, proatividade e sentimentos de confiança e segurança reforçam os nós e laços dessa teia de relações.

Em nossas considerações sobre políticas de financiamento cultural, defendemos a ideia de que o Estado – preferencialmente em parceria com a sociedade e a iniciativa privada – deve assegurar às pessoas o direito à cidadania, à

própria cultura, à criação cultural, ao acesso à informação e sua fruição.

Sua fiscalização e interferência, ao contrário do que já disseminou a perspectiva neoliberal, deve se fazer presente. Nesse contexto, entendemos que os governantes devem, cada vez mais, fomentar a criação de espaços de cultura – uma conquista cidadã e um direito de todos.

Por fim, parece válido acrescentar que a cidadania plena começa a se configurar através da ampliação e da multiplicação dos espaços públicos de educação, de encontro com diferenças, de construção de identidades, de diálogo, de debate e transformação social.

A integração de instituições de missão memorial em torno de práticas de protocooperação parece o caminho mais adequado para que se opere a transformação desejada em torno de uma efetiva disseminação de informação, de modo a privilegiar o compartilhamento de informação e sua ampla e irrestrita liberdade de acesso.

REFERÊNCIAS

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 5.ed. Florianópolis: UFSC, 2002.

BARBOSA, Livia. Meritocracia à brasileira: o que é desempenho no Brasil?. **Revista do Serviço Público**, Brasília, ano 47, v.120, n. 3, set./dez. 1996, p. 58-102. Disponível em: <[http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/terceiros-papers/96-barbosa,l%C3%ADvia47\(3\).pdf](http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/terceiros-papers/96-barbosa,l%C3%ADvia47(3).pdf)>. Acesso em: 13 fev. 2012.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. As tecnoutopias do saber: redes interligando o conhecimento. **Datagramazero – Revista de Ciência da Informação**. Rio de Janeiro, v.6, n.6, dez. 2005, p.1-13. Disponível em: http://www.dgz.org.br/dez05/Art_01.htm. Acesso em: 6 set. 2012.

BEARMAN, David. Informação em museus no contexto social 2012. In: II Seminário Serviços de Informação em Museus, 2012, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2012.

BERTALANFFY, Ludwig Von. **Teoria geral dos sistemas**. 3.ed. Petrópolis, Vozes, 1977.

BLAUNER, Robert. **Alienation and freedom: the factory worker and his industry**. Chicago: University of Chicago Press, 1964.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

_____.; DARBEL, Alain. **O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público**. 2.ed. São Paulo / Porto Alegre: Zouk, 2007.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei//Del0025.htm>. Acesso em: 12 ago. 2011.

_____. **Lei n. 7.505, de 2 de julho de 1986**. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/109576/lei-sarney-lei-7505-86>>. Acesso em: 22 set. 2011.

_____. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n. 1/92 a 56/2007 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n. 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

_____. **Lei n. 8313, de 23 de dezembro de 1991**. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/109444/lei-rouanet-lei-8313-91>>. Acesso em: 22 set. 2011.

_____. **Decreto n. 5.264, de 5 de novembro de 2004**. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2007/10/decreto-5264.pdf>>. Acesso em: 07 jan. 2011.

_____. Ministério da Cultura. **Plano Museológico Museu da Abolição**. Recife, 2007. 50f. Disponível em: <www.museus.gov.br/wp-content/uploads/.../planmuseoabolicao.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2011.

_____. Ministério da Educação. **Regimento Interno da Fundação Joaquim Nabuco**. Portaria n.515, de 29 de abril de

2008. Disponível em:

<<http://www.fundaj.gov.br/geral/institucional/RegimentoInternodaFundajPortariaMEC5152008.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2012.

_____. **Lei n. 11.904, de 14 de janeiro de 2009.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm>. Acesso em: 20 dez. 2011.

_____. **Lei n. 12.343, de 2 de dezembro de 2010.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12343.htm>. Acesso em: 28 dez.2011.

_____. **Política Nacional de Museus:** Relatório de gestão 2003-2010. Ministério da Cultura, Instituto Brasileiro de Museus. Brasília: MinC/Ibram, 2010b.

_____. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 25 set. 2012.

_____. Sistema Brasileiro de Museus. **O que é museu.** s/d. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/sbm/oqueemuseu_apresentacao.htm>. Acesso em: 30 dez. 2011.

BRENNAND, Ricardo. **O menino e o canivete.** In: SILVA, Leonardo Dantas. Ricardo Brennand & nós: testemunhos nos seus 80 anos. Recife: Instituto R. B., 2008.

CAPRA, Fritjof. **Vivendo redes.** In: DUARTE, Fábio; QUANDT, Carlos; SOUZA, Queila. O tempo das redes. São Paulo: Perspectiva, 2008.

CAPURRO, Rafael. **Epistemologia e Ciência da Informação.** Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), Belo Horizonte, ano V, p.1-21, 2003. Disponível

em:<<http://www.uff.br/cienciainformacao/Disciplinas/Capurro-Epistemologia%20e%20CI.pdf>> acesso em: 1º jul. 2011.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999 (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.1).

CASTORIADIS, Cornelius. **Poder, política, autonomia**. In: _____. O mundo fragmentado (As encruzilhadas do labirinto / 3). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

CHAGAS, Mário de Souza. Memória e poder: dois movimentos. In: _____.; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Museu e Políticas de Memória. **Cadernos de sociomuseologia**. v.19. n.19, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT), Lisboa, 2002.

_____. **Casas e portas da memória e do patrimônio**. In: GONDAR, Jô; DOBEDEI, Vera Lúcia (Organizadores). O que é memória social? Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

_____.; NASCIMENTO JUNIOR, José do (org.). **Subsídios para a criação dos Museus Municipais**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/Instituto Brasileiro de Museus e Centros Culturais/Departamento de Processos Museais, 2009.

COELHO NETO, José Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: FAPESP, Iluminuras, 1997.

DAMBRON, Patrick. **Mécénat et sponsoring**. Paris: Les Editions d'Organisation, 1993.

DAVALLON, Jean. A mediação: a comunicação em processo? **Prisma.Com – Revista de Ciências da Informação e da**

Comunicação do CETAC, Porto, n.4, junho 2007, p.3-36.

Disponível em:

<http://prisma.cetac.up.pt/A_mediacao_a_comunicacao_em_processo.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2012.

DAVENPORT, Thomas H. **Ecologia da informação**: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação.

6.ed. São Paulo: Futura, 1998. Disponível em:

<http://fortium.edu.br/blog/paulo_cesar/files/2012/06/Thomas_H_Davenport_Ecologia_da_Informacao.pdf>. Acesso em: 27 set. 2012.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio**: o dicionário da língua portuguesa. 8.ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 24.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 14.ed.rev.atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FUMAROLLI, Marc. **El Estado cultural**: ensayo sobre la nueva religión moderna. 2.ed. Barcelo: El Alcantilado, 2007.

FUNDARPE. **Museus**: patrimônio de todos. Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco. Recife: FUNDARPE, 2010.

GALINDO, Marcos. **Memória da arquitetura pré-moderna no Brasil**: acervo Saturnino de Brito. In: CARVALHO, Maurício Rocha de; et ali. Um Recife Saturnino: Arquitetura, Urbanismo e Saneamento. Recife: Néctar, 2010.

_____; MIRANDA, Majory Oliveira; BORBA, Vildeane da Rocha. A memória e os sistemas memoriais. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 12,

2011, Brasília. **Anais...** Brasília, 2011, p.3328-3339.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOUVEIA JUNIOR, Mário. Memórias e seus suportes: da fala à virtualização e suas necessidades por próteses e lugares. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.9, n.2, p.64-74, jan./jun.2012. Disponível em: <http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/viewFile/526/pdf_20>. Acesso em: 24 set. 2012.

GOUVEIA JUNIOR, Mário; SANTOS, Raimundo Nonato Macedo dos. Mudança de paradigma e sua ruptura: um estudo de caso na Museologia e a pluralidade paradigmática da Ciência da Informação. **Transinformação**. Campinas, v.24, n.2, p. 117-126, maio/ago. 2012. Disponível em: <<http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/index.php>>. Acesso em: 17 set. 2012.

GOUVEIA JUNIOR, Mário; GALINDO, Marcos. Sistemas memoriais como disseminadores de informação. **Transinformação**, Campinas, v.24, n.3, p. 207-217, set/dez. 2012. Disponível em: <<http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/index.php>>. Acesso em: 4 dez. 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

IBGE. **Censo Demográfico 2010: Características da população – Amostra**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=pe&tema=cen>

[sodemog2010 amostra](#). Acesso em: 27 ago. 2012.

IBRAM. **Museus em números**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011. Disponível em:
<<http://www.museus.gov.br/publicacoes-e-documentos/museus-em-numeros/>>. Acesso em: 22 fev. 2012.

_____. **Conexões Ibram** – museus brasileiros conectando todos os museus do Brasil. 2012. Disponível em:
<<http://conexoesibram.museus.gov.br/?p=629>>. Acesso em: 30 set. 2012.

ICOM (Conselho Internacional de Museus). **Declaração de Santiago**. Mesa-Redonda de Santiago do Chile, 1972. Disponível em: <http://www.museologia-portugal.net/index.php?option=com_content&view=article&id=3:declaracao-de-santiago-1972&catid=3:declaracao-de-santiago-do-chile-1072&Itemid=3>. Acesso em: 15 mar. 2012.

_____. **Declaração de Quebec** – Princípios de Base de uma Nova Museologia 1984. Quebec, 1984. Disponível em:
<<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/342/251>>. Acesso em 15 mar. 2012.

_____. **Declaração de Caracas**. Caracas, 1992. Disponível em:
<<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/345/254>>. Acesso em: 15 mar. 2012.

_____. **20ª Assembleia Geral**. Barcelona, 6 de julho de 2001. Disponível em:
<http://www.museus.gov.br/sbm/oqueemuseu_museusicom.htm>. Acesso em: 17 mar. 2012.

INGWERSEN, Peter. **Information retrieval interaction**. London: Taylor Graham, 1992.

IPHAN, MINC. **Definição de Museu**, 2005. Disponível em: <<http://museus.gov.br/museu/>>. Acesso em: 03 jul. 2011.

JEUDY, Henri-Pierre. **Memórias do social**. tradução de Márcia Cavalcanti. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

KUHN, Thomas. **A função do dogma na investigação científica** In: DEUS, Jorge Dias de (org.). *A crítica da ciência: sociologia e ideologia da ciência*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. **A estrutura das revoluções científicas**. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 1990.

LE COADIC, Yves-Fraçois. **A Ciência da Informação**. 2.ed.rev. e atual. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5.ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

LOPES, João Teixeira. Reflexões sobre o arbitrário cultural e a violência simbólica: os novos manuais de civilidade no campo cultural. **Revista Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, n. 49, p.43-51, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/spp/n49/n49a03.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2012.

LUHMANN, Niklas. **Introdução à teoria dos sistemas**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MARQUES, Isabel da Costa. **O museu como sistema de informação**. 170 p. Dissertação de Mestrado em Museologia. Universidade do Porto. Porto, Setembro de 2010. Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/55282/2/TESEMESISABELMARQUES000124492.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2012.

MEDEIROS, Ana Elisabete de Almeida. Pernambuco Falando para o Mundo. In: **VI Seminário Docomomo Brasil, 2005, Niterói**. VI Seminário Docomomo Brasil - Moderno e Nacional: Arquitetura e Urbanismo, 2005. Disponível em: <http://www.docomomo.org.br/seminario%206%20pdfs/Ana%20Elizabete%20de%20Almenida%20Medeiros.pdf>. Acesso em: 3 set. 2012.

MEDEIROS, Janann Joslin; OLLAIK, Leila Giandoni. O uso da renúncia fiscal na área de museus. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v.62, n.4, p.425-445, out/dez 2011. Disponível em: www.enap.gov.br/index.php?option=com-docman&task=cat_view&gid=922&Itemid=129>. Acesso em: 2 out. 2012.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. **Os paradoxos da Memória**. In: MIRANDA, Danilo Santos de. Memória e Cultura: a importância na formação cultural humana. São Paulo: SESC SP, 2007.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 4.ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

NASCIMENTO JÚNIOR, José do. Operibus credit et non verbis. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 jan. 2006. Tendências/Debates. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/2006/01/12/operibus-credit-et-non-verbis/>>. Acesso em: 06 mar. 2012.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: PROJETO HISTÓRIA: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**, São Paulo, n.10, p.7-28, 1993.

ORTEGA Y GASSET, José. **A rebelião das massas**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

PEREIRA, Potyara. **Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania**. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, S. M. M.; MIOTO, R. C. T. (Org.). *Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PERNAMBUCO. **Lei n. 11.005, de 20 de dezembro de 1993**. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2007/11/sesivol_04_p2.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2012.

_____. **Lei n. 11.914, de 28 de dezembro de 2000**. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2007/11/sesivol_04_p2.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2012.

_____. **Lei n. 12.310, de 19 de dezembro de 2002**. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2007/11/sesivol_04_p2.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2012.

_____. **Museu do Estado de Pernambuco**. São Paulo: Banco Safra, 2003.

_____. **Lei n. 12.629, de 12 de julho de 2004**. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2007/11/sesivol_04_p2.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2012.

PINTO, Manuela Azevedo; SILVA, Armando Malheiro da. Um modelo sistêmico e integral de gestão da informação nas organizações. 2005. In: 2º Congresso Internacional de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação, 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3085.pdf>>. Acesso em: 4 dez. 2012.

PIQUET, Sylvère. **Sponsoring et mécénat: la communication par l'événement**. Paris: Vuibert, 1985.

POMIAN, Krzysztof. **Coleção**. In: Enciclopédia Einaudi. 1. Memória e História. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984, p.51-86. Disponível em: <<http://flanelografo.com.br/impermanencia/biblioteca/Pomian%20%281984b%29.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2012.

POPPER, Karl. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix, 2007.

RANGANATHAN, Shiyali Ramamrita. **The Five laws of library science**. London: Madras Library Association, 1931.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Marketing cultural e financiamento da cultura: teoria e prática em um estudo internacional comparado**. São Paulo: Thomson Learning Edições, 2006.

RIFKIN, Jeremy. **A era do acesso** – transição de mercados convencionais para networks e o nascimento de uma nova economia. 2.ed. São Paulo: Makron Books, 2005.

ROBREDO, Jaime. **Da ciência da informação revisitada aos sistemas humanos de informação**. In: ROBREDO, Jaime. Da ciência da informação revisitada aos sistemas humanos de informação. Brasília: Thesaurus; SSRR Informações, 2003.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais e sociedade do conhecimento no Brasil. **RIPS, Revista de Investigações Políticas y Sociológicas**. v.7, n.1, p.127-142, Santiago de Compostela, 2008. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=38070109>>. Acesso em: 12 nov. 2011.

SANTOS, Helena. **Públicos e museus**: considerações sobre alguns eixos de mudança. In: CAMACHO, Clara; SEMEDO, Alice; SANTOS, Helena; FERNANDES, Carla; VASCONCELOS, Maria João. Actas Conferência – museus e sociedade. Caminha: Câmara Municipal de Caminha, 2008. Disponível em: <www.youblisher.com/p/191278-Actas-CMS-2007/>. Acesso em: 16 nov. 2012.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia das redes**. In:_____. A natureza do espaço: técnica, razão e emoção. 4.ed.2.reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: http://www.geociencia.xpg.com.br/dwd/Milton_Santos_A_Natureza_a_do_Espaco.pdf Acesso em: 10 set. 2012.

SARACEVIC, Tefko. **Relevance reconsidered**. In: P. Ingwersen, & N. O. Pors, Information science: integration in perspective. Copenhagen, Denmark: Royal School of Library and Information Science, 1996.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SEMEDO, Alice. **Museus, educação e cidadania**. In: CAMACHO, Clara; SEMEDO, Alice; SANTOS, Helena; FERNANDES, Carla; VASCONCELOS; Maria João. Actas Conferência – Museus e Sociedade. Caminha: Câmara Municipal de Caminha, 2008. Disponível em: <www.youblisher.com/p/191278-Actas-CMS-2007/>. Acesso em: 24 nov. 2012.

SILVA, Armando Malheiro da. A gestão da informação arquivística e suas repercussões na produção do conhecimento científico. In: **Seminário Internacional de Arquivos de Tradição Ibérica**, Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/ibe>>

[ricas/a_gesto_da_informao_arquivstica.pdf](#)>. Acesso em: 14 nov. 2012.

_____. **Das “ciências” documentais à ciência da informação**: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

_____. **Da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico**. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

_____. Mediações e mediadores em ciência da informação. **Prisma.Com – Revista de Ciências da Informação e da Comunicação do CETAC**, Porto, n.9, junho 2010, p.1-37. Disponível em: <http://prisma.cetac.up.pt/Prisma.Com_n9-Mediacao_e_mediadores_em_Ciencia_da_Informacao.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2012.

_____; RIBEIRO, Fernanda. **Paradigmas, serviços e mediações em Ciência da Informação**. Recife: Néctar, 2011.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, ano 8, n.16, p. 20-45, Porto Alegre, jul/dez 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2012.

YOUNG, Michael. **The rise of the meritocracy**: an essay on education and inequality. London, Thames & Hudson, 1958.

APÊNDICES

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO USUÁRIO/VISITANTE

1. Sexo:

 Masculino Feminino

2. Idade:

 Menor de 18 anos Entre 31 e 60 anos Entre 18 e 30 anos Mais de 60 anos

3. Profissão: _____

4. Grau de escolaridade:

 Não-alfabetizado Ensino Médio Completo Alfabetizado Ensino Superior em andamento Ensino Fundamental Incompleto Ensino Superior Completo Ensino Fundamental Completo Pós-Graduação (Esp. / Mest. / Dout.) Ensino Médio Incompleto

5. Onde você mora?

 Recife/Região Met. Outro Estado Interior de Pernambuco Outro País

6. Qual o motivo de sua visita, hoje, ao museu?

 Recomendação de alguém Acompanhar alguém que está visitando a sua cidade Por que você tem o costume de visitar os museus das cidades por onde passa Acompanhar filhos Por acaso Por que gosto de museus

7. Você já visitou outro museu, além deste?

 Sim Não

Se respondeu não, passe para a questão 9?

8. Qual (is) outro(s) museu(s) você visitou no Recife?

9. É a primeira vez que vem a esse museu?

Sim Não

10. Como ficou sabendo da existência desse museu?

Através da escola/professor Através de amigos

Através de familiares Através da Internet

Passei em frente ao museu e me interessei em visitá-lo

11. O que mais lhe **agradou** neste museu?

A localização do museu A beleza das peças do museu

Como fui recebido no museu O espaço dedicado ao debate

O horário e dias de visitação do museu O espaço dedicado ao lazer e ao entretenimento

Reconheci meu cotidiano e me identifiquei com o que vi e ouvi no museu

12. O que mais lhe **desagradou** neste museu?

A localização Horário e dias de visitação O espaço dedicado ao lazer e ao entretenimento

Espaço dedicado ao debate As regras de comportamento Como fui recebido

O acervo O que vi e ouvi não tem nada a ver com meu cotidiano

13. Você pretende voltar a este museu, trazendo parentes ou amigos?

Sim Não

14. A visita a esse museu seria melhor se fosse:

mediada por alguém que fornecesse explicações sobre o museu e o seu acervo

indicada por um roteiro a ser seguido e por informações escritas que explicassem tudo

15. Em sua opinião, qual a importância dos museus para você e para a sociedade?

são lugares que guardam objetos de nossa cultura que contam nossa história como ela foi;

com a Internet e a possibilidade de adquirir conhecimentos, os museus perderam importância;

são lugares onde a história e a cultura podem ser repensadas e recontadas por nós mesmos.